

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO PROFISSIONAL**

RENILZA CARNEIRO DISCONCI

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO
ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA- CAMPUS SÃO BORJA**

**São Borja - RS
2024**

RENILZA CARNEIRO DISCONCI

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO
ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA- CAMPUS SÃO BORJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Políticas Públicas – PPGPP da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Solange Emilene Berwig.

**São Borja - RS
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

D611p Disconci, Renilza Carneiro

As políticas públicas de assistência estudantil no
enfrentamento à pandemia de Covid-19: desafios e perspectivas
no âmbito do Instituto Federal Farroupilha- Campus São Borja /
Renilza Carneiro Disconci.

136 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS, 2024.

"Orientação: Solange Emilene Berwig".

1. Assistência Estudantil. 2. Permanência e êxito. 3.
Políticas Públicas. I. Título.

RENILZA CARNEIRO DISCONCI

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO
ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DE COVID-19: DESAFIOS E PERSPECTIVAS
NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA- CAMPUS SÃO BORJA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Políticas Públicas – PPGPP da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas.

Área de concentração: Análise de Programas, Projetos e Políticas Governamentais

Dissertação defendida e aprovada em: 03 de junho de 2024

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Solange Emilene Berwig
UNIPAMPA - orientadora

Prof.^a Dr.^a Taniamara Vizzotto Chaves
Instituto Federal Farroupilha- IFFar

Prof.^a Dr.^a Jaqueline Carvalho Quadrado
UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **Taniamara Vizzotto Chaves, Usuário Externo**, em 05/06/2024, às 18:45, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SOLANGE EMILENE BERWIG, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/06/2024, às 19:58, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JAQUELINE CARVALHO QUADRADO, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 17/06/2024, às 10:07, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1446253** e o código CRC **17EDAE31**.

“**Educação** não
transforma o mundo.
Educação muda pessoas.
Pessoas transformam
o mundo.”

Paulo Freire

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo geral compreender de que forma as políticas de assistência estudantil (PAE) implementadas no Instituto Federal Farroupilha, mais especificamente no Campus São Borja, impactaram na vida acadêmica dos estudantes beneficiados durante a pandemia de Covid-19. A aproximação com a temática da pesquisa advém do trabalho como servidora da instituição no Campus acima citado e emergiu através da atuação prática e cotidiana no setor de assessoria pedagógica (SAP) na interface com o setor de assistência estudantil, principalmente durante o período pandêmico. A pesquisa se ocupa ainda de apresentar o marco teórico em relação às políticas públicas que constituem o foco desse programa de pós graduação e que fundamentam a política em questão, quanto a categorias conceituais, tipologias e ciclo das políticas públicas (policy cycle), bem como delinea sobre a categoria dos servidores públicos que são os responsáveis pela entrega direta (implementação) da política pública aos usuários, os burocratas de nível de rua (Lipsky 1980, Lotta, 2014). Tece ainda, uma breve contextualização da trajetória histórico normativa da assistência estudantil no Brasil, desenhando uma linha do tempo dos marcos legais e da ênfase das ações de cada período retratado. Apresenta o Instituto Federal Farroupilha: cenário, atores e sujeitos da política, bem como a PAE da instituição. Diante dos objetivos propostos, elegeu-se a pesquisa de abordagem qualitativa como percurso metodológico mais apropriado para a execução do estudo em tela, pois esse tipo de pesquisa mostra-se relevante para analisar a percepção direta dos resultados de uma política junto a seus usuários ou beneficiários. Quanto aos procedimentos metodológicos, esta pesquisa caracteriza-se como aplicada e exploratória, com abordagem de método misto, documental e de campo. O instrumento utilizado para a coleta de dados foi uma entrevista semiestruturada aplicada a servidores da equipe de AE e estudantes que tenham recebido pelo menos um auxílio durante o período pandêmico, além da análise de documentos como: decretos, resoluções, editais e relatórios de monitoramento relativos aos anos de 2020 e 2021 de posse da coordenação de assistência estudantil. Para análise dos dados utilizou-se a metodologia da análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Justifica-se a importância da realização desse estudo no intuito de identificar a real efetividade da oferta dessa política em relação aos seus objetivos previstos, às necessidades dos discentes beneficiados, o

planejamento e a gestão desses recursos, assim como os impactos que esses auxílios provocaram na vida escolar dos estudantes beneficiados. Os resultados obtidos indicaram que as ações de AE implementadas durante a pandemia de Covid-19 foram de suma importância para a permanência dos estudantes durante o período de atividades remotas, pois se configuraram como auxílios de caráter de subsistência básica para alguns entrevistados. Os dados evidenciaram que, com o agravamento da situação de vulnerabilidade, os benefícios serviram para a manutenção das condições de sobrevivência em alguns casos, sendo utilizados para a aquisição de itens alimentícios para algumas famílias. Dessa forma, portanto, evidenciou-se que apesar de a destinação dos benefícios estudantis ter sido utilizada para outras finalidades por alguns beneficiários, como o orçamento doméstico, ainda assim a AE cumpriu com seu propósito de minimizar os efeitos das desigualdades sociais, potencializados durante o período pandêmico, e proporcionar condições de permanência dos estudantes no percurso escolar.

Palavras-Chave: Assistência estudantil; Permanência e êxito; Políticas públicas.

ABSTRACT

The general objective of this study was to understand how the student assistance policies (PAE) implemented at the Instituto Federal Farroupilha, more specifically at Campus São Borja, impacted the academic lives of students benefiting during the Covid-19 pandemic. The approach to the research theme comes from working as an employee of the institution on the Campus mentioned above and emerged through practical and daily work in the pedagogical advisory sector (SAP) in the interface with the student assistance sector, especially during the pandemic period. In view of the proposed objectives, qualitative research was chosen as the most appropriate methodological path for carrying out the study in question, as this type of research is relevant for analyzing the direct perception of the results of a policy among its users or beneficiaries. The research also aims to present the theoretical framework in relation to the public policies that constitute the focus of this postgraduate program and that underlie the policy in question, regarding conceptual categories, typologies and the public policy cycle, as well as outlines the category of public servants who are responsible for the direct delivery (implementation) of public policy to users, the street-level bureaucrats (Lipsky 1980, Lotta, 2014). It also provides a brief contextualization of the normative historical trajectory of student assistance in Brazil, drawing a timeline of the legal frameworks and the emphasis of the actions of each period portrayed. It presents the Instituto Federal Farroupilha: setting, actors and subjects of the policy, as well as the institution's student assistance policy. Regarding methodological procedures, this research is characterized as applied and exploratory, with a mixed method, documentary and field approach. The instrument used for data collection was a semi-structured interview applied to AE team employees and students who had received at least one aid during the pandemic period, in addition to the analysis of documents such as: decrees, resolutions, notices and related monitoring reports. to the years 2020 and 2021 of the student assistance coordination. To analyze the data, the content analysis methodology proposed by Bardin (2011) was used. The importance of carrying out this study is justified in order to identify the real effectiveness of the provision of this policy in relation to its intended objectives, the needs of the benefited students, the planning and management of these resources, as well as the impacts that these aids had on the school life of the benefited students. The results obtained

indicated that the AE actions implemented during the Covid-19 pandemic were of utmost importance for the students' permanence during the period of remote activities, as they were configured as basic subsistence aid for some interviewees. The data showed that, with the worsening of the vulnerability situation, the benefits served to maintain survival conditions in some cases, being used to purchase food items for some families. In this way, therefore, it became clear that although the allocation of student benefits was used for other purposes by some beneficiaries, such as the household budget, AE still fulfilled its purpose of minimizing the effects of social inequalities, which were heightened during the pandemic period, and provide conditions for students to remain on their school journey.

Key words: Student assistance; Permanence and success; Public policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1 – Linha do tempo dos principais marcos da AE no Brasil	35
Figura 2 – Distribuição dos campi do IFFar	45
Figura 3 – Desenho metodológico da pesquisa	57
Figura 4 – Categorias de análise da pesquisa.....	82

QUADROS

Quadro 1 – Diretrizes institucionais da AE no IFFar.....	50
Quadro 2 – Sistematização dos procedimentos de coleta e relação com o universo e amostra	55
Quadro 3 – Demonstrativo dos resultados da pesquisa documental.....	60
Quadro 4 – Tipos de auxílios da AE e finalidades.....	61
Quadro 5 – Compilado dos editais da AE nos anos de 2020 e 2021 em ordem cronológica de publicação	62
Quadro 6 – Demonstrativo das alterações do calendário acadêmico de 2020.....	72
Quadro 7 – Comparativo dos auxílios financeiros da AE existentes antes e durante o período pandêmico.....	74
Quadro 8 – Perfil dos estudantes entrevistados.....	83
Quadro 1 – Objetivos específicos da dissertação e evidências de consecução	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dados relativos à alimentação ofertada em 2020.....	66
Tabela 2 – Dados relativos aos auxílios ofertados em 2020	67
Tabela 3 – Dados relativos às ações realizadas em 2020	68
Tabela 4 – Dados relativos aos atendimentos realizados em 2020.....	68
Tabela 5 – Dados relativos à alimentação ofertada em 2021	69
Tabela 6 – Dados relativos aos auxílios ofertados em 2021.....	69
Tabela 7 – Dados relativos às ações realizadas em 2021.....	69
Tabela 8 – Dados relativos aos atendimentos realizados em 2021	70

LISTA DE SIGLAS

AE	Assistência Estudantil
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPED	Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa
BNR	Burocratas de nível de rua
CAAS	Coordenação de Ações Afirmativas
CAE	Coordenação de Assistência Estudantil
CAPNE	Coordenação de Atendimento a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisas
CF	Constituição Federal
CODIR	Colégio de Dirigentes
CONSUP	Conselho Superior
DAE	Departamento de Assistência ao Estudante
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFFAR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IFs	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
NAPNE	Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas
NEABI	Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas
NUGEDIS	Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual
NEAMA	Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático Pedagógicos
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial de Saúde
PAE	Política de Assistência Estudantil
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGPP	Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas
PRAE	Pró Rectoria de Assistência Estudantil
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAP	Setor de Assessoria Pedagógica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão Acadêmica
SISU	Sistema de Seleção Unificado
TAEs	Técnicos Administrativos em Educação

TCLE
UF
UNE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Universidade Federal
União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	20
2.1 Políticas públicas: pressupostos teóricos.....	20
2.2 Burocratas de nível de rua: o encontro da política com os usuários.....	23
2.3 Atuação dos burocratas de nível de rua: discricionariedade como princípio.....	26
3 TRAJETÓRIA HISTÓRICO NORMATIVA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL.....	30
3.1 Assistência estudantil: uma política, múltiplas concepções.....	36
3.2 Documento normativo da política: PNAES.....	40
3.3 Instituto Federal Farroupilha: cenário, atores e sujeitos da política pública.....	44
3.4 A política de assistência estudantil do Instituto Federal Farroupilha.....	47
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	52
4.1 Caracterização da pesquisa.....	52
4.1.1 Procedimentos adotados: técnicas e instrumentos.....	53
4.1.2 População e amostra.....	54
5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	59
5.1 Resultados da pesquisa documental.....	59
5.2 Resultados da pesquisa de campo.....	71
5.2.1 A política pelo olhar dos burocratas de nível de rua.....	75
5.2.2 A política pelo olhar dos beneficiários.....	81
5.3 Análise e discussão geral dos resultados.....	89
6 CONCLUSÃO.....	97
REFERÊNCIAS.....	103
APÊNDICES.....	114
APÊNDICE A: Roteiro para coleta documental.....	114
APÊNDICE B: Roteiro para entrevista com estudantes beneficiários.....	115
APÊNDICE C: Roteiro para entrevista (Coordenação e servidores da AE).....	116
APÊNDICE E: Produto técnico.....	120
ANEXOS.....	124
ANEXO A: Parecer consubstanciado do CEP/UNIPAMPA.....	124
ANEXO B: Parecer consubstanciado do CEP/ IFFar.....	129
ANEXO C: Material de divulgação.....	134

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como propósito compreender de que forma as políticas de assistência estudantil (PAE) implementadas no Instituto Federal Farroupilha, mais especificamente no Campus São Borja, impactaram na vida acadêmica dos estudantes beneficiados durante a pandemia de Covid-19.

Ancorado na linha de pesquisa do Programa de Pós Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da Universidade Federal do Pampa, referente a Análise de Programas, Projetos e Políticas Governamentais, a pesquisa buscou avaliar a implementação das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) através da percepção dos estudantes beneficiários, especialmente no que tange ao impacto desses benefícios nas áreas atendidas pelo programa e a influência dessas áreas no seu desempenho escolar durante o período pandêmico, na permanência e conclusão do curso no tempo adequado e na evasão escolar, dimensões relacionadas aos objetivos que o programa busca alcançar.

A aproximação com a temática da pesquisa advém do trabalho como servidora do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja e emergiu através da atuação prática e cotidiana no setor de assessoria pedagógica (SAP) na interface com o setor de assistência estudantil, principalmente durante o período da pandemia de Covid-19.

Durante o período de atividades remotas, o trabalho articulado entre esses dois setores foi ainda mais demandado em função de serem espaços que desenvolvem trabalhos voltados aos estudantes no suporte às atividades curriculares, pois compete ao SAP elaborar, assessorar, supervisionar, analisar e executar ações no processo de ensino e aprendizagem, criando ou modificando processos educativos em estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos estudantes, dentre tantas outras atribuições previstas na Portaria 196/2018¹.

No cumprimento das atividades laborais, como pedagoga e atuando como técnica em assuntos educacionais, primo pela execução do trabalho seguindo as concepções que me constituem enquanto pessoa, através das minhas vivências, do

¹ Atribuições das unidades organizacionais do IFFar. Portaria N° 0196, DE 20 de fevereiro de 2018

sentimento de solidariedade e empatia, da crença de que como educadores podemos fazer mais e melhor, porém sempre observando o cumprimento às normas legais que são objeto do meu cargo.

E foi diante de um cenário carregado de incertezas, insegurança e muita tristeza que, ao iniciarmos o ano letivo de 2020, além de todos os desafios inerentes à educação que são comumente vivenciados por quem está inserido nas mais diversas instituições de ensino no Brasil, fomos surpreendidos por uma notícia avassaladora. Uma nota Oficial da Organização Mundial da Saúde (OMS), divulgou os perigos sobre um novo Coronavírus que provocaria Síndrome Respiratória Aguda Grave em humanos (SARS- Cov-2 conhecido como Covid-19). Nessa notificação, a OMS caracteriza a Covid-19 como uma emergência de saúde pública internacional, o que gerou uma onda de especulações e de pavor ao redor do mundo, pois as informações sobre a doença ainda eram muito escassas.

A partir da confirmação do primeiro caso de Covid- 19 no Brasil, em março de 2020 passamos a conviver com o medo, a angústia e o enfrentamento aos reflexos da pandemia. Uma das medidas principais tomadas pelos governantes e que foi indicada pela OMS como forma de diminuir o contágio pela doença foi a adoção de medidas restritivas de convívio social e o uso de máscaras na intenção de suprimir a transmissão do vírus. Essas medidas, infelizmente, não impediram a morte de mais de seiscentos mil brasileiros (Ministério da Saúde, 2021).

O cenário pandêmico também influenciou na maior “crise no sistema de educação global da história”, afetando, aproximadamente 1,6 bilhões de estudantes, em mais de 190 países de todos os continentes. Acredita-se que 94% da população mundial de estudantes tenha sido impactada, e esse percentual chega a 99% em países de baixa renda (ONU, 2020). Nesse contexto novo e desconhecido, as instituições de ensino se tornaram fontes de contágio em massa, devido ao formato em que são estruturadas, o que tornou imperativa a interrupção das atividades nos ambientes escolares (Schiavi, Fernandes, Pedroso, 2020).

Buscando alternativas para minimizar os impactos negativos da suspensão das atividades presenciais, as instituições de ensino iniciaram estudos para viabilizar o atendimento aos alunos e o cumprimento das atividades pedagógicas de ensino, já que o período pandêmico se estendeu sem previsão de retorno presencial seguro. A ausência de equipamentos e de espaços adequados, bem como falta de acesso à internet, além de outras vulnerabilidades sociais afetaram diretamente o público alvo

do PNAES, que são os estudantes pertencentes a famílias de baixa renda, e dificultaram ainda mais a busca por soluções mais eficazes para o enfrentamento da pandemia. Imbuídos do objetivo de estarmos em contato com os estudantes do Campus São Borja, mesmo que a distância, organizou-se uma equipe multidisciplinar para atuar em formato de plantões (via *google meet*) no atendimento aos estudantes que necessitavam de algum tipo de suporte/auxílio para dar continuidade às atividades escolares.

Conforme destaca Peirano (2014, p. 380), as interações, o contato com os beneficiários, seus anseios e dificuldades, esse contato de maneira experienciada nos proporciona identificar “eventos, acontecimentos, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos”. Essa vivência prática é particularmente importante para o amadurecimento e crescimento do pesquisador e qualificação da pesquisa realizada.

Nessa perspectiva e com o intuito de conhecer os limites e as possibilidades da implementação da PAE de forma a instrumentalizar o exercício das atribuições como servidora pública da área da educação e, dessa forma contribuir para melhoria do processo de execução dessa tão importante política é que realizou-se essa pesquisa.

Por todo o exposto e considerando que o próprio Decreto de criação do PNAES (Decreto nº 7.234/2010) estabelece, no seu artigo 5º, § único, inciso II, que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação desse programa, aponta-se para a necessidade de avaliá-lo, de modo a evidenciar o que deve ser feito e/ou corrigido para se alcançar os resultados esperados. Cabe então avaliar se a intervenção programática formulada conseguiu provocar mudanças na realidade social que a originou, considerando naturalmente a complexidade de seu desenho e dos arranjos operacionais, além da criticidade da questão social enfrentada (Januzzi, 2014).

Nesse sentido, justifica-se a importância da realização desse estudo com o propósito de identificar a real efetividade da oferta dessa política em relação aos seus objetivos previstos, às necessidades dos discentes beneficiados, o planejamento e a gestão desses recursos, assim como avaliar os impactos que esses auxílios e ações provocam na vida escolar dos estudantes beneficiados principalmente num período de extrema necessidade e emergência como foi a pandemia.

Dessa forma, para a consecução do objetivo geral e com a finalidade de responder a questão norteadora da pesquisa que consiste em avaliar de que forma as políticas públicas de assistência estudantil impactaram na vida escolar dos estudantes beneficiários do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja no período pandêmico, buscou-se conhecer as políticas públicas que regulamentam as ações da assistência estudantil, em nível nacional e institucional, a fim de compreender o processo de implementação em nível local, de forma a refletir sobre as ações realizadas durante o período pandêmico através do olhar dos beneficiários e da equipe do Setor de AE do Campus.

Diante dos objetivos propostos, listados a seguir: a) Conhecer o marco legal da política em estudo e as diretrizes institucionais no que tange a assistência estudantil; b) Descrever o processo de implementação das políticas de assistência estudantil na instituição; c) Compreender, através da percepção dos beneficiários, qual o impacto que as ações de AE geraram na vida escolar desses sujeitos; c) Refletir sobre a importância da política e das ações estratégicas implementadas para a permanência estudantil durante o período pandêmico, elegeu-se a pesquisa de abordagem qualitativa como percurso metodológico mais apropriado para a execução do estudo em tela, pois esse tipo de pesquisa é relevante para analisar a percepção direta dos resultados de uma política junto a seus usuários ou beneficiários (Brasil, 2018, p. 261). Além disso, a pesquisa qualitativa é uma importante ferramenta para a realização de pesquisas com foco social, tendo em vista sua capacidade de reflexão sobre os diversos aspectos da sociedade. (Michel, 2015).

A presente dissertação encontra-se organizada em capítulos sendo a introdução o primeiro capítulo. O segundo capítulo se ocupa do referencial teórico que embasa este estudo em relação às políticas públicas que constituem o foco desse programa de pós graduação e que fundamentam a política em questão, quanto a categorias conceituais, tipologias e ciclo das políticas públicas (*policy cycle*), bem como delinea sobre a categoria dos servidores públicos que são os responsáveis pela entrega direta (implementação) da política pública aos usuários, os burocratas de nível de rua (Lipsky 1980, Lotta, 2014).

O terceiro capítulo tece uma breve contextualização da trajetória histórico normativa da assistência estudantil no Brasil, desenhando uma linha do tempo dos marcos legais e da ênfase das ações de cada período retratado, demonstrando o

quanto os movimentos de cada época e de cada ator social envolvido contribuiu para a existência da PAE que se tem na atualidade. Apresenta o Instituto Federal Farroupilha: cenário, atores e sujeitos da política, bem como a política de assistência estudantil regulamentada e praticada pela instituição.

O quarto capítulo destina-se a detalhar os procedimentos metodológicos adotados para a consecução dos objetivos da pesquisa, a caracterização da pesquisa quanto a abordagem, natureza, objetivos, a população e a amostra da pesquisa, assim como a descrição do instrumento de coleta de dados e os procedimentos de coleta, aspectos éticos, e por fim as ferramentas e etapas da análise dos dados. Apresenta as categorias de análise que emergiram através da análise de conteúdo (Bardin, 2011), os resultados obtidos e as discussões pertinentes. No quinto capítulo encontra-se a conclusão, a qual aponta os achados da pesquisa, as limitações encontradas e proposições para estudos futuros.

Por todo o exposto, espera-se que essa pesquisa contribua de forma significativa para o debate público em relação ao tema, para a formação dos servidores que atuam frente a essa política e, sobretudo na implementação das ações de assistência estudantil no Instituto Federal Farroupilha, através do conhecimento e entendimento da legislação existente e, especialmente de forma a beneficiar efetivamente os estudantes em vulnerabilidade social que são o público alvo do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo se ocupa do referencial teórico que embasa o estudo em relação às políticas públicas que constituem o foco desse programa de pós graduação e que fundamentam o PNAES, quanto a categorias conceituais, tipologias e ciclo das políticas públicas (*policy cycle*), bem como delinea sobre a categoria dos servidores públicos como agentes responsáveis pela entrega direta (implementação) da política pública aos usuários, os burocratas de nível de rua (Lipsky 1980, Lotta, 2014). Aborda ainda a questão da discricionariedade exercida por esses agentes públicos na intermediação da política com os usuários/beneficiários.

2.1 Políticas públicas: pressupostos teóricos

Este tópico versa sobre as definições de políticas públicas de modo geral, a fim de propiciar uma visão conceitual sobre o tema, suas configurações e implicações na vida da sociedade. A terminologia Políticas Públicas tem sido notável em diversas áreas, também denominada de *Public Policy* e está pautada na maneira pela qual as decisões políticas são definidas racionalmente diante do surgimento de problemas e demandas públicas.

A tríade conceitual das políticas públicas centra-se nos conceitos em inglês de *policy* para denominar o sistema político e jurídico, assim como a estrutura institucional político-administrativa, *polity* para os processos políticos que, muitas vezes são de caráter conflituoso, traça os objetos, os conteúdos e as decisões de distribuição de recursos e benefícios e, por fim, *politics* para os conteúdos da política em si, ou seja as configurações dos programas políticos que moldam os problemas técnicos e o conteúdo material das decisões políticas (Frey, 2000, p. 5).

A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell: decisões e análises sobre política pública implicam, em linhas gerais, responder às questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz, conforme destacado por Souza (2006). Ainda segundo o autor, política pública é definida como a etapa na qual governos democráticos colocam em práticas seus propósitos e plataformas eleitorais, transformando-os em programas e ações que produzirão mudanças na realidade da sociedade.

Ademais, a política pública pode ser vista como uma diretriz elaborada para enfrentamento dos desafios sociais relevantes. O problema público, por sua vez, consiste na diferença entre a atual circunstância e a realidade idealizada, tornando-se o elemento crucial para definir se uma política é pública, conforme destaca Lima (2023).

Nesse sentido, Secchi (2016, p.5), afirma que, para entender o campo da política pública, dois conceitos são fundamentais: o problema público e a política pública. Para o autor, o primeiro trata do fim ou resolução do problema e o segundo trata do meio ou mecanismo para solucionar o primeiro. Utilizando uma metáfora, Secchi refere que [...] o problema público está para a doença, assim como a política pública está para o tratamento [...], esse “tratamento” se materializa em leis, programas, campanhas, obras [...].

Como se verifica, há na literatura diversas definições sobre o tema o que demonstra que o campo das políticas públicas é multidisciplinar e diversificado: política pública como a etapa na qual governos democráticos colocam em práticas seus propósitos e plataformas eleitorais, transformando-os em programas e ações que produzirão mudanças na realidade da sociedade (Souza, 2006).

Política pública como sendo soluções encontradas pela atividade política que envolvem um conjunto de decisões e ações que alocam valores e atividades definidas estrategicamente para garantir a implementação da decisão tomada (Rua, 2012). Ação governamental organizada, ocorrida no território público e em setores especificados, com a finalidade de atingir o objetivo de determinada política (Muller, 2002), ou ainda, de forma mais radical, políticas públicas são as ações que um governo decide fazer ou não fazer (Dye, 2013 apud Rua, 2015, unidade 1, p. e).

Diante dos conceitos apresentados, ainda que alguns sejam mais amplos e outros mais restritivos, o que se destaca é que todos convergem no entendimento da fonte pública de produção: o governo. Nesse contexto, Souza (2006) pontua que cada política pública vai gerar pontos ou grupos de vetos e de apoios diferentes, processando-se, portanto, dentro do sistema político de forma também diferente.

Ainda de acordo com a referida autora, há quatro tipos de políticas públicas: distributiva, regulatória, redistributiva ou constitutiva (Lowi, 1964, 1972 apud Souza, 2006), as quais encontrarão diferentes formas de apoio e de rejeição ao tramitar em arenas diferenciadas. Segundo a autora, as políticas do tipo

distributivas dizem respeito às decisões tomadas pelo governo, que desconsideram a questão dos recursos limitados, gerando impactos mais individuais do que universais, ao privilegiar certos grupos sociais ou regiões, em detrimento do todo. As políticas regulatórias, que são mais visíveis ao público, envolvem burocracia, políticos e grupos de interesse. As políticas redistributivas, que atingem maior número de pessoas e impõe perdas concretas e no curto prazo para certos grupos sociais, e ganhos incertos e futuro para outros; são, em geral, as políticas sociais universais, o sistema tributário, o sistema previdenciário e são as de mais difícil encaminhamento. O quarto tipo é o das políticas constitutivas, que lidam com procedimentos.

Considerando a política como um ciclo deliberativo que se subdivide em fases parciais do processo político-administrativo para a resolução de problemas da sociedade (Frey, 2000; Souza, 2006), sinalizam para o ciclo das políticas públicas (*policy cycle*). Destacam-se os seguintes estágios do ciclo: definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação (Frey, 2000; Rua, 2012 e Souza, 2006). Souza e Secchi (2015) trazem ainda a fase da extinção para o ciclo, após a avaliação, justificada pela descontinuidade, morte ou terminação da política pública.

Segundo Secchi (2019), o ciclo se restringe a sete fases principais: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação e 7) extinção. O autor ressalta que, raramente esses passos refletem a real dinâmica ou vida de uma política pública, pois essas fases podem ser misturadas, ocorrerem simultaneamente ou alternadas.

De forma simplificada, a fase da formulação é composta pelos processos de definição e escolha dos problemas que merecem a intervenção estatal, produção de soluções ou alternativas e tomada de decisão. A implementação refere-se à execução das decisões adotadas na etapa prévia. A avaliação consiste na interrogação sobre o impacto da política. (Lima; D'Ascenzi, 2013).

Em consonância com o enfoque deste estudo, afirma-se que as avaliações de políticas públicas possuem como objetivo melhorar a implementação, verificando se as políticas estão sendo executadas em conformidade com o que está apresentado no documento norteador da política e se está indo ao encontro do público alvo.

Neste sentido, dentre as etapas do ciclo avaliativo, encontra-se a avaliação da implementação que para Jannuzzi (2011), corresponde aos esforços de efetivação da ação governamental na alocação de recursos e no desenvolvimento dos processos previstos anteriormente.

Lima e D'Ascenzi (2013) se referem a duas abordagens sobre implementação de políticas públicas. Uma delas tem como foco de análise o processo de formulação da política pública e as variáveis destacadas são referentes às normas que a estruturam. A segunda abordagem enfatiza elementos dos contextos de ação nos quais a política será implementada. Toma como variáveis as condições dos espaços locais e as burocracias implementadoras.

Dessa forma, a avaliação da implementação [...] verifica a qualidade pela qual as políticas e os programas públicos são implementados (Lima, 2023), [...] consiste no desafio de transformar intenções gerais em ações e resultados (Barbosa, 2016) e ainda, [...] busca olhar para o momento específico da materialização ou concretização das políticas (Lotta, 2019).

Por esse prisma, não há como falar em implementação de uma política pública sem mencionar a atuação dos agentes implementadores, os servidores públicos envolvidos na concretização da política junto ao público alvo, aqui denominados de burocratas de nível de rua (Lipsky, 2010; Lotta, 2012).

2.2 Burocratas de nível de rua: o encontro da política com os usuários

Políticas públicas são compostas por múltiplos processos e são atividades contínuas que exigem tomada de decisão. A implementação é apenas uma parte desse processo e ela também exige decisões (Lotta, 2019).

Arretche (2001), afirma que há uma grande distância entre os objetivos e o desenho concebidos originalmente pelos formuladores das políticas públicas e a tradução de tais concepções em intervenções públicas. Essa distância concerne a contingências da implementação, explicadas, em grande parte, pelas decisões tomadas por uma cadeia de implementadores no contexto político, institucional e econômico em que operam.

O encontro da política pública com o público ao qual se destina se concretiza com a atuação dos agentes públicos, principalmente com a atuação dos agentes de linha de frente que estão na ponta da execução da política. Os exemplos

principais de burocratas de nível de rua (BNR) são policiais, profissionais da educação e da saúde, entre outros.

Lipsky (2010) define burocratas de nível de rua como os trabalhadores do serviço público que interagem diretamente com os cidadãos no decurso dos seus trabalhos e que têm poder substancial na execução de seu trabalho. São esses agentes que determinam o acesso do público a direitos e benefícios governamentais e é por meio deles que a população consegue acessar a administração pública, uma vez que interagem continuamente com a população em seu trabalho (Lotta, 2012).

A política pública é dinâmica e mesmo que existam marcos legais que apontem regramentos e critérios preestabelecidos pelos formuladores a implementação se dá através dos agentes que definem como será realizada na prática. Isso porque nem tudo é passível de ser previsto, controlado ou normatizado (Lotta, 2019).

Os burocratas de nível de rua têm como papel transformar políticas abrangentes (muitas vezes ambíguas e contraditórias) em ações práticas dentro de contextos com situações imprevisíveis e recursos escassos. Ou seja, é um trabalho altamente criativo, imprevisível e potencialmente incontrolável. E eles fazem tudo isso exercendo o que a literatura denomina de discricionariedade, que é a margem de liberdade para tomada de decisão que os burocratas de nível de rua possuem (Lotta, 2019, p.23).

No contexto deste estudo desenvolvido em um Instituto Federal de Educação, docentes e técnicos administrativos em educação (TAEs) configuram-se nos burocratas de nível de rua ou implementadores da política pública em questão: o PNAES. O papel atribuído a esses profissionais é marcado por diversas situações imprevisíveis em que, no contato com usuários, eles precisam tomar importantes decisões sobre as políticas públicas e sobre a vida dessas pessoas (Lotta, 2019, p.24).

Diante do cenário imposto pela pandemia de Covid-19, a atuação da equipe de servidores frente a implementação da PAE no Campus São Borja exigiu decisões ainda mais rápidas e assertivas para atender aos estudantes que necessitaram dos diversos tipos de auxílios estudantis ofertados para o enfrentamento do momento pandêmico. Desse modo, foi fundamental a execução de ações que dessem celeridade ao processo de implementação da PAE diante do imediatismo imposto

pela situação.

A atuação dos BNR ocorre diretamente ligada ao cotidiano, já que eles fazem parte das dinâmicas locais, compreendem as relações e, inclusive, estão inseridos nelas. Conseguem, portanto, utilizar saberes adquiridos por conviverem com este cotidiano e trazer novas reflexões, adquiridas em sua formação e em suas relações com os demais profissionais da equipe de trabalho e com os usuários. Tal fato pode ser visto, por exemplo, quando os servidores da AE desenvolvem atividades multidisciplinares visando o atendimento integral dos sujeitos atendidos pela política, articulando suas ações com os demais setores e profissionais da instituição.

Como aponta Brodtkin (2012, apud. Lotta, 2021, p. 15), “ a implementação não é sobre o que os burocratas querem fazer, mas sobre o que conseguem de fato fazer”. Essa constatação é primordial para o entendimento de que o conhecimento e a compreensão do contexto real de implementação e o que é possível ser feito ali considerando as situações encontradas (e interpretadas) pelos burocratas é que deve guiar a formulação das políticas públicas.

Lipsky (2010), descreve quatro atividades primordiais que os BNR desenvolvem ao colocar em prática as políticas públicas no desenvolvimento das suas atribuições: a primeira delas consiste em triar, classificar e categorizar usuários a partir do contato com pessoas reais que trazem situações complexas e com informações infinitas. No contexto do estudo esta tarefa se dá através da análise das inscrições em determinado edital de auxílio/ação da assistência estudantil, momento de analisar os critérios de elegibilidade do público alvo, classificação dos inscritos conforme os critérios estabelecidos e categorização do público a ser atendido.

Uma segunda tarefa dos BNR é distribuir benefícios e sanções que afetem o bem-estar dos clientes (Lipsky, 2010). Os burocratas fazem isso a partir das categorizações realizadas na primeira tarefa. A distribuição de benefícios e sanções tende a ser sempre diferente (e aquém) da idealizada pelos serviços. Isso porque recursos são escassos e burocratas precisam decidir (exercendo discricionariedade) quem deve receber o quê (Lotta, 2019).

Importante salientar que o orçamento insuficiente destinado para as ações de assistência estudantil, principalmente durante o período pandêmico, impôs limitações na atuação da equipe e expôs os estudantes mais uma vez a situação de vulnerabilidade. Além disso, o contexto político do país durante o período da pandemia de Covid-19, foi marcado também por um governo que recorreu a

medidas infralegais de enfraquecimento das instituições e das políticas públicas; que preencheu um amplo número de cargos civis com militares simpatizantes de seu projeto antidemocrático; que assediou servidores públicos (Silva; Cardoso Junior, 2022), numa estratégia deliberada de redução do tamanho do Estado, voltado a uma perspectiva neoliberal de governo.

Ainda segundo Lipsky (2010), uma terceira tarefa dos burocratas de nível de rua é estruturar contextos de interação, determinando quando, com que frequência e sob quais circunstâncias a ação ocorrerá. Nessa perspectiva e no contexto desta pesquisa, eram definidas a periodicidade da publicação dos editais de auxílios estudantis, mediante o orçamento disponível, as particularidades do momento vivido e o imediatismo que a situação requeria.

Mais uma vez, como os recursos são escassos e o trabalho tende ao infinito (Lipsky, 2010), os burocratas de nível de rua exercem discricionariedade determinando quem deverá ser tratado, quando e de que forma. Essas determinações e “escolhas” não se fazem de forma neutra, aleatória, pois por trás de cada usuário da política pública há situações reais, difíceis, complexas que vão além dos regulamentos e normas de elegibilidade dos beneficiários.

Por fim, uma quarta tarefa essencial dos burocratas de nível de rua é ensinar aos cidadãos o papel de ser cliente/usuário do Estado, ou seja, instruindo-os a conhecerem os seus direitos, os procedimentos e a forma de acessá-los, assim como seus deveres e penalidades. Cabe aos burocratas instrumentalizar os cidadãos para o entendimento do que é possível esperar do Estado ou não.

Os encontros entre burocratas de nível de rua e cidadãos são pautados substancialmente pelas normas, instruções ou diretrizes institucionais, contudo as particularidades que podem surgir nestes encontros acabam sendo muitas vezes pautadas na discricionariedade dos agentes, conforme aponta Nunes (2021, p.30).

2.3 Atuação dos burocratas de nível de rua: discricionariedade como princípio

A literatura tem abordado a atuação dos burocratas de nível de rua (BNR) considerando que esses agentes da estrutura institucional e programática possuem alto poder de decisão durante o processo de implementação de políticas públicas, característica essa denominada de discricionariedade.

O campo de estudos da implementação e da burocracia conceituam discricionariedade como um espaço de liberdade para tomada de decisão, dentro do constrangimento colocado pelas regras (Hupe; Hill; Buffat, 2015, apud Lotta, 2021, p. 13); Discricionariedade como “espaço de racionalidade usado para transformar uma regra geral em uma determinação específica” (Lipsky, 2010; Moller, 2016, apud Lotta, 2021, p. 14); “poder de exercer escolhas entre um conjunto de alternativas que a lei não pré-determina” (Zacka, 2017, apud Lotta, 2021, p. 14); ou ainda, “discricionariedade é elemento central para entendimento da ação dos burocratas, visto que é a partir dela que a ação se materializa, as decisões são tomadas e a implementação ocorre” (Lotta, 2021, p. 14).

Conforme Lotta e Santiago (2018), a discricionariedade enquanto ação está relacionada à variação de comportamentos dos burocratas, explicada pelos elementos que influenciam a forma como interpretam as regras e implementam políticas públicas, pode ser entendida por aspectos individuais, como julgamentos, valores políticos, papel social, dentre outros.

Nessa perspectiva, uma política pública pode ser colocada em prática de forma diferenciada, a depender da diversidade de contextos, dos valores e escolhas individuais dos BNR, o que faz com que uma mesma regulamentação produza resultados de implementação diversos.

Como afirma Arretche (2001), a discricionariedade tem diversas fontes, de forma que pode ser inerente ao exercício de sua função, pode ser resultado de uma proliferação de regras que pressionem os burocratas a se posicionarem, podem ser fruto de regras incompletas ou ambíguas, além da influência que as próprias escolhas individuais podem ter sobre a discricionariedade.

Assim, podemos considerar que as instituições impactam as práticas dos burocratas de rua, mas também que as ações, valores, referências e contextos dos indivíduos acabam por influenciar suas decisões. Com relação ao exercício da discricionariedade, a partir de várias análises Lotta, (2019) infere que

[...] diversos elementos influenciam o comportamento dos grupos ou dos indivíduos, e, portanto, como eles exercem a discricionariedade. Há na literatura evidências sobre fatores relacionados ao sistema (modelo de estado, modelo de democracia, de federalismo, cultura nacional etc.); fatores relacionados às organizações (regras, graus de controle, sistemas de gestão, incentivos, sanções, programas de formação etc.); e fatores individuais (atributos dos indivíduos como gênero, raça, classe social, além de trajetórias, relações sociais, profissão... (Lotta, 2019, p. 27).

Em que pese os BNR serem profissionais que atuam mediante regulamentos, resoluções, pautados nas normas legais, não são simples aplicadores neutros dessas normas, pois têm interesses próprios inclusive na formulação das políticas e de suas regras. Com isso, identifica-se entre as características do trabalho desses burocratas a tendência de criarem novas regras através da experiência cotidiana frente a política, as constantes interações com o sistema organizacional, político, com outros profissionais e sobretudo com os usuários.

O olhar para a atuação dos BNR pressupõe que esses servidores possuem conhecimento das situações que necessitam da implementação de uma política pública e o fazem pautados nos regramentos, mas considerando seus valores pessoais, bem como o olhar sensível aos assistidos. Eles têm discricionariedade porque suas tarefas demandam legitimamente, observação e julgamento sensíveis, que não são redutíveis a formatos programados (Lipsky, 2019).

Para além do olhar tecnicista e organizacional sobre a atuação dos BNR, alguns estudos apontam para a análise de dimensões de interação, valores e julgamentos existentes no exercício da discricionariedade por parte dos BNR, tentando analisar dimensões sociais e culturais presentes na implementação para entender como burocratas agem e como as interações ocorrem (Lotta, 2019). Pois os encontros que ocorrem na implementação das políticas não são apenas o momento de decisão sobre o que será distribuído, mas também um momento de construção de cidadania e de legitimidade do estado (Zacka, 2017, apud Lotta, 2019, p. 16).

Esses momentos do encontro da política com os usuários, através dos BNR são influenciados pela forma como esses profissionais entendem o seu papel e como embasam moralmente suas decisões. É nesses momentos que uma infinidade de guias normativos e legislações precisam ser adaptadas ao serem confrontadas pela realidade/necessidade dos usuários. Em contextos complexos e ainda, normalmente com recursos escassos, os BNR devem tomar decisões sobre quem deve receber o que. Ao longo da interação, os burocratas vão desenvolvendo disposições morais que embasam e justificam as decisões que tomam (Zacka, 2017, apud Lotta, 2019, p. 17).

Diante do exposto se constata que a atuação dos BNR é fundamental para

entender os resultados alcançados pelas políticas, sejam eles materiais (quem recebe o que e quanto) sejam eles simbólicos (como os cidadãos são categorizados e tratados pelos agentes públicos), pois além de conectar os atores envolvidos na política as ações dos burocratas podem impactar diretamente o acesso a benefícios e direitos pelos usuários e, assim, podem afetar diretamente os processos de inclusão e de exclusão, conforme pontua Lotta (2019).

Todas essas dimensões, no entanto, são muito distantes do cotidiano dos formuladores das políticas e sua invisibilidade acaba se transformando em frustração pelos planos não serem colocados em prática conforme foram desenhados. A demonstração da atuação dos BNR, as suas influências e quais os resultados decorrentes das escolhas que fazem, é elemento central para melhoria do desenho das políticas públicas.

Em relação às políticas públicas, na medida em que são implementadas dialogando com as necessidades e com a realidade dos territórios, garantem melhores resultados, já que as pessoas se apropriam do conteúdo das políticas como parte de seu cotidiano (Lotta, 2018, p. 170). É nesse sentido que as pesquisas podem contribuir: buscando produzir conhecimento sobre a relação entre atores e implementação das políticas em contextos reais de maneira a favorecer a melhoria do desenho das políticas públicas.

3 TRAJETÓRIA HISTÓRICO NORMATIVA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO BRASIL

O processo de construção da PAE no Brasil é descontínuo e perpassado pelas transformações sociopolíticas, econômicas, educacionais e pela atuação de diferentes atores sociais. Suas raízes remontam ao final do período conhecido como República Velha que encontra-se como marco da primeira ação realizada com o intuito de assistir a estudantes brasileiros, a criação da Casa do estudante brasileiro em Paris², em 1928 (Kowalski, 2012). A qual tinha como finalidade amparar filhos da elite brasileira que estudavam na França.

Observa-se que a assistência surge através de uma demanda da classe alta da sociedade, que era quem tinha acesso à educação, principalmente ao nível superior naquele tempo. Já a partir de 1930, no governo Getúlio Vargas criou-se também a Casa do estudante brasileiro no Rio de Janeiro³.

Com a Reforma Francisco Campos, em 1931, instituiu-se a Lei Orgânica do Ensino Superior através do Decreto 19.851/1931 o qual previa medidas de providência e beneficência aos discentes dos institutos universitários, como bolsas de estudo para aqueles reconhecidamente pobres. Esse Decreto foi incorporado à Constituição de 1934 que passou a destinar parte dos fundos da educação para auxiliar alunos necessitados, oferecendo material escolar, assistência alimentar, médica e dentária (Imperatori, 2017). O governo Getúlio Vargas foi um marco nas políticas sociais, passando a reconhecer a educação como direito público sendo regulamentado pelo Estado (Vasconcelos, 2010).

Em 1937, surge a União Nacional dos Estudantes (UNE) com apoio do Ministério da Educação, sendo o órgão de representação máximo dos estudantes universitários e de luta por melhores condições de educação. A UNE participou ativamente da história política do país. Conforme Kowalski (2012), muitos avanços na área educacional se nutriram, em significativa parte, da organização, atuação e presença da UNE. O órgão compartilhava de um movimento pacífico em prol da Reforma Universitária buscando que as Universidades fossem espaços pluralizados por meio da criação de cursos acessíveis para todos.

2 Casa Brasil na França - Ministério da Educação

3 Rio de Janeiro – Casa do Estudante Universitário | patrimônio

Já em 1946 foi promulgada uma nova constituição que, em seu art.112 previu que “cada sistema de Ensino teria, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurassem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar”. Seguindo nessa direção, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 4024/1961 trazia um título específico para tratar da assistência social escolar (como era denominada na época), consolidando-a como um direito dos estudantes.

Art. 90 Em cooperação com outros órgãos ou não, incumbe aos sistemas de ensino, técnica e administrativamente, prover, bem como orientar, fiscalizar e estimular os serviços de assistência social, médico-odontológica e de enfermagem aos alunos.

Art. 91 A assistência social escolar será prestada nas escolas, sob a orientação dos respectivos diretores, através de serviços que atendam ao tratamento dos casos individuais, à aplicação de técnicas de grupo e à organização social da comunidade (Brasil, 1961, p. 16).

Conforme Costa (2010), a Constituição de 1967 manteve os mesmos princípios presentes na constituição anterior no que se referia à assistência estudantil, acrescentando o direito à igualdade de oportunidades educativas. Nesse período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970 foram criadas diversas universidades federais no país, pelo menos uma em cada estado, assim como surgiram universidades estaduais, municipais e particulares. Sendo que a expansão do ensino superior se deu nos anos 1970 com a maior concentração das pessoas nas cidades e a exigência de formação de mão de obra qualificada para o trabalho alavancou a criação de milhares de novos cursos.

Dando sequência a esse resgate histórico, chegamos a década de 1970 quando foi criado o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) que tinha como objetivo assegurar ações de assistência estudantil para graduandos em nível nacional, priorizando assistência médico-odontológica, moradia e alimentação, além de bolsas de trabalho e bolsas de estudo (Imperatori, 2017). Seguindo nessa perspectiva a LDB 5692/1971, específica em seu Art.62 sobre os serviços de assistência que os sistemas de ensino deveriam oferecer:

§1º Os serviços de assistência educacional de que trata este artigo destinar-se-ão de preferência, a garantir o cumprimento da obrigatoriedade escolar e incluirão auxílios para aquisição de material escolar, transporte, vestuário, alimentação, tratamento médico e dentário e outras formas de assistência familiar.

§2º O poder público estimulará a organização de entidades locais de assistência educacional, constituídas de pessoas de comprovada

idoneidade, devotadas aos problemas sócio-educacionais que, em colaboração com a comunidade, possam incluir-se da execução total ou parcial dos serviços de que trata este artigo, assim como da adjudicação de bolsas de estudo (Brasil, 1971, p.8).

Nesse período histórico os militares revezavam-se no poder e vivia-se os chamados “anos de ferro” que foi o período da ditadura militar no país. Período marcado por repressão social e política. Conforme Gohn (2009), esse foi também um período de resistência e construção de bases para a redemocratização, para a retomada da organização sindical, surgimento de movimentos, comunidades de base nos bairros e criação de movimentos sociais que vieram a ser marco no processo constituinte dos anos 1980.

Tudo isso delineou um cenário de lutas em que a área da educação esteve presente, tanto a não formal (no aprendizado político que a participação nas CEBs e Movimentos Sociais geraram) quanto a formal (pela expansão do ensino, especialmente o ensino superior) e nas lutas das associações docentes de todos os níveis (Gohn, 2009, p.24).

Salienta-se o teor deste período analisado como sendo de restrição de recursos, do acesso à educação destinado às classes mais altas da sociedade, razão pela qual a assistência estudantil atendia a uma especificidade pontual de estudantes que ingressaram no ensino superior na época. Com isso, percebe-se que as ações de assistência estudantil tornaram-se cada vez mais pulverizadas e inexistentes, revelando que, assim como a assistência social, foi determinada por relações de clientelismo que dificultaram a sua consolidação.

Os anos 1980 foram marcados pelo surgimento e consolidação de diversos movimentos sociais como: Associações de docentes das universidades públicas e comunitárias, o FONAPRACE - Fórum Nacional de Pró Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis e ANDIFES - Associação Nacional dos dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Esse período foi de luta pela redemocratização e pela institucionalização das demandas educativas, através do Fórum Nacional em defesa da escola pública que ocorreu em 1987 e foi decisivo no processo constituinte e na elaboração da Constituição de 1988 no que tange a educação.

A trajetória histórica da AE no Brasil desponta através de movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e pela promulgação de uma nova Constituição Federal que consolidasse direitos sociais e políticos. Assim a Constituição Cidadã

referendou a educação como direito de todos e dever do Estado e da família que deveria ser provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, bem como seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho (Art. 205, Brasil, 1988).

Nessa direção foi regulamentada a política de educação através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/1996, que estabeleceu diretrizes para os diferentes níveis da educação e também referendou aspectos relativos à assistência estudantil.

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de: [...]

VIII — atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (Brasil, 1996, p.3).

Embora a legislação sinalizasse que a assistência aos discentes estaria garantida através de diversos serviços e mecanismos, as arenas sociais de disputas e de poder moviam-se por interesses contraditórios. Assim, durante os anos 1990 houve um decréscimo dos recursos destinados a AE, sendo que a própria LDB traz em seu artigo 71, inciso IV, que [...] não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social (Brasil, 1996, p. 2).

Conforme aponta Kowalski (2012):

Com relação ao financiamento destinado à assistência estudantil durante esta década, não se evidenciaram, nas legislações em vigor, documentos que abarcassem e designassem recursos para o custeamento de programas socioeducativos; ao contrário, existiu um movimento de negação dos governantes em prover os recursos para a assistência estudantil. Isso se evidencia por meio da promulgação da LDB de 1996, a qual registra no artigo 71, inciso IV a desresponsabilidade do Estado com o financiamento para assistência estudantil. (Kowalski, 2012, p.94).

Nesse contexto, em 2001 foi promulgado o Plano Nacional de Educação (PNE) cuja criação havia sido estabelecida na CF de 1988, em seu artigo 214 prevendo um plano de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis. Todavia, este Plano apresentou aspectos totalmente

diferentes do que havia sido elaborado por um conjunto de entidades ligadas à educação, conforme aponta Lima (2007):

Completa oposição ao PNE elaborado por um amplo conjunto de entidades ligadas à educação, reafirmando a transferência de responsabilidade do Poder Público para a sociedade no financiamento da educação e sua concepção de gestão educacional com ênfase na informatização, controle e gerenciamento profissional. Em relação à educação superior, reafirma sua política de diversificação das IES e de suas fontes de financiamento. (Lima, 2007, p.143).

Nesse cenário era visível a intenção do governo federal em dar continuidade a uma agenda de atenção e proteção à iniciativa privada, apontando para a consolidação de um projeto neoliberal na educação. Iniciativa esta que, segundo estudiosos, representava o propósito de privatização da universidade pública brasileira, gerando o descomprometimento do Estado com o seu financiamento.

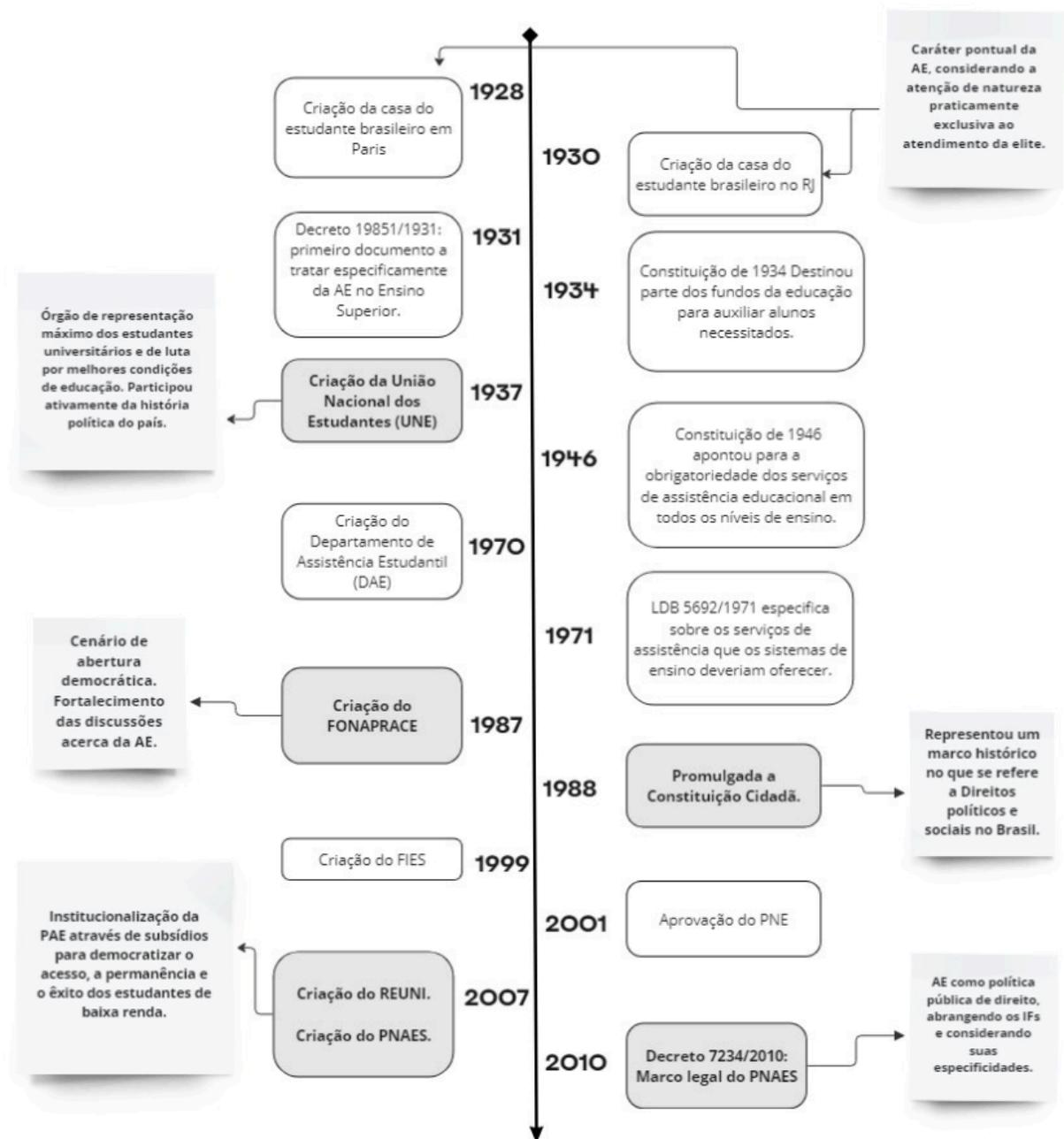
Devido à forte reivindicação e articulação dos movimentos sociais foi inserido no PNE algumas ações de AE destinadas a estudantes de baixa renda da educação básica com altas habilidades intelectuais com vistas a oferecer bolsas e apoio ao prosseguimento dos estudos. E ainda, estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que obtivessem bom desempenho acadêmico (Brasil, PNE, 2001).

Algumas ações de governo, no que tange a permanência e êxito dos estudantes foram implementadas, durante os anos 2000, tais como: Programa Universidade para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Vale ressaltar que os programas acima citados, com exceção do PNAES se configuram como ações de assistência no aspecto de financiamento das mensalidades no decorrer do curso, desprezando as necessidades socioeconômicas e de manutenção dos discentes nos demais aspectos da vida acadêmica, conforme refere Kowalski (2012).

Ainda assim, essas ações foram fundamentais para que a temática da AE fosse inserida na agenda pública como um tema legítimo e de grande relevância, obtendo notoriedade dos formuladores de políticas públicas numa perspectiva de

consolidar-se como uma política de Estado. Nesse sentido, como forma de sintetizar essa trajetória tão significativa da AE no Brasil, organizou-se uma linha do tempo demonstrando os principais acontecimentos que marcaram esse percurso histórico.

Figura 1- Linha do tempo: Síntese dos principais marcos da AE no Brasil



Fonte: Elaborado pela autora com uso do software *Miro*⁴ (2023)

⁴ <https://miro.com/pt/>

3.1 Assistência estudantil: uma política, múltiplas concepções

Como abordado na seção anterior, a PAE faz parte de um processo de lutas de movimentos sociais e estudantis ao longo dos anos e está associada à própria luta pelo direito à educação no Brasil. Sendo assim, a AE foi se construindo em meio a cenários sociopolíticos e econômicos diversos e a partir da atuação de diferentes atores sociais (Dutra e Santos, 2017). Sua conformação está fortemente ligada às transformações sociopolíticas e seus impactos na história da educação superior brasileira e originou-se através de ações pontuais, fragmentadas e restritas às demandas da classe alta da sociedade.

De acordo com Araújo (2003, p.99) os estudos sobre AE no Brasil são de grande relevância a medida em que somos um dos países onde se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato que é visível também nos espaços universitários, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do acesso ao ensino já ingressa em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar ou de permanecer nos cursos escolhidos.

O referencial teórico que fundamenta o estudo em tela está referenciado em algumas teorias e abordagens educacionais e sociais, como a Teoria da Equidade na educação, a qual enfatiza a importância de garantir oportunidades justas para todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica, como forma de promoção da igualdade de oportunidades e redução das disparidades educacionais e sociais.

Nessa perspectiva, é preciso equilibrar os princípios de igualdade (o comum) e diferenciação (o diverso). É uma obrigação dos sistemas educacionais assegurar a equidade em uma tripla dimensão: no acesso, nos processos e nos resultados. A educação deve tratar de forma diferenciada o que é desigual na origem para se chegar a resultados de aprendizagem equiparáveis e não reproduzir as desigualdades presentes na sociedade (Unesco, 2008).

Na visão de Assis, *et al.* (2013), a AE possibilita tornar o ensino superior mais equânime, não restringindo-se ao combate à pobreza através de programas e ações que visem somente o suporte financeiro, mas visando o atendimento a outras formas de vulnerabilidades. Nesse sentido, Moraes e Lima (2011) destacam a abrangência

do termo vulnerabilidade social, afirmando que é necessário o desenvolvimento de uma política que abranja todos os indivíduos que se encontram em situações de risco, tais como famílias ou indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos afetivos; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; exclusão pela pobreza; uso de substâncias psicoativas, entre outras.

Outra teoria fundamental é a da abordagem do desenvolvimento integral do estudante que também é considerada como uma das teorias frequentemente utilizadas no desenvolvimento de políticas de AE pois pressupõe que essas ações devem enfatizar o cuidado com o bem estar físico, emocional, social e acadêmico dos estudantes. Por esse prisma, os programas e serviços ofertados aos estudantes vão além do suporte financeiro, abrangendo também serviços de saúde, aconselhamentos, orientação acadêmica e suporte pedagógico, entre outros.

Nesse aspecto Vasconcelos (2010), pontua que

A Assistência Estudantil [...] transita em todas as áreas dos direitos humanos, compreendendo ações que proporcionem desde as ideais condições de saúde, o acesso aos instrumentais pedagógicos necessários à formação profissional, nas mais diferentes áreas do conhecimento, o acompanhamento às necessidades educativas especiais, até o provimento dos recursos mínimos para a sobrevivência do estudante, tais como, moradia, alimentação, transporte e recursos financeiros. (Vasconcelos, 2010, p.609).

Nessa perspectiva, a autora propõe que se considere a formação integral dos sujeitos em formação como ser social, de direitos, de desejos, cujas necessidades vão muito além de suporte financeiro, mas também de suporte simbólico, de ações que priorizem o estudante em todas as suas dimensões, atuando para além da dimensão intelectual.

Corroborando com esse entendimento Palavezzini (2021), quando afirma que

Evidenciar a perspectiva multidimensional e multifatorial da permanência dos estudantes em todos os níveis educacionais, é indispensável para evitar simplificações e reduzir a problemática apenas à condição de renda. Apesar das questões de ordem econômica serem peremptórias para permanência dos estudantes no ensino superior (Palavezzini, 2021, p. 222).

Diante do contexto de expansão e democratização do ensino superior público cresce ainda mais a necessidade da consolidação e fortalecimento de uma PAE que considere as especificidades desses sujeitos que acessam a educação em seus

diferentes níveis e modalidades, inclusive através das políticas de ações afirmativas (Disconci, Boing e Berwig, 2023).

Dentre os movimentos sociais e atores fundamentais nessa trajetória histórica da assistência estudantil destaca-se a atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Essas entidades fomentaram o debate e contribuíram de forma significativa para a construção da política de assistência estudantil que se tem na atualidade.

Para o FONAPRACE (2012), a assistência estudantil deve ser compreendida como um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso de graduação dos estudantes das instituições de ensino, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Percebe-se, portanto, nessa definição acima o imenso papel social e as muitas frentes de atuação da assistência estudantil como sendo um mecanismo de inclusão, de empoderamento dos estudantes oriundos das classes mais baixas, de melhoria de condições de vida e, conseqüentemente de avanços e crescimento para o país através da qualificação da população.

Embora reconheça-se que a AE possui uma trajetória de descontinuidade, a luta dos movimentos sociais e estudantis busca ao longo dos anos a construção de planos e programas que reverberam em uma política de assistência estudantil consolidada a fim de garantir não só o acesso, mas a permanência e o êxito dos estudantes. Partindo da concepção de programa de apoio, direito social e política essencial e inseridos na tríade de ensino, pesquisa e extensão, Faro (2008) considera a Assistência Estudantil como estratégia de atendimento aos alunos em vulnerabilidade socioeconômica:

A política de Assistência Estudantil consiste em um conjunto de princípios, objetivos e diretrizes e métodos que orientam a estratégia institucional de provimento e soluções às necessidades do estudante em situações de vulnerabilidade [...], materializando se em um amplo programa de apoio, atualmente em várias frentes e desenvolvendo-se de modo intersetorial, possibilitando acesso, permanência e a conclusão, proporcionando experiências teóricas e práticas que

preparem para a cidadania e para futuras inserções no mundo do trabalho. (Faro, 2008, p. 64).

A assistência estudantil caracteriza-se como uma ação assistencial, que busca atender às necessidades sociais básicas dos estudantes e está inserida no campo das políticas públicas de educação superior. Trata-se de uma política nacional estruturada com a proposta de responder às demandas dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica - que estão tendo sua participação ampliada no ensino superior público - na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Recebe o nome de “política” por estar estruturada com base em um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implementação de ações no campo das Instituições Federais de Ensino Superior (FONAPRACE, 2012).

É considerada como uma política, segundo Braga (2018;2019) [...] no contexto do acesso à educação e de lutas sociais para se estabelecer uma universidade pública, gratuita com ampliação do acesso por parte da classe trabalhadora, historicamente excluída do acesso à educação. Compreende-se a AE, ainda segundo o autor, localizada no campo das políticas sociais, como conceito em disputa por projetos societários e ideológicos numa reprodução das relações sociais e de uma educação nos limites do capital.

Embora ainda haja muito por fazer para tornar a assistência estudantil uma política de estado consolidada e efetiva para o fim a que se destina, é fundamental compreender a assistência estudantil como direito social e romper-se com “[...] a ideologia tutelar do assistencialismo, da doação, do favor e das concessões do estado” (Sposati, 2002, p.23), forma como as políticas de assistência vem sendo vistas e compreendidas.

Constata-se que, apesar da trajetória percorrida até aqui, ainda não se definiu um conceito único e consensual de AE, pois diferentes concepções foram se construindo e, muitas vezes, atuando de forma distinta e conflituosa (Dutra, Santos, 2017). É importante ressaltar que a assistência estudantil é um campo multidisciplinar, e diversos referenciais teóricos podem ser relevantes para a compreensão e aprimoramento das ações e programas nessa área.

A combinação de diferentes abordagens teóricas permite uma compreensão mais completa e fundamentada para o desenvolvimento de políticas e práticas de

assistência estudantil mais efetivas. Dessa forma, neste estudo será dada ênfase às categorias teóricas das políticas públicas de educação, a teoria da equidade na educação e a abordagem do desenvolvimento integral dos estudantes.

3.2 Documento normativo da política: PNAES

Apesar de toda a caminhada histórica retratada anteriormente, a regulamentação da AE no Brasil é um fato relativamente recente que se deu por meio da Portaria Normativa 39 de 12 de dezembro de 2007, que originou o marco legal que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) o Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Programa é um dos instrumentos de operacionalização da política e, especificamente, trata-se de um conjunto sistêmico de ações programadas e articuladas entre si, com objetivo de atender uma demanda pública específica, encampada na agenda de prioridades de políticas públicas do Estado ou governo (Rossi *et al.*, 2004; Villanueva, 2006 apud Januzzi, 2014).

Conforme destaca Imperatori (2017), o PNAES representa um avanço no reconhecimento da assistência estudantil como um direito social. Corroborando com essa afirmação Lima (2023), ao salientar que o PNAES é imprescindível como política pública de permanência estudantil, principalmente para classes excluídas historicamente do âmbito das instituições de ensino federais. O PNAES é o cume provisório de um longo processo de institucionalização da assistência estudantil no país (Silva e Marques, 2020).

Embora a intenção principal deste trabalho seja avaliar a implementação do PNAES, tratar do processo de formulação torna-se imprescindível para entendermos sua origem e a que se propõe. Para isso, faz-se necessário utilizar-se dos principais modelos analíticos à luz da Ciência Política para conhecer e classificar o PNAES quanto a sua formulação. Processo esse, também conhecido como Ciclo de Política Pública (*policy cycle*), que segundo Secchi (2019) se restringe a sete fases principais: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação e 7) extinção. O autor ressalta que, raramente esses passos refletem a real dinâmica ou vida de uma Política Pública, pois essas fases podem ser misturadas, ocorrerem simultaneamente ou alternadas.

Considerando o entendimento de Lowi quanto aos tipos de Políticas Públicas (Lowi, 1964, apud Secchi, 2019), o Programa Nacional de Assistência Estudantil classifica-se como uma política de tipologia distributiva, a qual gera benefícios concentrados para alguns grupos de atores e custos difusos para toda a coletividade/contribuintes. Ainda, conforme Frey (2020), uma política distributiva se caracteriza:

[...] por um baixo grau de conflito de processos políticos, visto que [...] só parecem distribuir vantagens e não acarretam custos - pelo menos diretamente percebíveis - para outros grupos. [...] Em geral [...] beneficiam um grande número de destinatários, todavia em escala relativamente pequena; potenciais opositores costumam ser incluídos na distribuição de serviços e benefícios. (Frey, 2000, p. 223-224).

Faz-se necessário destacar que o caminho das políticas públicas de educação teve origem na educação superior em função das demandas e desafios que este nível de ensino enfrenta. Para auxiliar no combate a esses desafios sociais e econômicos que prejudicam os estudantes das instituições públicas brasileiras, foi criado o PNAES, com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. Nesse marco legal, a assistência estudantil é reconhecida como estratégia de combate às desigualdades sociais, ampliação e democratização das condições de acesso e permanência no ensino superior público federal, com uma definição bastante ampliada (Imperatori, 2017).

Segundo esse decreto, os objetivos do PNAES são: i) a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; ii) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão do ensino superior; e iii) reduzir as taxas de evasão e contribuir para a inclusão social pela educação.

O documento define ainda as dez áreas de atuação do programa: alimentação, moradia, transporte, creche, inclusão digital, esporte, saúde, cultura, apoio pedagógico e inclusão de estudantes com deficiência física e déficit de aprendizagem constituindo-se como um importante mecanismo de acesso a direitos sociais básicos para que os estudantes tenham condições de permanência e de conclusão de seus estudos.

O Decreto define como requisitos para atendimento no âmbito do programa os alunos oriundos da rede pública da educação básica, com renda familiar per

capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo dos demais critérios fixados pelas instituições. Define ainda que as instituições de ensino deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Nesse sentido Antunes (2018), chama a atenção para a seguinte indagação: embora os IFs sejam citados no referido decreto, não são inteiramente atendidos neste instrumento legal, elaborado e discutido para prover a permanência de estudantes na educação superior, deixando aberto a diversas interpretações quanto à aplicabilidade da norma já que os IFs atendem a um público que vai desde a educação básica até a pós-graduação, passando pela educação profissional técnica de nível médio, educação de jovens e adultos e graduação.

Taufick (2014), ao investigar sobre a assistência estudantil no âmbito dos institutos federais, identificou a necessidade de se analisar as especificidades mediante uma diversidade de fatores influenciadores com relação aos benefícios concedidos aos discentes. A autora afirma que foi por responder por parcela da oferta de educação superior que os IFs foram incluídos no programa e salienta que o programa foi concebido voltado ao público e às políticas desenvolvidas pelas universidades federais, as quais possuem um perfil de alunado com características distintas do público dos Ifs, que apesar de ofertarem educação de nível superior possuem uma significativa oferta de educação básica articulada com a educação profissional, principalmente cursos técnicos de nível médio.

Os IFs devem garantir o mínimo de 50% de suas vagas para atender à educação profissional técnica de nível médio, e o mínimo de 20% de suas vagas para oferta de licenciatura (Art. 8º, Lei n.º 11.892/2008). Dessa forma, devem promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão (Art. 6º, III, Lei n.º 11.892/2008).

Com o objetivo de contemplar essas especificidades foram definidos critérios, metodologias e estratégias para a implementação do PNAES nos IFs através de regulamentação específica sobre a assistência estudantil. Esta ação foi recomendada pelo Ministério da Educação (MEC), conforme Ofício nº 42, de 03 de maio de 2011, de modo que os Institutos implementaram as ações de assistência estudantil através de regulamentação própria. Essa recomendação desencadeou o estabelecimento de normas internas com definições para a implementação do PNAES nos IFs. (Brasil, 2011 a).

Além disso, o Decreto 7234/2010 sinalizou que as despesas do programa [...] correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao MEC ou às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados pela legislação orçamentária vigente (Brasil, 2010).

Em face dessa regulamentação, infere-se que serão beneficiados estudantes na medida dos recursos disponíveis e não que os recursos são disponibilizados conforme demanda existente. Essa lógica reveste o programa de caráter seletivo e focalizado, restando aos executores a “eleição dos mais pobres entre os pobres” (Palavezzini; Alves, 2019).

Ainda conforme apontam as autoras, o PNAES não trouxe ‘garantia efetiva’ de orçamento para as ações de assistência estudantil, pois seus atos normativos (portaria/decreto) não estabelecem vinculações orçamentárias.

Não há determinação de uma parcela específica do orçamento público a ser destinado para o programa. Deste modo, a questão do financiamento aparece como um limite para a efetivação não apenas do texto legal, mas, especialmente da proposta objetiva do programa (proporcionar condições de permanência). O programa traz ‘relativa garantia’ do financiamento das ações de por meio do repasse financeiro direto às IFES, em rubrica específica, já definida nos códigos orçamentários que limitam o gasto deste recurso nas ações pré-estabelecidas, impedindo assim que o recurso seja integrado ao orçamento geral e utilizado para outros fins (Palavezzini; Alves, 2019 p. 7).

As autoras supracitadas afirmam que essa condição e a falta de regulamentação por meio de uma lei federal consistem num dos maiores desafios da AE atualmente. No Instituto Federal Farroupilha, além dessa verba, constituiu-se um dispositivo normativo que determinou que os campi invistam, pelo menos, 5% dos seus recursos de custeio em complemento à verba PNAES.

Tal regra está vinculada a um momento anterior à implementação do programa. Esse dispositivo normativo explicitou, em certa medida, a historicidade institucional e sua influência no desenho da política de assistência estudantil (PAE) do IFFar (Correa, Ramos, 2021).

3.3 Instituto Federal Farroupilha: cenário, atores e sujeitos da política pública

Esta seção se dedica a apresentar o espaço de realização das atividades profissionais da pesquisadora e, por conseguinte, o lócus da pesquisa: O Instituto Federal Farroupilha (IFFar). O IFFar é uma instituição educacional pública e gratuita, sendo uma autarquia federal com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático pedagógica e disciplinar.

Os Institutos Federais (IFs) surgem a partir da Lei 11.892/2008 que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, com a possibilidade da oferta de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional técnica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, bem como na formação de docentes para a Educação Básica.

O IFFar localiza-se no estado do Rio Grande do Sul, tendo a reitoria sediada na cidade de Santa Maria. Foi criado através da integração do Cefet de São Vicente do Sul, da Escola Agrotécnica Federal de Alegrete, e das unidades descentralizadas de Ensino de Cefets em Júlio de Castilhos e Santo Augusto. Mais tarde foram criados campi e campus avançado nas cidades de Jaguari, Panambi, Santa Rosa, Santo Ângelo, São Borja e Uruguaiana. O campus Frederico Westphalen foi criado a partir da integração do Colégio Agrícola de Frederico Westphalen, da UFSM, ao IFFar (IFFAR, 2018).

Atualmente conta com 1.710 servidores entre técnico administrativos em educação (TAEs) e docentes, 16.326 alunos, ofertando cursos de educação superior, básica e profissional nas modalidades de ensino presencial e a distância. distribuídos em 10 campi, 1 campus avançado⁵, 3 centros de referências e pólos EaD, conforme explicitado no Relatório de gestão da instituição (IFFAR, 2022).

Figura 2- Distribuição dos campi do IFFar

⁵ [portaria-n-411-de-7-de-maio-de-2024](#)- Dispõe sobre a alteração de tipologia dos Campi Avançados dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFs. Campus avançado de Uruguaiana passa a ser Campus Uruguaiana.



Fonte: Relatório de gestão do IFFar (2022)

Consolida-se a partir daí uma política pública educacional voltada para a escolarização e profissionalização ampliando as oportunidades de acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. Para Pacheco (2011), os Institutos Federais ressaltam a valorização da educação e das instituições públicas, aspectos das atuais políticas assumidos como fundamentais para a construção de uma nação soberana e democrática, o que, por sua vez, pressupõe o combate às desigualdades estruturais de toda ordem.

Nesse sentido pode-se inferir que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, enquanto política pública de educação, cujo programa principal são os institutos federais, são, por um lado, um programa que sofre com a imposição das regras do mercado neoliberal para servir ao projeto de classe dominante, ou seja, uma educação funcional ao sistema, como educação restrita à técnica e funcional alinhada com o mercado de viés neoliberal.

Por outro lado, observa-se que os institutos federais são também um projeto emancipatório em todas as áreas e profissões, na medida em que se comprometem com atividades no sentido da universalidade da educação, em especial na constituição da educação profissional. Trata-se, assim, de instituição cujo “[...] seu

papel social está visceralmente vinculado à oferta do ato educativo que elege como princípio a primazia do bem social” (Brasil, 2010, p.18).

Representa, desta forma, uma política educacional que contribui para situar historicamente essa possibilidade, na perspectiva da emancipação humana e da importância da educação nesse processo. Para Pacheco (2011), os Institutos Federais constituem espaços fundamentais na construção dos caminhos visando ao desenvolvimento local e regional.

Para tanto, devem ir além da compreensão da educação profissional e tecnológica como mera instrumentalizadora de pessoas para ocupações determinadas por um mercado, seguindo a proposta de

agregar à formação acadêmica a preparação para o trabalho (compreendendo-o em seu sentido histórico, mas sem deixar de afirmar seu sentido ontológico) e discutir os princípios das tecnologias a ele concernentes dão luz a elementos essenciais para a definição de um propósito específico para a estrutura curricular da educação profissional e tecnológica. O que se propõe é uma formação contextualizada, banhada de conhecimentos, princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos de vida mais dignos. (Pacheco, 2011, p. 15).

Embora recente, essa instituição se destaca na formação técnica e profissionalizante uma vez que oferece diferentes níveis e modalidades de ensino e, principalmente pela verticalização, interiorização e integração do ensino, constitui espaço relevante para desenvolver atividades emancipatórias.

Seguindo na perspectiva de contribuir para o desenvolvimento regional, em 2010 foi implantado o Campus São Borja a partir do Plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica- Fase II, com o objetivo de preencher um vazio regional de Ensino técnico, a fim de contribuir para o desenvolvimento local e minimizar o êxodo dos jovens da região que se deslocam para outras cidades em busca de oportunidades de profissionalização em outras cidades do estado e do país.

Com essa abrangência, o IFFar visa à interiorização da oferta de educação pública e de qualidade, atuando no desenvolvimento local a partir da oferta de cursos voltada para os arranjos produtivos, culturais, sociais e educacionais da região. Assim, com sua recente trajetória institucional, busca perseguir este propósito, visando constituir-se em referência na oferta de educação profissional e tecnológica comprometida com as realidades locais.

Com o propósito de fortalecer o grande potencial de desenvolvimento do município e da região, o Campus São Borja oferece cursos relacionados aos Eixos Tecnológicos 'Informação e Comunicação', 'Turismo, Hospitalidade e Lazer' e 'Gestão e Negócios', visando proporcionar à comunidade uma qualificação de qualidade nas áreas de tecnologia e serviços.

Atualmente o Campus São Borja oferta três cursos técnicos de nível médio integrados: Administração, Eventos e Informática; dois cursos técnicos subsequentes: Logística e Gastronomia; um curso técnico/ PROEJA: Gastronomia; cinco curso de graduação: Matemática e Física (licenciatura), Sistemas de Informação (bacharelado), Gestão de turismo e Gastronomia (tecnologia). Atualmente conta com 75 docentes, 55 técnicos administrativos em educação (TAES) e 1.310 alunos regularmente matriculados (PNP, ano base] = 2022; [Edição]= 2023).

3.4 A política de assistência estudantil do Instituto Federal Farroupilha

Esta seção destina-se a apresentar a regulamentação interna referente à política de assistência estudantil preconizada pelo PNAES a partir da aprovação da Resolução Consup 012/2012 que dispunha sobre os programas, serviços, projetos e ações de assistência estudantil a serem ofertadas pela instituição.

A Política de Assistência Estudantil (PAE) do IFFar compreende as diretrizes, objetivos e princípios que compõem a oferta dos serviços, programas, projetos e ações na instituição. As ações de assistência estudantil voltadas à saúde, cultura, esporte e lazer e apoio didático-pedagógico são para todos os estudantes regularmente matriculados na instituição.

Quanto às ações ofertadas estão alocadas em seis eixos de atuação, a saber: Eixo 1) ampliação do acesso, realizado por meio de ações afirmativas (reserva de vagas no processo seletivo) e isenção de taxas de inscrição no processo seletivo. Eixo 2) permanência dos estudantes na instituição, realizada por meio das ações de moradia estudantil, alimentação, transporte, apoio aos estudantes pais e apoio à permanência. Eixo 3) apoio pedagógico e acompanhamento de egressos. Eixo 4) Atenção à saúde. Eixo 5) Promoção do esporte, cultura e lazer. Eixo 6) monitoramento e avaliação da PAE (IFFAR, 2012).

Em relação ao público alvo das ações descritas acima estão elencados candidatos aos cursos regulares oferecidos pela instituição, pela isenção da taxa de inscrição no processo seletivo, estudantes regularmente matriculados, ex-estudantes, por meio do acompanhamento de egressos, pais ou responsáveis. Prioritariamente são atendidos estudantes cujo grupo familiar se encontra em situação de vulnerabilidade.

Quanto às formas de oferta dos auxílios que se destinam aos estudantes mais vulneráveis, identificados por meio de avaliação socioeconômica, têm como finalidade propiciar condições favoráveis à permanência dos alunos no IFFar. São destinados aos estudantes que comprovam a situação de vulnerabilidade socioeconômica e apresentam renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio e cumpram com os demais pré-requisitos estabelecidos em regulamento e edital específico (IFFAR, 2022).

Esses auxílios se dividem em: Auxílio permanência: destinado aos estudantes matriculados em cursos presenciais e à Distância (EAD), Auxílio transporte: para estudantes matriculados em cursos presenciais, com valores definidos pela distância da moradia, Auxílio eventual: para estudantes matriculados em cursos presenciais, que em período fora de editais de seleção passem a se encontrar em situação de vulnerabilidade social. Auxílio à participação em eventos: prevendo diárias que variam conforme o local do evento e Auxílio ao estudante atleta: para estudantes matriculados em cursos presenciais ou EAD.

Vale destacar que cada campus do IFFar possui em sua estrutura organizacional uma Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), composta por uma equipe multiprofissional que, articulada com os demais setores da instituição, trata dos assuntos relacionados ao acesso, à permanência, ao êxito e à participação dos estudantes no espaço escolar. (IFFAR, 2012). Fazem parte da equipe multiprofissional de Assistência Estudantil do Campus São Borja: uma assistente social, três assistentes de alunos, uma psicóloga, uma nutricionista, um médico, uma odontóloga, uma técnica em enfermagem e uma enfermeira.

Além das demais áreas de atendimento do PNAES, o campus São Borja oferta moradia estudantil⁶ a qual compreende o núcleo de setores e serviços responsáveis pela residência dos estudantes do campus, em regime de internato, com o fim de promover o bem estar e a igualdade social entre os residentes,

⁶ Resolução Consup nº 050/2019 - Regulamento da Moradia Estudantil do IFFar

abrangendo: a) os dormitórios, b) as áreas adjacentes aos dormitórios, como salas de estudos, dentre outras; c) as áreas de esporte e lazer; d) o refeitório do Instituto; e) a lavanderia ou área de serviço (IFFAR, 2019).

No que se refere ao apoio pedagógico e auxílio a estudantes com condições especiais como deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação o IFFar conta com as Coordenações de Ações Afirmativas (CAAs) e Coordenações de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (CAPNEs), presentes em todos os campi e Reitoria.

As ações das CAAs são voltadas para as temáticas de inclusão, diversidade e não-violência. As CAAs e CAPNEs dos campi são formadas por núcleos inclusivos, compostos por representantes de todos os segmentos institucionais. Todas as unidades possuem: Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE), Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (NEABI) e Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), conforme descrito na Resolução CONSUP 043/2022⁷.

Além desses, a CAPNE (reitoria) possui o Núcleo de Elaboração e Adaptação de Materiais Didático-Pedagógicos - NEAMA, onde atuam duas servidoras revisoras de texto Braille e uma servidora tradutora intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras). O NEAMA tem como atribuições produzir e desenvolver materiais adaptados e tecnologia assistiva. As principais atividades dos Núcleos inclusivos são a sensibilização da comunidade acadêmica, a promoção de projetos de ensino, pesquisa e extensão, e o fomento a políticas institucionais de acesso, permanência e participação de todas as pessoas (IFFAR, 2022).

Conforme destacam Freitas e Cavalcante (2022), para garantir equidade no processo de ensino e aprendizagem é preciso se preocupar com as adaptações pedagógicas, sejam elas métodos, técnicas ou recursos ou ainda no próprio currículo ofertado a esses estudantes. Nesse sentido, Silva et al. (2021), trata dessas duas perspectivas de atendimento da AE como suportes materiais e simbólicos, destacando que para que se consolide o verdadeiro processo de democratização da educação é necessário se avaliar se as ações ofertadas asseguram a permanência do público estudantil ingressante pela política de ações afirmativas.

⁷ Resolução Consup nº 43/2022 - Instituto Federal Farroupilha

No que se refere a temática da AE, o IFFar possui um conjunto de documentos norteadores que estão elencados no quadro a seguir:

Quadro 1- Diretrizes institucionais da AE no IFFar

Temática	Em vigência	Revogada
Política de Assistência Estudantil	Resolução Consup nº 12/2012	Resolução Consup nº 04/2010
Programa de Monitoramento e Avaliação	Resolução Consup nº 17/2012	
Programa de Promoção do Esporte, Cultura e Lazer	Resolução Consup nº 18/2012	
Política de Atenção à Saúde dos Discentes	Resolução Consup nº 14/2015 e 42/2020	Resolução Consup nº 16/2012
Apoio Financeiro a Participação em eventos	Resolução Consup nº 01/2018	Resolução Consup nº 06/2017
Convivência Discente	Resolução Consup nº 66/2018	Resolução Consup nº 100/2013 e 07/2017
Procedimento de avaliação socioeconômica para fins de acesso aos auxílios da Assistência Estudantil	IN Gabinete 03/2022	Resolução Consup Ad Referendum nº 12/2019
Programa de Segurança Alimentar e Nutricional	Resolução Consup nº 27/2019	Resolução Consup nº 54/2018
Moradia Estudantil	Resolução Consup nº 50/2019	Resolução Consup nº 129/2015
Concessão de Auxílios de Assistência Estudantil	Resolução Consup nº 51/2019 e Ad Referendum nº 12/2019	Resolução Consup nº 11/2013, 12/2013, 87/2014, 137/2015 e 06/2017
Concessão de Auxílios Financeiros em Caráter Emergencial	Resolução Consup Ad Referendum nº 03 e 10/2020	
Procedimentos para emissão e utilização das carteiras de identificação estudantil	IN Gabinete nº 02/2022	IN PROEN nº 01/2019
Utilização dos refeitórios	IN Gabinete nº 05/2019	
Normatiza orientações e procedimentos referentes às situações de violência autoprovocada, com risco à integridade física dos estudantes do IFFar e dá outras providências	IN Gabinete nº 04/2020	

Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseado em Site IFFar/Ensino/Regulamentos e legislações

Percebe-se através dos documentos norteadores que a implementação da Política de Assistência Estudantil nos IFs adquire contornos específicos, já que cada instituição tem autonomia para elaborar seus regulamentos de AE, sem deixar de seguir o que é contemplado no PNAES, porém adequando as suas realidades e público atendido.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo é resultado de uma pesquisa acerca das ações da política de assistência estudantil realizadas no Campus São Borja durante o período pandêmico, com vistas a responder ao seguinte problema de pesquisa: *Como as políticas públicas de assistência estudantil impactaram na vida escolar dos estudantes beneficiários do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja no período pandêmico?*

A seguir apresenta-se a caracterização da pesquisa quanto a abordagem, natureza, objetivos, a população e a amostra da pesquisa, assim como a descrição do instrumento de coleta de dados e os procedimentos de coleta, aspectos éticos, e por fim as ferramentas e etapas da análise dos dados.

4.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa baseou-se em uma abordagem qualitativa na qual o contexto e tempo precisam ser considerados, pois o ambiente é a vida real e os fatos a serem interpretados são significados sociais. Esse tipo de pesquisa é relevante para analisar a percepção direta dos resultados de uma política junto a seus usuários ou beneficiários (Brasil, 2018, p. 261). Além disso, a pesquisa qualitativa é uma importante ferramenta para a realização de pesquisas com foco social, tendo em vista sua capacidade de reflexão sobre os diversos aspectos da sociedade. (Michel, 2015).

Do ponto de vista de sua natureza a pesquisa qualifica-se como aplicada, pois pretende-se que os seus resultados sirvam como referência para avaliação e resolução de problemas concretos da política pública implementada em uma instituição de ensino (Minayo, 2001). Trata-se de uma pesquisa exploratória quanto aos seus objetivos, que será realizada em uma instituição de ensino federal composta por sujeitos em formação, tanto servidores quanto alunos.

Segundo Gil (2002, p.41) pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, incluindo levantamento bibliográfico e entrevistas. Além do

mais, o autor ressalta que o estudo descritivo tem como objetivo principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno.

4.1.1 Procedimentos adotados: técnicas e instrumentos

O estudo se caracterizou ainda, quanto aos procedimentos, por uma pesquisa documental e estudo de campo devido à natureza das fontes. Documental, de fonte primária, se refere ao conjunto de documentos que de uma maneira geral não receberam tratamento analítico por se tratarem de dados de posse da Coordenação de Assistência Estudantil do Campus e documentos contidos no sítio eletrônico da instituição, assim como editais e relatórios referentes ao recorte temporal da pesquisa (anos de 2020 e 2021) e objeto de estudo.

Conforme Gil (2002, p.46), a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens considerando que os documentos constituem fonte rica e estável de dados já que subsistem ao longo do tempo. Outra vantagem elencada pelo autor reside no custo para a realização, pois a análise dos documentos exige além da capacidade do pesquisador a disponibilidade de tempo.

Também foram analisadas as demais legislações sobre a trajetória das políticas de assistência estudantil existentes em âmbito nacional e as diretrizes institucionais que baseiam a política de assistência estudantil do Instituto Federal Farroupilha. Na sequência, foi realizado o mapeamento dos editais lançados pela assistência estudantil do Campus São Borja durante o período pandêmico, assim como o quantitativo de estudantes beneficiados, o que possibilitou a coleta de informações relevantes para análise.

Por fim, a coleta de dados da pesquisa documental (Apêndice A) forneceu subsídios e possibilidades para que fosse realizada a pesquisa de campo baseada na proposição de Gil (2002, p. 53) que estabelece que esse tipo de estudo apresenta algumas vantagens em relação principalmente aos levantamentos, pois como é desenvolvido no próprio local em que ocorrem os fenômenos, seus resultados costumam ser mais fidedignos. Como não requer equipamentos especiais para a coleta de dados, tende a ser bem mais econômico. E como o pesquisador apresenta nível maior de participação, torna-se maior a probabilidade de os sujeitos oferecerem respostas mais confiáveis.

O estudo de campo utilizou-se da técnica da entrevista, e teve como instrumento de coleta o roteiro de entrevista semiestruturada. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com estudantes beneficiários e com servidores da AE (Apêndices B e C) que foram conduzidas pela pesquisadora de maneira formal, presencial e individual, buscando nesses relatos identificar de que forma esses auxílios foram implementados e como impactaram na vida escolar desses sujeitos possibilitando assim responder ao objetivo geral da pesquisa. As falas, com duração média de 20 minutos cada, foram gravadas e, posteriormente, transcritas pela pesquisadora. Os aspectos éticos da pesquisa foram assegurados: todos os entrevistados estavam cientes do objetivo da pesquisa como também dos meios de divulgação dos resultados através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE (Apêndice D).

Desse modo foram entrevistadas três servidoras que são diretamente ligadas à implementação das políticas de assistência estudantil no Campus São Borja, sendo a coordenadora da assistência estudantil, a assistente social e a nutricionista e também coordenadora substituta da AE. Para cada servidora entrevistada, adotou-se um código “S” seguido de uma numeração (S1, S2, S3) a fim de garantir o sigilo e sistematizar os conhecimentos gerados.

As entrevistas com os dez discentes transcorreram da mesma forma sendo que os códigos utilizados para identificar as falas foram “E”, ou seja Estudante (E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10). Após transcritas as entrevistas foram sistematizadas e categorizadas seguindo a técnica da análise de conteúdo (Bardin, 2011) e alguns extratos significativos dos relatos estão apresentados na seção de resultados da pesquisa de campo.

4.1.2 População e amostra

A pesquisa foi realizada no Campus São Borja do IFFar, mais especificamente no setor de assistência estudantil, que se configura como um espaço de atendimento aos alunos, contendo uma equipe multidisciplinar com assistentes de alunos, médico, assistente social, nutricionista, psicóloga, dentista, técnico de enfermagem e enfermeira. Essa equipe multidisciplinar se articula com os demais setores ligados ao Ensino do Campus, principalmente com o Setor de

Assessoria Pedagógica (SAP) no atendimento às demandas da comunidade acadêmica.

A coleta documental foi contemplada por um conjunto de documentos de domínio público e a amostra utilizada neste estudo foi formada pelos documentos e dados de posse da Coordenação de Assistência Estudantil do Campus e documentos contidos no sítio eletrônico da instituição, assim como editais e relatórios referentes ao recorte temporal da pesquisa (anos de 2020 e 2021) referentes ao objeto de estudo.

A amostra para entrevista foi selecionada de forma não-probabilística intencional por adesão, priorizando servidores que atuaram na equipe de AE durante o período pesquisado e estudantes de todos os cursos ofertados pelo Campus, a saber: dois cursos técnicos de nível médio integrados, um curso técnico de nível médio modalidade/Proeja, dois cursos subsequentes, cinco cursos de graduação, totalizando dez cursos. Para a identificação dos estudantes beneficiários foi solicitado à Coordenação da Assistência Estudantil do Campus, bem como a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil o acesso aos relatórios contendo a identificação dos estudantes que receberam pelo menos 1 (um) benefício no período pandêmico.

Quadro 2- Sistematização dos procedimentos de coleta e relação com o universo e amostra

Tipo de coleta	Técnica e instrumentos	Universo e amostra	Critério de seleção
Coleta documental	<p>Técnica de pesquisa documental</p> <p>Instrumento: roteiro de coleta documental</p>	<p>Universo: Documentos de domínio público relacionados a PAE</p> <p>Amostra: 1 Decreto, 1 Portaria, 4 Resoluções</p> <p>2 Relatórios de monitoramento</p> <p>39 Editais</p>	<p>Ser documento referente a PAE em vigência;</p> <p>Referentes às ações de AE realizadas em 2020 e 2021;</p> <p>Publicados pela CAE durante o período pandêmico (2020 e 2021).</p>
Coleta de campo	<p>Técnica de entrevista</p> <p>Instrumento: roteiro de entrevista</p>	Universo: estudantes e servidoras da AE do IFFar	Servidores que atuaram na AE do campus no período pandêmico (2020 e 2021)

	semiestruturada	Amostra: 3 servidores 10 estudantes	Estudantes beneficiários PNAES que tenham recebido pelo menos um auxílio durante o período pandêmico (2020 e 2021).
--	-----------------	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

4.1.3 Tratamento dos dados

Para a implementação, organização das etapas da pesquisa e análise dos dados foi utilizada como ferramenta metodológica a análise de conteúdo descrita por Bardin (2011). Conforme a autora, “por detrás do discurso aparente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar” (Bardin, 2011, p.20). Seguindo a organização de análise de conteúdo de Bardin (2011), a qual pressupõe a pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferências e interpretação, a etapa de pré-análise compreende a escolha dos documentos a serem analisados e aprofundados teoricamente.

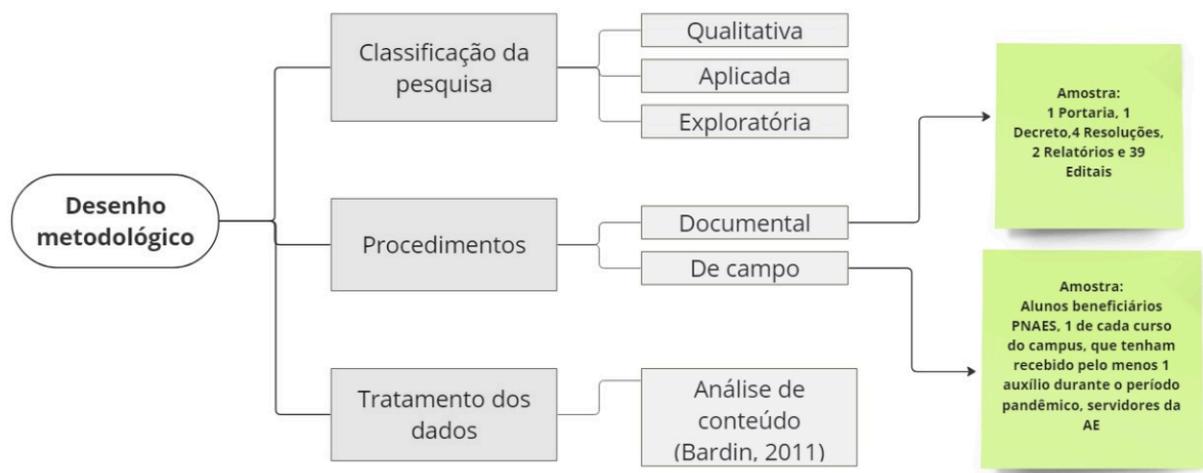
Ainda na pré-análise, foi realizada a elaboração, que Bardin (2011) chama de constituição de um *corpus* que consiste na organização do conjunto dos documentos elencados para análise. Dando continuidade às etapas, realizou-se o levantamento das hipóteses a serem testadas, partindo da análise do conteúdo do material selecionado, bem como o adensamento teórico do tema.

Para a segunda fase foi realizada a exploração e aprofundamento do material coletado, orientado pelas hipóteses e pelo referencial teórico, surgindo a partir dessa análise quadros de referências, buscando ideias coincidentes e/ou divergentes. Dentro desta fase, ocorreu a codificação e categorização do material. Na etapa de codificação foi realizado o recorte das unidades de registro e de contexto. As unidades de registro podem ser a palavra, o tema, o objeto, o personagem, o documento. Já para selecionar as unidades de contexto deve-se considerar o custo e a pertinência.

E por fim a terceira fase que é a análise propriamente dita, o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A interpretação dos resultados obtidos foi feita por meio da inferência, que é um tipo de interpretação controlada. Para Bardin (1977, p. 133), a inferência poderá “apoiar-se nos elementos constitutivos do

mecanismo clássico da comunicação: por um lado, a mensagem (significação e código) e o seu suporte ou canal; por outro, o emissor e o receptor”. Por isso, aqui é preciso atentar-se para: a) O emissor ou produtor da mensagem; b) O indivíduo (ou grupo) receptor da mensagem; c) A mensagem propriamente dita; e, d) O *médium*, o canal por onde a mensagem foi enviada. Na figura 3, apresenta-se o desenho do percurso metodológico da pesquisa, o qual facilita a compreensão das etapas realizadas.

Figura 3- Desenho metodológico da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

4.1.4 Aspectos éticos da pesquisa

Quanto aos aspectos éticos se referem a postura do pesquisador sobre seus limites e possibilidades no âmbito da investigação, bem como, a garantia aos participantes da segurança e confiabilidade. Vale ressaltar que a pesquisa foi implementada seguindo a Instrução Normativa 11/2020⁸ a qual estabelece os procedimentos para realização de pesquisas com dados, servidores ou estudantes do IFFar e determina que os pesquisadores devem enviar o protocolo de intenção de pesquisa à Pró-reitoria de pesquisa, pós-graduação e inovação contendo a solicitação para coleta e uso de dados, bem como o projeto de pesquisa.

Em atendimento a referida instrução normativa, a Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 que disciplina as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas

8

<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/38156/7a59c23680e60ccda176b16662f57708>

e Sociais e Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012 que fixa diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, esta pesquisa foi submetida e aprovada na Plataforma Brasil⁹ (Anexos A e B) pelos Comitês de Ética e Pesquisa (CEP) da instituição proponente, a Universidade Federal do Pampa- Unipampa e pela instituição coparticipante o Instituto Federal Farroupilha.

Em observação à Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 466 de dezembro de 2012, item II.14, a qual considera envolver seres humanos quando se trata de “[...] pesquisa, individual ou coletivamente, tenha como participante um ser humano e o envolva de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos.” (Brasil, 2012).

Portanto, em respeito a Resolução foram observados o rigor: a) a preservação da identidade dos envolvidos na coleta, garantindo o princípio do sigilo; b) o direito à participação ou não, na pesquisa de forma livre; c) não manipulação dos dados coletados a fim de criar respostas de interesse do pesquisador; d) guarda dos documentos da pesquisa por, pelo menos, 5 anos; e) devida identificação das fontes consultadas. Os respondentes das entrevistas foram informados do objetivo e dos meios de divulgação dos resultados através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice D)

Ainda, com relação a ética em pesquisa, observa-se a devolução dos resultados aos sujeitos pesquisados, através do convite da banca pública de defesa do mestrado, publicação de artigos científicos disseminados aos sujeitos da pesquisa, e ainda, oferecer um espaço de diálogo direto com os sujeitos da pesquisa através de um projeto de ensino voltado a atender a demanda dos estudantes por mais informações detalhadas em relação aos editais publicados pela AE, bem como auxílio direto e permanente dando maior acessibilidade aos seus direitos enquanto público alvo do PNAES.

⁹ Pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA (CEPSH UNIPAMPA), através do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 73786323.2.0000.5323, Parecer nº 6.422.896 emitido em 11/10/2023, e pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos do IFFar, através do CAAE nº 73786323.2.3001.5574, Parecer nº 6.481.575 emitido em 01/11/2023.

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Considerando os objetivos específicos da pesquisa realizada, quais sejam:

- Conhecer o marco legal da política em estudo e as diretrizes institucionais no que tange a assistência estudantil;
- Descrever o processo de implementação das políticas de assistência estudantil na instituição;
- Compreender, através da percepção dos beneficiários, qual o impacto que as ações de AE geraram na vida escolar desses sujeitos;
- Refletir sobre a importância da política e das ações estratégicas implementadas para a permanência estudantil durante o período pandêmico.

Este capítulo serve à apresentação dos resultados obtidos e está estruturado em cinco seções que visam evidenciar a consecução dos objetivos listados acima: (i) resultados da pesquisa documental, (ii) resultados da pesquisa de campo, (iii) a política pelo olhar dos burocratas de nível de rua, (iv) a política pelo olhar dos beneficiários e, por fim, (v) a análise e discussão geral dos resultados.

5.1 Resultados da pesquisa documental

Esta seção destina-se a apresentar os resultados obtidos através da pesquisa documental realizada em materiais como: Decreto norteador da política em estudo (Decreto 7234/2010), Resolução Consup 012/2012, portarias, editais e relatórios de monitoramento da coordenação de assistência estudantil referentes aos anos de 2020 e 2021. A seleção dos documentos se deu fundamentada no interesse do objeto de estudo e de forma a responder aos seus objetivos.

Conforme Bardin (2011), a etapa da pré-análise compreende a escolha dos documentos a serem analisados e aprofundados teoricamente. Ainda na pré-análise, foi realizada a elaboração, que Bardin (2011) chama de constituição de um *corpus* que compreende a organização do conjunto dos documentos elencados para análise.

Neste sentido, Lüdke e André (1986), pontuam que a análise documental é um mecanismo valioso para coleta de dados qualitativos, já que por meio do seu uso

tanto podemos complementar o uso de outras técnicas, como por exemplo, da entrevista, como também podemos desvelar novos aspectos do problema. Constitui-se como fonte estável e rica, que apresenta a vantagem de ter baixo custo, em geral tempo e atenção por parte do investigador para escolher e examinar os dados mais importantes para a pesquisa (Albuquerque, 2017, p. 23). Esse material constitui parte do *corpus* da pesquisa, conforme descrito por Bardin, (2011).

Quadro 3- Demonstrativo dos resultados da pesquisa documental

Documento	Objeto	Fonte
Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007	Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).	MEC
Decreto 7234, de 19 de julho de 2010	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil- PNAES	MEC
Resolução Consup 012, de 30 de março de 2012	Aprova a política de assistência estudantil do Instituto Federal Farroupilha.	IFFar
Resolução Ad Referendum 012/2019, de 25 de novembro de 2019	Dispõe sobre os procedimentos de avaliação socioeconômica para fins de acesso aos auxílios da Assistência Estudantil.	IFFar
Resolução Consup 03 e 010/2020, de 17 de abril de 2020	Dispõe sobre a concessão de Auxílios Financeiros em Caráter Emergencial.	IFFar
Resolução 02/2020, de 09 de abril de 2020	Dispõe sobre a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE durante o período de estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus – Covid-19.	MEC/ FNDE
Relatório Monitoramento 2020	Detalhamento das ações de AE desenvolvidas, bem como os valores executados no ano de 2020 de todos os campi	CAE/ IFFar
Relatório Monitoramento 2021	Detalhamento das ações de AE desenvolvidas, bem como os valores executados no ano de 2021 de todos os campi.	CAE/ IFFar
Editais publicados pela CAE durante o período pandêmico (2020 e 2021)	Seleção de estudantes elegíveis para concessão de auxílios estudantis ofertados pela CAE.	CAE/ IFFar

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Os achados da pesquisa documental permitem afirmar que o objetivo específico da dissertação, qual seja *Conhecer o marco legal da política em estudo e as diretrizes institucionais no que tange a assistência estudantil* foi alcançado, o que possibilitou avançar na pesquisa com conhecimento e aprofundamento dos marcos legais que regem a temática.

Além da seleção e organização dos documentos legais descritos no quadro acima, também foram compilados os editais publicados durante o período pandêmico e que tinham como finalidade auxílios de AE. Os auxílios foram disponibilizados através de editais publicados via página institucional e amplamente divulgados pelas mídias sociais do Campus, sendo que cada edital possui sua finalidade, de acordo com o tipo de auxílio que é objeto da seleção, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Quadro 4- Tipos de auxílios da AE e finalidades

Tipo de auxílio	Finalidade
Auxílio Permanência/Emergencial	Propiciar aos estudantes de cursos presenciais (integrado, subsequente e graduação), matriculados no IFFar, que comprovem estar em situação de vulnerabilidade socioeconômica, condições favoráveis à sua permanência no Instituto.
Auxílio Inclusão Digital	Destinado aos estudantes matriculados no IFFar em cursos presenciais (integrado, subsequente, graduação e pós-graduação) com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio vigente em 2021, a fim de que possam ter acesso aos meios que promovam a inclusão digital, para a realização das atividades acadêmicas.
Projeto MEC/RNP/Alunos Conectados	Disponibilização de um chip de celular com um pacote de dados para acesso à internet e visa atender estudantes que apresentem renda bruta mensal familiar per capita de até meio salário mínimo vigente em 2020, equivalente a R\$ 522,50 (quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) e que estejam desenvolvendo atividades na forma remota.
Kits de alimentos	Contribuir com a política de segurança alimentar e nutricional dos estudantes do IFFar - Campus São Borja, através da doação de Kits de alimentos, com o intuito de garantir o atendimento à alimentação adequada para os alunos priorizados pelo PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) que manifestem interesse e, também, aos alunos que estejam em vulnerabilidade social enquanto perdurar a pandemia de Covid-19, conforme a disponibilidade de orçamento do Campus.

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em dados do site institucional do IFFar, Campus São Borja/Editais (2023)

Os editais são “a porta” de acesso à assistência estudantil e devem ser fundados nos princípios constitucionais da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade (Art. 37, CRFB/1988). Têm por finalidade a divulgação de informações acerca do processo de seleção, portanto, devem ser esclarecidas todas as regras, guardando conformidade com os princípios legais e institucionais. Dessa forma, devem ser elaborados em uma linguagem formal ou administrativa, esclarecendo termos técnicos e tendo como princípio a isonomia, com vistas a um tratamento igualitário, conforme aponta Antunes (2018, p. 138).

Quadro 5- Compilado dos editais publicados pela AE nos anos de 2020 e 2021 em ordem cronológica de publicação

Editais AE 2020			
Nº Edital	Data de publicação	Objetivo	Outras informações
023/2020	17/fev./2020	Seleção de estudantes para a concessão de auxílio permanência da AE do IFFar 2020/1.	77 vagas
058/2020 Retificação do Edital 023/2020	16/mar/2020	Seleção de estudantes de cursos presenciais para concessão de auxílio permanência da AE do IFFar 2020/1.	
062/2020	06/abr./2020	Publicação da lista dos estudantes beneficiários do auxílio permanência emergencial.	172 alunos beneficiados
070/2020	10/ago./2020	Seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja e adquiridos através do programa nacional de alimentação escolar.	150 kits disponibilizados
074/2020	18/ago./2020	Resultado seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja e adquiridos através do programa nacional de alimentação escolar.	44 alunos contemplados
080/2020	04/set/2020	Seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja.	150 kits disponibilizados

085/2020	09/set/2020	Seleção de estudantes para atendimento com chip/internet pelo projeto MEC/RNP/Alunos Conectados.	
091/2020	15/set/2020	Resultado final da seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja.	77 alunos contemplados
092/2020	21/set/2020	Resultado da seleção de estudantes para atendimento com chip/internet pelo projeto alunos conectados.	5 alunos inscritos, 2 deferidos, 3 indeferidos
093/2020	23/set/2020	Resultado após recursos de seleção de estudantes para atendimento com chip/internet pelo projeto alunos conectados.	5 alunos inscritos, todos contemplados
094/2020	05/out/2020	Seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja.	100 kits disponibilizados
097/2020	13/out/2020	Resultado seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja.	83 alunos contemplados
099/2020	22/out/2020	Chamada pública 2020/1.	
102/2020	26/out/2020	Resultado da seleção de estudantes para atendimento com chip/internet pelo projeto alunos conectados.	4 alunos inscritos todos contemplados
106/2020	06/nov./2020	Seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja.	150 kits disponibilizados
113/2020	17/nov./2020	Resultado final seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja	100 alunos contemplados
119/2020	04/dez/2020	Seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja	100 kits disponibilizados
122/2020	14/dez/2020	Lista final de contemplados na seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja.	86 alunos contemplados

Editais AE 2021			
Nº edital	Data de publicação	Objetivo	Outras informações

01/2021	4/jan./2021	Seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar– Campus São Borja.	Disponibilização de 120 kits de alimentos
04/2021	13/jan./2021	Lista final de contemplados na seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja	103 alunos contemplados.
018/2021	02/mar/2021	Resultado final da chamada pública de convocação dos estudantes beneficiários do auxílio emergencial e inclusão digital para apresentação de documentação de comprovação de renda per capita 2020	
030/2021	30/mar/2021	Chamada pública de convocação dos estudantes beneficiários do auxílio emergencial e inclusão digital em 2020 para apresentação de termo de renovação de auxílios para o ano de 2021.	158 alunos convocados.
031/2021	05/abr/2021	Seleção de estudantes de cursos presenciais para a concessão do auxílio inclusão digital da assistência estudantil do IFFar 2021/1	100 vagas 80,00
035/2021	15/abr/2021	Auxílio emergencial da AE do IFFar 2021/1	100 vagas
040/2021	19/abr/2021	Resultado final de seleção de estudantes de cursos presenciais para a concessão do auxílio inclusão digital da AE do IFFar 2021/1	16 inscritos todos contemplados
055/2021	19/mai/2021	Resultado final do auxílio inclusão digital da AE do IFFar 2021/1	31 alunos inscritos, todos contemplados
056/2021	21/mai/2021	Resultado final de seleção de estudantes de cursos presenciais para a concessão do auxílio emergencial da AE do IFFar 2021/1	69 inscrições deferidas 20 indeferidas
059/2021	26/mai/2021	Seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar– Campus São Borja	100 kits disponibilizados
067/2021	04/jun/2021	Lista final de alunos a serem beneficiados com doações de alimentos pelo IFFar– campus São Borja	136 alunos contemplados

062/2021	31/mai/2021	Seleção de estudantes de cursos presenciais para a concessão do auxílio emergencial da AE do IFFar 2021/1	41 vagas conforme classificação de vulnerabilidade 80,00; 160,00; 240,00
078/2021	18/jun./2021	Resultado final de seleção de estudantes de cursos presenciais para a concessão do auxílio inclusão digital da AE do IFFar 2021/1	43 inscritos 8 indeferidos
088/2021	07/jul./2021	Resultado final do edital de seleção de estudantes de cursos presenciais para a concessão do auxílio emergencial da AE do IFFar 2021/1	35 deferidos 5 indeferidos
102/2021	01/set/2021	Seleção de estudantes de cursos presenciais para a concessão do auxílio emergencial da AE do IFFar 2021/1	50 vagas conforme classificação de vulnerabilidade 80,00; 160,00; 240,00
103/2021	01/set/2021	Seleção de estudantes de cursos presenciais para a concessão do auxílio inclusão digital da AE do IFFar 2021/1	50 vagas 80,00
114/2021	01/out/2021	Resultado final do edital de seleção de estudantes de cursos presenciais para a concessão do auxílio emergencial da AE do IFFar 2021/1	15 deferidos 3 indeferidos
116/2021	14/out/2021	Seleção de estudantes a serem beneficiados com entrega de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja	120 kits disponibilizados
121/2021	25/out/2021	Lista final de contemplados na seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de kits de alimentos	146 alunos contemplados
122/2021	04/nov./2021	Seleção de estudantes a serem beneficiados com entrega de alimentos pelo IFFar – Campus São Borja	150 kits disponibilizados
125/2021	16/nov./2021	Lista final de contemplados na seleção de estudantes a serem beneficiados com doações de kits de alimentos	154 alunos contemplados

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em dados do site institucional do IFFar, Campus São Borja/Editais (2023)

Conforme demonstrado no quadro 5, foram publicados pela CAE durante o período pandêmico, um total de 39 editais referentes a concessão de auxílios, sendo: 9 editais para seleção de estudantes a serem contemplados com kits de alimentos, 4 editais para seleção de estudantes a serem beneficiados com o auxílio emergencial, 4 editais para seleção de estudantes para o auxílio Inclusão Digital, 1 edital de seleção para o Projeto MEC/RNP/Alunos Conectados e 1 edital para o Auxílio Permanência. Importante salientar que o Auxílio Permanência foi transformado em Auxílio Emergencial durante o período da Covid-19.

Ao analisar o quadro é possível constatar que todos os estudantes inscritos para o recebimento dos kits de alimentos foram contemplados e que em alguns editais nem todos os kits disponibilizados foram distribuídos por não ter havido manifestação de interesse por parte dos estudantes. Situação que foi explicada pelas servidoras da CAE durante as entrevistas. Em relação aos demais auxílios, os relatórios analisados também mostram que nenhum aluno que tenha solicitado Auxílio Inclusão Digital e Auxílio Emergencial ficou sem o recebimento do referido benefício.

Outra documentação analisada foi os relatórios de monitoramento das ações desenvolvidas pela Coordenação de Assistência Estudantil - CAE da Reitoria do IFFar nos anos de 2020 e 2021 que detalha as atividades desenvolvidas, assim como apresenta o valor executado em cada ação e em cada Campus da Instituição. As ações de AE apresentadas nos relatórios se subdividem em: alimentação, moradia estudantil, auxílios, ações, atendimentos, mediação de conflitos e práticas restaurativas.

Tabela 1- Dados relativos à alimentação ofertada aos alunos do Campus São Borja no ano de 2020

Refeições	Alunos atendidos	Kits PNAE	Valor executado PNAE	Valor executado PNAES	Total executado
8.702	509	490	48.809,87	38.391,37	87.201,24

Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em dados do Relatório de monitoramento CAE- IFFar, 2020

Os dados relativos à alimentação ofertada aos alunos do Campus São Borja trazem números relativos às refeições (café, almoço, lanche e jantar) ofertadas no refeitório do Campus nos meses de fevereiro e meados de março até a suspensão das atividades presenciais. As refeições são oferecidas aos residentes da moradia

estudantil (quatro refeições diárias), aos estudantes matriculados na educação básica e aos demais que comprovem situação de vulnerabilidade (no período em que estiverem em aula).

Os Kits PNAE se referem aos kits de alimentos ofertados aos estudantes através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)¹⁰ que durante o período de suspensão de aulas em decorrência das situações de emergência em saúde pública de importância nacional e de calamidade pública causadas pelo novo coronavírus – Covid-19, autorizou em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos no âmbito do PNAE às famílias dos estudantes da educação básica.

Quanto aos recursos executados através do PNAES que constam na tabela 1 estes se referem aos recursos utilizados nas áreas do programa como: moradia estudantil, que esteve em funcionamento de 11 de fevereiro a 16 de março de 2020 quando houve a suspensão das atividades presenciais e também custos com auxílio transporte.

Na tabela 2 constam os dados relativos aos auxílios ofertados durante o ano de 2020, sendo possível perceber que um quantitativo grande de estudantes necessitou de suporte material/financeiro, através dos auxílios Emergencial e Inclusão Digital para dar continuidade às atividades acadêmicas de forma remota.

Tabela 2- Dados relativos aos auxílios ofertados aos estudantes do Campus São Borja em 2020

Emergencial	Eventual	Inclusão digital	Atleta	Alunos beneficia dos	Orçamento executado
224	44	86	05	289	374.635,35

Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em dados do Relatório de monitoramento CAE- IFFar, 2020.

Para além do suporte material/ financeiro e no intuito de contemplar as demais áreas de atendimento do PNAES, as ações de apoio pedagógico foram de suma importância no período de ensino remoto, respaldando o entendimento de que é fundamental que as ações de AE considerem os sujeitos na sua multidimensionalidade, atuando no atendimento integral ao estudante. A área da inclusão digital, que anteriormente a pandemia de Covid-19 não possuía um auxílio

¹⁰ Sobre o PNAE Programa Nacional de Alimentação Escolar

específico destinado ao atendimento, foi uma das mais solicitadas em função da necessidade dos estudantes de acessarem as atividades remotas. O que antes era feito de forma presencial ou através dos laboratórios e da internet disponibilizada no campus necessitou de ação específica para atender a nova demanda.

Tabela 3- Dados relativos às ações realizadas pela CAE/ São Borja em 2020

Orientação nutricional	Projetos e ações de promoção à saúde	Apoio didático pedagógico	Mostra cultural local
0	965	73	12

Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em dados do Relatório de monitoramento CAE- IFFar, 2020

Diante do período de dificuldades, incertezas e insegurança vivido durante a pandemia de Covid-19, os atendimentos realizados pela equipe multidisciplinar do Campus e, principalmente pelas psicólogas da instituição foram bastante demandados pelos estudantes e pelas famílias, inclusive havendo a necessidade de encaminhamentos para a rede de saúde e de assistência social do município, numa perspectiva de formação da rede intersectorial de atendimento, ampliando as possibilidades de auxílio, orientação e assistência, como mostra a tabela 4.

Tabela 4- Dados relativos aos atendimentos realizados pela CAE/São Borja em 2020

Atendimentos realizados pela equipe de AE	Atendimentos Comitê Saúde mental	Encaminhamento Rede local
419	225	09

Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em dados do Relatório de monitoramento CAE- IFFar, 2020

Com relação ao relatório do ano de 2021, percebe-se que não há dados relativos à moradia estudantil e às refeições diárias dos estudantes no Campus, pois com a continuidade das atividades acadêmicas de forma remota essas ações ficaram suspensas. Com isso, os valores dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar foram novamente destinados à aquisição de kits de alimentos a serem entregues aos estudantes inscritos nos editais como já havia ocorrido no ano de 2020.

Tabela 5- Dados relativos a alimentação ofertada aos alunos do Campus São Borja no ano de 2021

Kits PNAE	Valor executado PNAE	Valor executado PNAES	Total executado
484	163.147,80	101.172,91	264.320,071

Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em dados do Relatório de monitoramento CAE- IFFar, 2021

Quanto ao orçamento do PNAES, é possível perceber um aumento significativo da demanda por auxílios financeiros pela comunidade acadêmica, elevando o valor executado pelo orçamento do PNAES de pouco mais de 38 mil reais para mais de 100 mil reais, demonstrando o agravamento da situação de vulnerabilidade das famílias dos estudantes

Tabela 6- Dados relativos aos auxílios ofertados aos estudantes do Campus São Borja em 2021

Emergen cial	Even tual	Inclu são digital	Alunos beneficia dos	Orçamento executado
235	01	118	284	425.631,48

Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em dados do Relatório de monitoramento CAE- IFFar, 2021

É possível verificar que mesmo de forma remota as atividades de apoio ao estudante seguiram ocorrendo com ações e projetos de promoção à saúde, apoio didático pedagógico e atividades culturais transpondo a barreira da distância através da tecnologia dos encontros virtuais.

Tabela 7- Dados relativos às ações realizadas pela CAE/ São Borja em 2021

Orientação nutricional	Projetos e ações de promoção à saúde	Apoio didático pedagógico	Mostra cultural local
0	573	112	03

Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em dados do Relatório de monitoramento CAE- IFFar, 2021

Em comparação aos dados de 2020, em relação aos projetos e ações de promoção à saúde, constatou-se que a equipe do setor de AE, formada por médico, enfermeira, técnica de enfermagem, psicóloga, nutricionista, assistente social e assistentes de alunos, desenvolveu um grande número de atendimentos

multidisciplinares. Devido a essa grande demanda por atendimentos foi necessário articular-se com a rede de atendimento do município, numa visão de proteção social intersetorial e ampliada.

Nessa perspectiva, Sposati (2009, p. 45), afirma que a intersectorialidade entre as políticas é tão substantiva para a assistência social como é para as demais políticas, ao se considerar que nenhuma delas guarda resolutividade plena em si mesma. Deve ser, então, construída uma relação de complementaridade entre as políticas. A intersectorialidade nas políticas sociais pressupõe integração, articulação dos saberes e dos serviços ou mesmo a formação de redes de parcerias entre os sujeitos coletivos no atendimento às demandas dos cidadãos. (Pereira; Teixeira, 2013, p.121).

As demandas impostas pela pandemia de Covid-19, revelaram a necessidade ainda mais urgente de que a articulação e o desenvolvimento de ações entre as diversas políticas sociais, no caso deste estudo, as políticas de educação, saúde e assistência social, dialoguem e busquem soluções conjuntas na viabilização dos atendimentos e de respostas às demandas dos usuários e a complexidade do período vivido na pandemia.

Tabela 8 - Dados relativos aos atendimentos realizados pela CAE/São Borja em 2021

Atendimentos realizados pela equipe de AE	Atendimentos Comitê Saúde mental	Encaminhamento Rede local
556	123	03

Fonte: Elaborado pela autora (2023), baseada em dados do Relatório de monitoramento CAE- IFFar, 2021

A materialização dessas ações de AE apresentadas nos relatórios de monitoramento da Coordenação de Assistência Estudantil da reitoria do IFFar, traduzem o compromisso em alcançar os objetivos do programa, a preocupação com a efetividade da política e o entendimento do PNAES numa abordagem do desenvolvimento integral do estudante e de equidade na educação, principalmente num período em que as demandas por auxílios financeiros e simbólicos se intensificaram em função do agravamento da situação de vulnerabilidade social em decorrência da pandemia de Covid-19.

5.2 Resultados da pesquisa de campo

Entende-se que teorias e abordagens são importantes instrumentos para fundamentar a construção de programas de assistência estudantil, porém mostra-se essencial que as políticas e práticas sejam baseadas em pesquisas e estudos empíricos, levando em consideração as necessidades específicas dos estudantes atendidos, bem como o contexto social e educacional em que estão inseridos.

Como já mencionado anteriormente, este estudo surgiu durante as atividades e ações realizadas junto a equipe de AE do Campus no período de pandemia de Covid-19. Naquele período, os servidores residentes no município de São Borja e que não faziam parte de grupo de risco foram convidados a se somar à equipe de trabalho. Como o setor de assessoria pedagógica atua em conjunto com o setor de assistência estudantil, foi natural que essa prática articulada fosse executada.

Adotando essa concepção norteadora, passa-se a descrever as ações estratégicas da assistência estudantil e a forma como foram concebidas e implementadas em decorrência da pandemia de Covid-19 na perspectiva de uma agente desse processo. Nessa perspectiva e diante do cenário de incertezas provocado pelo momento vivido, surgiram inúmeras situações a serem resolvidas no âmbito institucional e de assistência estudantil no Campus visto que, com a suspensão das atividades, servidores e alunos foram orientados a permanecerem em suas residências. Foi então que, seguindo as orientações sanitárias, em reunião do Colegiado de Dirigentes (CODIR) do IFFar, ocorrida no dia 16 de março de 2020, a pauta de afastamento emergencial das atividades presenciais foi aprovada, e no mesmo dia redigida a Portaria 313¹¹, que trouxe as orientações de suspensão das atividades presenciais por três semanas (de 16 de março até o dia 03 de abril de 2020) e a necessidade da realização das atividades de forma remota. Ao final desta mesma semana, em comunicação com as demais instituições de educação no país e entendendo a situação incerta do tempo que seria necessário de ensino no formato remoto, foi publicada a Portaria 347¹² de 20 de março de 2020, suspendendo por tempo indeterminado as atividades presenciais.

¹¹ Portaria 313/2020 de 16 de março de 2020, suspende as atividades presenciais, entre outras providências. <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/20009/e2c0d443b9b40b28542cea3c31eb407b>

¹² A Portaria 347/2020 de 20 de março de 2020, torna indeterminado o prazo de suspensão das atividades presenciais. [portaria nº 0347, de 20 de março de 2020](#)

Dessa forma, o calendário acadêmico do ano de 2020 sofreu alterações que estão demonstradas no quadro 06:

Quadro 6- Demonstrativo das alterações do calendário acadêmico 2020

Período	Atividades
De 11 de fevereiro a 16 de março de 2020	atividades desenvolvidas com normalidade
17 de março a 15 de maio de 2020	atividades acadêmicas e administrativas remotas
16 de maio a 20 de julho de 2020	suspensão do calendário letivo (continuaram as atividades administrativas remotas, assim como algumas atividades estudantis de formação)
21 de julho a 25 de setembro de 2020	retomada das atividades letivas do primeiro semestre em formato remoto
28 de setembro a 09 de outubro de 2020	recesso escolar
13 de outubro de 2020	reinício do ano letivo 2020 (segundo semestre) em formato remoto
26 de fevereiro de 2021	Finalização do ano letivo 2020

Fonte: Elaboração da autora, baseada em documentos e dados contidos no site institucional (2022)

Tais medidas impostas pela pandemia impossibilitaram a continuidade das atividades letivas de forma presencial e, conseqüentemente, a permanência dos estudantes na moradia estudantil que acolhe alunos de diversas cidades e estados. Tornou-se ainda mais essencial esse olhar atento e cuidadoso para as adversidades que perpassam o mundo acadêmico e que atingem os sujeitos em momentos da vida que podem ser cruciais para a sua permanência ou desistência da vida escolar.

Foi verificado pela CAE que vários estudantes oriundos de outros estados do país (RJ, MG e SP) não tinham condições financeiras para retornarem aos seus domicílios de origem, sendo necessário oferecer suporte financeiro para o pagamento do valor das passagens de modo emergencial. O valor pago em passagens foi de três vezes o valor do auxílio eventual, segundo avaliação da assistente social do Campus.

Em virtude do período de calamidade e das demandas apresentadas, o IFFar implementou alguns auxílios¹³ voltados a atender as necessidades dos estudantes:

auxílio emergencial, auxílio eventual e auxílio inclusão digital. O auxílio emergencial mediante parecer dos profissionais assistentes sociais, auxílio inclusão digital no valor fixo mensal de R\$80,00 com intuito de auxiliar a contratação de serviço de internet para acompanhamento das atividades remotas, auxílio participação em eventos de forma a ajudar nos custos de inscrição dos eventos que estavam acontecendo de forma online e a manutenção do pagamento de auxílio atleta a todos os alunos que tinham contemplados com o benefício em 2018 e 2019, conforme dados da CAE do Campus.

A previsão de concessão de auxílios permanência da Assistência Estudantil Campus São Borja, que era de 70 vagas, passa a ter efetivação de pagamento a todos os 224 alunos que fizeram a inscrição no Cadúnico no SIGAA (Sistema Integrado de Gestão Acadêmica), iniciando os depósitos a partir do mês de abril/2020, conforme dados da CAE.

Com o objetivo de estímulo à permanência e êxito dos discentes, foram identificados também os alunos que não tinham acesso aos equipamentos suficientes para acompanhamento do ensino remoto em casa e disponibilizados, em formato de empréstimo, kits de computadores composto por CPU (Central Processing Unit), tela, teclado, mouse e os cabos necessários a instalação. Outro benefício oferecido durante o ano letivo de 2020 foi a seleção de alunos para o recebimento de chip de internet pelo projeto MEC/RNP/ Alunos conectados 2020/1¹⁴, que tinha por objetivo a disponibilização de chip de celular contendo um pacote de dados para acesso à internet.

Além disso, como medida para atenuar este contexto, o Ministério da Educação emite a Resolução 02, de 09 de abril de 2020¹⁵, dispondo sobre a flexibilização da execução do Programa Nacional de Alimentação (PNAE) durante o período de calamidade pública, autorizando a concessão de kits de alimentos compostos por gêneros alimentícios adquiridos com o recurso do programa. O fornecimento dos kits de alimentos foi organizado através da manifestação de interesse dos alunos em formulário online do Google, por meio de editais mensais que contemplavam de 100 a 150 vagas e aproximadamente 25 a 30kg dentre os mais diversos alimentos, como: hortaliças, frutas, leguminosas, cereais, laticínios e

<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/20102/9dfe5a34e038bfa359a62a06f649e0b9>

¹⁴ <https://www.gov.br/mec/pt-br/alunosconectados>

¹⁵ [Resolução nº 2, de 09 de abril de 2020](#)

carnes. Foram publicados 09 editais durante o período com o objetivo de selecionar estudantes a serem beneficiados com as doações de alimentos.

Quadro 7- Comparativo dos auxílios financeiros da AE do IFFar Campus São Borja anteriores e durante o período pandêmico

Instituto Federal Farroupilha Auxílios financeiros da Assistência Estudantil	
Até o ano de 2019	Durante o período pandêmico (2020-2021)
Auxílio transporte (R\$: 80,00-150,00)	Extinto
Auxílio Atleta (R\$:150,00)	Suspenso
Auxílio Eventual (R\$:240,00)	Suspenso
Auxílio participação em Eventos (R\$:100,00-300,00)	Suspenso
Auxílio Permanência (R\$: 150,00)	Auxílio Emergencial (R\$: 80,00-160,00 -240,00) conforme avaliação socioeconômica
	Auxílio Inclusão Digital (Empréstimo de computadores e chip de celular com pacote de dados para acesso à internet)
	Auxílio Kits de alimentos (De 100 a 150 kits disponibilizados por Edital com, 30 kg de alimentos da cesta básica)
Todos os auxílios foram ofertados mediante editais publicados no site institucional e inscrição dos interessados.	

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados da CAE (2021)

Ademais, quando havia a possibilidade de visita domiciliar, respeitando todos os protocolos sanitários, os servidores da equipe deslocavam-se até a residência do estudante para conversa, escuta e orientações. Essas ações ocorriam, principalmente após conselhos de classe e reuniões com coordenadores de cursos quando detectava-se situações de abandono das aulas remotas, baixo rendimento, questões relacionadas a perda de entes queridos ou de doença do próprio estudante, entre tantas outras situações que foram vivenciadas naquele período.

Uma das ações que mais aproximou a instituição dos estudantes e de suas famílias foi a entrega de kits de alimentos, pois através de edital e da manifestação de interesse os estudantes recebiam os alimentos em casa através dos servidores que formavam duplas ou trios e deslocavam-se pela cidade e interior do município realizando as entregas. Nessas visitas se descortinava tantas situações, histórias, ajudas, agradecimentos. Dessa forma, o segundo objetivo específico da dissertação, qual seja *Descrever o processo de implementação das políticas de assistência estudantil na instituição* foi contemplado.

Compreende-se que o contexto desse período foi assentado em fluidez, imprevisibilidade, complexidade, ambiguidade, insegurança e na falta de clareza e concretude diante do futuro. Pode-se afirmar que, dialeticamente, tais características podem produzir diferentes efeitos nos sujeitos: em um primeiro momento, pode imobilizar, recuar, fazer desistir; mas também pode se transformar em oportunidade para se reinventar e produzir novas e positivas experiências. No caso do IFFar, ao mesmo tempo em que a pandemia produziu efeitos negativos a partir da mudança abrupta nos seus modos de desenvolvimento das atividades, pode significar uma oportunidade de se reinventar as formas de realizar as atividades na instituição, sem perder a conexão entre a comunidade interna e externa, mesmo que virtual, conforme apontado no Relatório de autoavaliação¹⁶ Ano base 2020 do IFFar.

5.2.1 A política pelo olhar dos burocratas de nível de rua

Como já foi abordado em um tópico anterior, os burocratas de nível de rua (BNR) são os agentes públicos que intermediam o encontro da política com o público alvo (usuários ou beneficiários). São eles que transformam o desenho da política em ações e práticas reais através da discricionariedade que lhes é facultada (Lotta, 2019). Sobre esses atores fundamentais nesse processo faz-se necessário compreender qual o grau de conhecimento que estes possuem sobre a política que estão implementando e suas regras, como entendem o seu papel nesse contexto e as condições organizacionais para colocar em prática tal política.

Com esse objetivo foram realizadas entrevistas com profissionais da equipe que esteve à frente das ações de AE no período pandêmico a fim de identificar aspectos das suas trajetórias pessoais e profissionais que os conduziram aos cargos

¹⁶ Relatório Autoavaliação Versão Integral ANO BASE 2020

que ocupam, como desenvolvem suas atribuições e como percebem a política de AE na instituição. Ainda, interessa saber, pelo olhar desses atores, como desenvolveram-se as ações e quais aprendizados daquele período foram importantes para a continuidade das suas funções.

Ancorada nessa perspectiva, foram realizadas entrevistas (Apêndice C) com três servidoras que estiveram à frente das ações da AE no período da pandemia de Covid-19 no Campus São Borja com vasta experiência profissional e que, durante o período da pandemia, exerciam funções com alto grau de decisão na implementação da política. As três entrevistadas possuem em torno de dez anos de atuação na instituição, estando lotadas desde o ingresso na carreira na AE, devido aos cargos para os quais realizaram o concurso, os quais possuem atribuições voltadas para o atendimento direto ao aluno.

Baseada no roteiro das entrevistas, foi possível constatar que as servidoras entrevistadas possuem alto grau de conhecimento sobre a PAE da instituição, sendo unânimes em relatar a importância das ações desenvolvidas e o quão desafiador foi o período pandêmico. Os desafios relatados pelas entrevistadas para dar andamento ao trabalho nesse contexto são inúmeros, a começar pela necessidade de providenciar local em seu ambiente doméstico e equipamentos adequados para trabalhar; conciliar as atribuições domésticas e de cuidados no mesmo ambiente - já que a maior parte da equipe é formada por mulheres, que historicamente assumem as tarefas domésticas e os cuidados com os filhos, os idosos e demais familiares.

[...] Período de muitos desafios, pois exigiu reorganização de toda rotina pessoal e profissional, uma vez que as funções do cargo tiveram que ser readaptadas para serem exercidas de casa, utilizando somente o meio virtual para as intervenções e resolução das demandas que se apresentavam (S1).

[...] Eu acho que inicialmente foi bem desafiador, eu acho que assustou bastante, todo mundo se sentiu perdido, sem saber o dia de amanhã. Não tínhamos nem ideia do que fazer com os alimentos estocados no refeitório, com os alunos que tinham chegado na moradia há um mês, seriam 30 dias de suspensão das atividades e voltaríamos... (S2).

[...] Foi um desafio com certeza porque a gente estava muito acostumado ao atendimento presencial, chamar e conversar pessoalmente... e nas redes sociais tudo foi utilizado, foi whatsapp, foi face, e-mail tudo o que a gente conseguia. marcando encontros também pelo meet durante algum período, ficando à disposição pelo celular e era todo mundo aprendendo a trabalhar assim em 2020. Já em 2021 eu acredito que foi um pouco mais fácil porque eles já nos conheciam e a gente já sabia como fazer (S3).

As servidoras entrevistadas, por serem implementadoras da PAE e atuantes na

linha de frente, possuem um determinado grau de poder discricionário e autonomia na execução rotineira de suas tarefas. É possível afirmar que os trabalhadores desse nível têm uma percepção mais próxima do contexto no qual atuam, por serem entregadores finais dos serviços aos cidadãos. Por essa razão, pode-se mencionar a responsabilidade e a importância que esses atores têm no desempenho das políticas públicas, pois podem promover ações que transformem os resultados esperados (Lima, Davel, 2017, p.8).

Corroborando com essa afirmação, identificou-se falas recorrentes das servidoras entrevistadas que demonstram o quanto a seriedade e responsabilidade das suas atribuições são preocupações de cada uma e colaboraram para agilizar algumas ações emergenciais impostas pela suspensão das atividades em março de 2020, tais como: planejar de forma rápida como proceder em relação aos estudantes que se encontravam na moradia estudantil e não tinham, por diversas razões, condições de voltar para seus núcleos familiares; como manter a alimentação desses discentes com o fechamento do refeitório; como utilizar os recursos para garantir as mínimas condições para que tivessem condições de continuar participando das atividades acadêmicas, e tantas outras demandas que surgiram naquele contexto.

[...] A gente já entrou em contato com a reitoria pra saber o que fazer com os alunos residentes na moradia estudantil, principalmente os de outros estados, porque tudo é uma despesa né, eles tinham acabado de chegar praticamente. Então agilizamos com a assistente social as entrevistas dos alunos que precisavam voltar pra casa em outros estados e fizemos a documentação com a solicitação de pagamento das passagens para agilizar esse processo (S3).

[...] com o passar dos meses foram tendo algumas regulamentações do PNAE que é o programa de alimentação escolar, flexibilizando a merenda escolar no formato de kits de alimentação. Então a partir de abril de 2020 a gente começou a pensar nos kits de alimentos pra poder ajudar essas famílias, né... esses alunos que estavam estudando, que tinham as atividades mas que não estavam presencialmente aqui no campus (S2).

Observou-se que os estudantes entrevistados também destacaram a organização e agilidade da CAE em dar encaminhamentos às necessidades dos residentes da moradia estudantil assim que houve a suspensão das atividades presenciais. Esse aspecto foi bastante citado nas falas e demonstra que os estudantes valorizaram o cuidado com que a equipe atuou para dar celeridade no processo de retorno às cidades de origem.

[...] a direção do If disponibilizou primeiro 200,00 pra gente voltar pra casa no momento da paralisação das atividades. Daí a gente avisou que não tinha como porque como eram vários alunos de longe: eram 2 de Minas, 3 de São Paulo e 2 do RJ a gente informou que não tinha como... a gente tinha acabado de chegar tinha 3 semanas e 200,00 era pouco e aí 400,00 também não pagava as passagens. Então o If ficou de ver com o financeiro um valor a mais e aí acabou que eles conseguiram pagar as passagens de todo mundo. E aí a gente conseguiu ir pra casa (E3).

[...] Ah, eu tenho uma boa avaliação em relação a isso porque a gente foi atendido rapidamente no momento em que ficamos em isolamento, o IF atendeu rapidamente em relação ao pagamento das passagens pra gente poder voltar pra cidade de origem (E4).

No que tange ao papel da AE, enquanto política necessária e fundamental para o enfrentamento dos obstáculos durante a vida estudantil, as servidoras foram unânimes em referir que acreditam que essa finalidade foi cumprida, tanto através dos auxílios financeiros como no suporte de saúde (atendimento psicológico e médico), pedagógico e de assistência social. Foi possível constatar que algumas ações realizadas durante o período pandêmico, a exemplo da regularidade do contato com os estudantes beneficiários através de e-mail, aplicativo de mensagens e orientações e conversas por meio da plataforma *google meet* foram fundamentais para o atendimento das demandas dos alunos.

Outro aspecto que foi muito explicitado durante as entrevistas foram as visitas domiciliares realizadas durante esse período, pois revelaram situações vividas pelos alunos e pelos núcleos familiares que eram desconhecidas: moradias extremamente pequenas com um grande número de moradores, questões de saúde mental, situações de vulnerabilidade social extremas que não ficam evidentes no perfil socioeconômico realizado via documentos. Visto que a atribuição dos auxílios é realizada a partir dos graus de vulnerabilidade identificados através dos documentos encaminhados pelo próprio estudante.

[...] Eu acho que a gente cumpriu bem o nosso papel. Eu acredito que a gente conseguiu se articular bem cedo. O Instituto retomou as aulas muito cedo, outras instituições ficaram paradas por muito tempo, ficaram um grande período esperando pra ver se as aulas iriam voltar ou não e o IF deu uma pausa de 30 dias e depois já estava retomando tudo denovo e entendendo como iam ser os novos processos, todo mundo aprendendo junto mas não parando nada. Então eu acho que a gente conseguiu atender bem esses alunos. Durante o percurso a gente foi identificando ainda quais eram os maiores problemas porque a gente conheceu a casa das pessoas fazendo visitas, a gente conheceu os alunos, quem morava... A gente ainda conseguiu atender além do que a gente faria presencialmente porque a

gente foi na casa deles e conheceu o ambiente familiar daqueles mais vulneráveis. Muitas vezes percebemos que alguém da família precisava de algum atendimento de saúde e conseguimos encaminhar pela rede do município. Então acho que foi além de beneficiar o aluno mas beneficiar também a família como um todo nesse período (S2).

Embora estudos apontem para as dificuldades e o retrocesso trazido pela limitações orçamentárias impostas às políticas educacionais nos últimos anos no país (Castro et al., 2020; Santos, Abrantes e Zonta, 2021), a questão do orçamento destinado às ações da AE do Campus São Borja naquele período, ao contrário do que se esperava, foi declarado pelas servidoras que os recursos financeiros foram suficientes para o atendimento de todos os estudantes que inscreveram-se nos editais dos auxílios disponibilizados. Essa questão foi comprovada também na análise dos editais publicados pela CAE durante os anos de 2020 e 2021 e que encontra-se detalhada no quadro 5.

Embora tenham expressado que consideram os valores dos auxílios (Permanência/Emergencial e Inclusão Digital) muito aquém das necessidades dos estudantes e que estes não foram reajustados durante a pandemia de Covid-19, acreditam que foram de suma importância para a continuidade das atividades escolares dos beneficiários.

[...] eu acredito que sim que a gente fez o que era possível fazer naquele momento. O orçamento sempre contemplou os nossos alunos durante a pandemia. Todos os alunos que solicitaram, que encaminharam a documentação receberam. Nenhum aluno ficou esperando ou não recebeu auxílio. Tudo de acordo com os regulamentos: quem se encaixou nos critérios, recebeu (S3).

Observando essa narrativa fica explícito que, caso alguns estudantes não tenham tido acesso aos benefícios poderá ter sido em razão de não terem tomado conhecimento sobre os editais, de não terem encaminhado os documentos comprobatórios da situação socioeconômica de maneira correta ou no prazo estipulado, ou ainda de não se reconhecerem como sujeitos de direito e público do PNAES, conforme explicitado pelas falas a seguir:

[...] A dificuldade em explicar pra eles a documentação exigida nos editais, documentação incompleta... eu acredito que nessa caminhada aí muitos desistiam de concorrer aos auxílios porque achavam muito complicado atender aos critérios. Na verdade, isso também acontece no presencial, se a gente não chama, não explica, eles não encaminham os documentos. Cada aluno de acordo com a sua estrutura familiar vai preencher alguns dos

anexos. E eles olham o edital e tem mil e um anexo e eles já se assustam e não vão adiante. E durante a pandemia, como a renda familiar diminuiu muito eu acredito que alguns alunos que tinham necessidade não buscaram os auxílios em função disso (S1).

[...] Eu acho que inicialmente teve a dificuldade de inscrição, esse é um empecilho que eles veem muitas vezes, né... a dificuldade da leitura e compreensão do edital, de entender o que pede, quais são os documentos mas é algo que a gente tentou trabalhar melhor no segundo ano da pandemia ativamente, buscando esses alunos porque a gente não pode mudar o formato do edital mas a gente consegue “mastigar” as informações e repassar aos alunos que tenham o perfil de beneficiários. Essas dificuldades não aconteceram somente no período remoto, elas acontecem no presencial, principalmente com os alunos do Proeja que é um público de pessoas mais idosas. Então a dificuldade de compreensão dos editais foi um empecilho grande durante o período remoto. Outra questão que apareceu muito durante a pandemia foi que alguns alunos acreditavam que não se encaixavam no edital para receber os kits de alimentos porque não estavam passando fome (S2).

Observou-se o predomínio de uma situação de preconceito velado que não é explicitado diretamente pelos beneficiários mas que aparece em alguns comportamentos e discursos, o que acaba por prejudicar o próprio estudante na garantia de seus direitos. Essa situação foi percebida na análise dos editais dos kits de alimentos que nas primeiras publicações teve um número de inscrições/solicitações muito menor do que os kits disponibilizados. Com o passar do tempo, a adesão a esse benefício foi aumentando, porém sem nunca ter ficado maior do que o número de kits ofertados.

Outro empecilho apontado pelas servidoras entrevistadas foi quanto ao uso do Sistema Integrado de Gestão Administrativa e Acadêmica (SIGAA), para a realização das inscrições e encaminhamento de todos os documentos comprobatórios para concorrer aos auxílios.

[...] Hoje o que atrapalha muito a solicitação dos benefícios é a inscrição no Sigaa. O sistema tem muitas falhas que já foram apontadas para a reitoria porém como o sistema foi adquirido de uma empresa e essa empresa teria que realizar os ajustes necessários e que seriam valores muito altos, a reitoria não dispõe de orçamento pra isso. Porque a gente utiliza o sistema então? Porque já teve o apontamento da auditoria, questionando o porquê de a gente receber documentos físicos se há um sistema que custou um grande valor aos cofres, então a gente é obrigado a utilizar em razão desse apontamento (S3).

Fica evidenciado que o trabalho de divulgação e orientação dos estudantes pelos servidores da AE torna-se ainda mais necessário em função de que o sistema utilizado apresenta-se como mais um obstáculo na busca pelos direitos dos

beneficiários que atendem aos critérios de elegibilidade dos auxílios. Conforme explicitado na fala de alguns entrevistados, o trabalho de orientação deve ser permanente. Para isso todos os servidores do setor devem estar aptos a prestarem as informações necessárias cumprindo com o papel de atuarem como elo entre a política pública e os beneficiários, evidenciando que a qualificação e o conhecimento sobre a PAE são essenciais para a implementação e para a concretização dos seus objetivos.

5.2.2 A política pelo olhar dos beneficiários

Destaca-se que a importância da avaliação pelo prisma dos beneficiários de políticas públicas é frequentemente eleita pelos grandes estudiosos da avaliação, como Weiss (1998) e Patton (1997), como uma importante forma de melhorar a gestão dos poucos recursos públicos e aumentar o desempenho do programa, tendo em vista que se consegue formular intervenções mais adequadas às características do público-alvo.

Alguns autores salientam que a avaliação participativa possui como característica a democratização, pois inclui os atores sociais envolvidos no processo, extrapolando a mera quantificação de dados e cumprimento de requisitos estabelecidos pelo programa. Proporciona a realização de avaliação com mais verdade e qualidade por se pautar no olhar dos agentes participantes. Uma avaliação mais qualitativa e inovadora, por trazer a diversidade de perspectivas, representatividade, olhares e valores dos beneficiários frente às políticas públicas (Afonso, 2012; Santos, Azevedo, Marcelino, 2017).

Nessa perspectiva os beneficiários deixam de ser meramente usuários e têm a oportunidade de expor seus pontos de vista, desejos, demandas e sugestões participando ativamente do processo de avaliação da política. Sob esse ponto de vista, Faria (2005) e Leite e Nunes (2009), reforçam que a avaliação com a participação dos beneficiários configura-se como forma de empoderamento dos sujeitos e de suas comunidades.

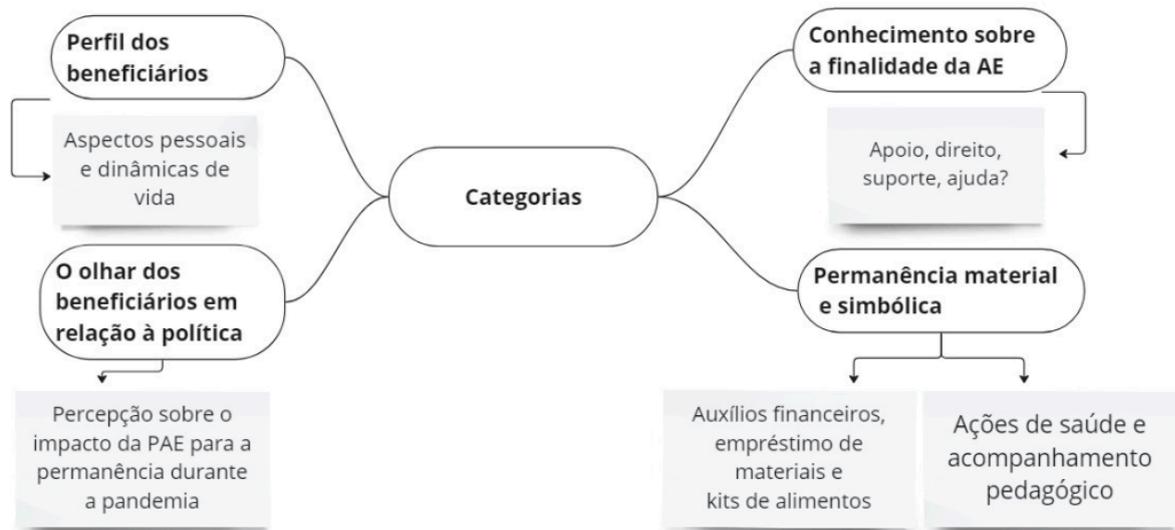
Com esse entendimento e com o objetivo de *Compreender, através da percepção dos beneficiários, qual o impacto que as ações de AE geraram na vida escolar desses sujeitos* essa pesquisa entrevistou dez estudantes beneficiários do PNAES que receberam pelo menos um auxílio durante o período da pandemia de

Covid-19.

Com base no roteiro de entrevistas dos estudantes beneficiários PNAES (Apêndice B), foram organizados os dados coletados nas entrevistas, bem como foi realizada a codificação e posterior categorização do material. Os resultados das entrevistas foram direcionados pelo objetivo geral, concentrados na percepção dos discentes em relação a (1) finalidade e (2) impacto provocado pela PAE na vida escolar dos entrevistados durante o período pandêmico.

Dessa forma, foram agrupados por temas semelhantes, conforme análise de conteúdo trazida por Bardin (2011), categorizadas empiricamente pelas seguintes unidades temáticas: a) perfil dos beneficiários; b) conhecimento dos discentes acerca da finalidade da assistência estudantil; c) Permanência material e simbólica; d) o olhar dos beneficiários em relação à política.

Figura 4- Categorias de análise da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora baseada nos dados das entrevistas (2024)

Conhecer o perfil dos beneficiários requer analisar as suas histórias individuais e trajetórias de formação escolar a fim de conhecer seus espaços de vida, compreender suas escolhas, experiências, desafios e expectativas com o futuro. Nesse sentido, através das entrevistas, buscou-se identificar aspectos que contextualizam quem são esses sujeitos, como ocorrem suas dinâmicas de vida, quais foram as dificuldades enfrentadas durante o período pandêmico e de que forma as políticas de AE contribuíram para a permanência escolar.

Em síntese, os discentes entrevistados possuem entre 19 e 62 anos de idade, seis são naturais da cidade de São Borja, dois de outras cidades do estado do Rio Grande do Sul, um do estado de São Paulo e um do estado do Rio de Janeiro. Todos são oriundos de escolas públicas onde realizaram grande parte ou toda a trajetória de estudos e demonstraram através de seus relatos a importância que atribuem à educação escolar.

Quadro 8- Perfil dos estudantes entrevistados

Código	Estudante entrevistado (a)	Perfil
E1	Aluna matriculada no Curso Técnico em Gastronomia/Proeja (2021 até o momento)	Mulher cis, natural de São Borja/RS, 62 anos de idade, retornou aos estudos em 2021, após muitos anos sem estudar.
E2	Egresso Curso Técnico em Eventos Integrado (2019 a 2022)	Homem cis, natural de São Borja/RS, 20 anos de idade. Ingressante na EPTNM como cotista candidato autodeclarado preto, pardo ou indígena, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 Salário Mínimo que tenha cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas. Atualmente cursando a graduação em uma IFES na cidade.
E3	Egresso do Curso de Licenciatura em Física (2017 a 2022)	Homem cis, natural do estado do Rio de Janeiro, 25 anos de idade. Ingressante no ensino superior via SISU/cota racial. Atualmente cursando a segunda graduação no IFFar.
E4	Egressa do Curso de Bacharelado em Sistemas de Informação (2017 a 2022)	Mulher cis, natural do estado de São Paulo, 31 anos de idade. Ingressante no ensino superior via SISU/cota racial. Atualmente cursando a segunda graduação e especialização no IFFar.
E5	Egresso Curso Técnico em Logística Subsequente (2021 a 2022)	Homem cis, natural de São Borja/RS, 23 anos de idade. Ensino Fundamental realizado integralmente em escola rural. Egresso do Curso Técnico em Eventos Integrado.
E6	Aluno matriculado no Curso de Tecnologia em Gastronomia (2020 até o momento)	Homem cis, natural de São Vicente do Sul/ RS, 28 anos de idade. Ingressante no ES via SISU/ cota

		racial.
E7	Egressa Curso Técnico em Informática Integrado (2020 a 2022)	Mulher cis, natural de São Borja/RS, 19 anos de idade. Ingressante na EPTNM como cotista candidata autodeclarada preta, parda ou indígena, com renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1,5 salário mínimo que tenha cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.
E8	Egressa Curso Técnico em Cozinha Subsequente (2020 a 2022)	Mulher cis, natural de São Borja/RS, 36 anos de idade. Atualmente trabalha.
E9	Egresso do Curso de Licenciatura em Matemática (2017 a 2021)	Homem cis, natural de Itaqui/RS, 28 anos de idade, autodeclarado branco. Atualmente estuda e trabalha. Faz especialização no IFFar e atua como monitor numa escola do município
E10	Egresso do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo (2018 a 2023)	Homem cis, natural de São Borja/RS, 46 anos de idade, autodeclarado preto. Servidor público.

Fonte: Elaborado pela autora baseada nas auto declarações contidas nas entrevistas (2023)

À primeira vista, as condições financeiras são o primeiro e determinante obstáculo a que se referem os estudantes entrevistados como sendo um problema enfrentado no andamento da trajetória escolar, tendo sido o mais citado e problematizado nas entrevistas. Corroborando com os estudos de Marques, Real e Oliveira (2018) assim como Garcia e Maciel (2019) que apontam que a permanência estudantil ainda é pautada pela distribuição de recursos financeiros, tratando-se de uma política pública voltada para a perspectiva material da permanência.

[...] o dinheiro mesmo né, tu sabes que pra tudo hoje em dia tu tem que ter dinheiro... sim recursos financeiros (E1).

[...] dificuldade de transporte, dinheiro pra compra de material escolar, essas coisas...Depois quando cheguei no If como o benefício da alimentação pra moradia não foi de imediato, eu passei um pouco de dificuldade em relação a alimentação também porque eu não tinha condições pra comprar (E4).

[...] muita dificuldade financeira, até por ter vindo de outro estado, eu não tenho família aqui. Então eu enfrentei e enfrento dificuldades pra me manter estudando, embora tenha auxílio da AE, resido na moradia mas a falta de condições financeiras sempre afetou e já me fez pensar em desistir dos estudos e ir trabalhar (E3).

Verificou-se ainda que, recorrentemente, os entrevistados relataram sobre a insegurança e a preocupação com a situação financeira familiar que já era difícil e que foi potencializada durante a pandemia de Covid-19, levando muitos deles a buscarem no suporte financeiro da AE uma possibilidade de ajudar em casa e poder manter-se no ensino remoto. O suporte técnico e empréstimo de computadores também foi citado pelos entrevistados como sendo fundamental para a permanência nos cursos. Salienta-se que para alguns o auxílio financeiro institucional já era uma realidade mesmo antes da pandemia e que tornou-se vital durante esse período.

[...] eu recebi o auxílio emergencial do If, e pra mim ele foi essencial muito importante né porque meus pais pararam de trabalhar e eu consegui ajudar e conseguia pagar a internet também (E3).

[...] eu recebi o auxílio emergencial, utilizei também o auxílio do pagamento das passagens pra voltar pra casa em março de 2020 quando as atividades foram suspensas em função da pandemia, pois o If pagou as passagens dos alunos que eram da moradia estudantil e que eram de outros estados (E4).

[...] eu recebi a cesta básica no começo né...foi uma coisa maravilhosa que me ajudou, assim ó imensamente. Depois eu passei a receber o auxílio que não é muito, é 230,00 mas pra mim é... faz uma enorme diferença. Recebi computador emprestado, auxílio digital e kits de alimentos. Se tivesse que comprar um computador eu teria desistido porque pra gente que tem mais idade é muito difícil fazer as atividades pelo celular e eu não tinha condições de comprar computador (E1).

A permanência estudantil na visão de Santos (2009) e Silva, Santos e Reis (2021), compreende duas dimensões: a dimensão material que consiste em assegurar a garantia de recursos, como equipamentos, material didático, operacionais, entre outros. Ainda segundo os autores, a ausência desses recursos pode levar o estudante a não ter condições de acompanhar ou vivenciar plenamente as atividades acadêmicas no interior da universidade e ser motivador de evasão escolar. A outra dimensão tratada pelos autores é a dimensão simbólica onde encontram-se as questões de adaptação à vida acadêmica, situações de preconceito vividas, saúde mental, pertencimento ao espaço. Porém, como bem salientam os autores, as duas dimensões estão interligadas pois dizem respeito às formas de existência dos sujeitos como um todo.

Na perspectiva da permanência simbólica, os estudantes entrevistados salientaram de forma bem contundente a questão do suporte à saúde mental dos estudantes, principalmente daqueles mais jovens residentes na moradia estudantil.

Apontaram ainda que esse não é um aspecto que precisa de atenção especial somente em função da pandemia, mas de forma permanente pela instituição.

[...] Então em relação a parte financeira, a minha avaliação é boa, muito boa, mas em relação a saúde mental dos alunos acredito que poderia ter sido melhor. Acredito que a própria psicologia do campus, a equipe da saúde poderia ter um olhar mais atento aos alunos principalmente da moradia, pois estão longe da família, tem muito aluno menor de idade com problemas de depressão e ansiedade. Acho que essa questão poderia ser melhor atendida com terapias, oficinas, projetos que possam auxiliar os alunos (E4).

[...] Os jovens então que recém saíram de casa é algo muito desafiador né porque com 13, 14 anos tu sair de casa, dividir quarto, morar num lugar desconhecido, com uma diversidade de pessoas não é fácil. Acho que a AE tem que olhar mais pra esses estudantes, identificar situações que estejam atrapalhando o desempenho e a vida dos estudantes e propor ações pra ajudar (E6).

Dando continuidade às categorias de análise que emergiram nas entrevistas, o conhecimento sobre a AE e sua finalidade foi abordado de forma bastante clara pelos estudantes, demonstrando que aqueles que utilizam a PAE durante a trajetória escolar conhecem e buscam por seus direitos enquanto estudantes beneficiários, bem como apontam possíveis melhorias na implementação da política.

[...] AE é uma parte do campus que tem que, na minha opinião, assistir ao aluno tudo que o aluno precisar ele tem que pedir a assistência, informar a assistência, seja financeiramente, seja educacionalmente, seja psicologicamente...é o setor que interliga toda a parte administrativa do If com os alunos (E3).

[...] A AE é um setor dentro da instituição que auxilia o aluno na permanência dos estudos com eficácia, de forma geral. É uma política necessária numa instituição pública e gratuita que recebe estudantes de camadas sociais de baixa renda e que sem essa política não teriam a mínima condição de ingressar e de concluir seus cursos, como é o meu caso (E4).

[...] AE acho que é todo suporte tanto de alimentação, suporte técnico da área da saúde, como psicólogos, médicos, enfermeiros. Então a AE não é só na parte da graduação e sim toda a tua vida que gira em torno da graduação: pra estar bem de forma mental, de forma... que tenha uma alimentação básica, o mínimo e que tenha também o suporte na área da educação, saúde (E6).

As melhorias apontadas por alguns estudantes entrevistados residem principalmente na divulgação dos editais de forma mais ampla e acessível e com uma linguagem mais clara, ao atendimento e prestação de esclarecimentos por parte de todos os servidores da AE e não só por alguns, como é o caso de dúvidas em relação às questões socioeconômicas que ficam restritas a profissional

assistente social e, ainda apontam para a necessidade de nomeação de servidores para preenchimento de vagas existentes. A percepção trazida por alguns estudantes reflete a necessidade de capacitação e da ampliação dos recursos humanos nos setores de AE devido às atribuições desses cargos que atuam no atendimento direto aos discentes.

[...] Então, o edital é uma coisa que até eu já reclamei. É de difícil entendimento e às vezes nem modificado ele é. É postado, publicado com informações erradas às vezes, até por que é só copiado e colado e a linguagem é muito difícil, ainda mais que o IF a maioria dos alunos é do Ensino Médio então muitas vezes eles não entendem e acabam perdendo a oportunidade de receber os auxílios em função disso. Na maior parte da minha vida acadêmica percebi que sempre estava faltando algum funcionário na AE, porque um sai aí demora abrir vaga, demora abrir concurso... As vezes um servidor não sabe fazer algum tipo de serviço ali. Então eu acho que poderiam ter treinamento com todos pra que todo mundo consiga fazer todos os processos pra ajudar os alunos. Porque senão quando alguém falta e só aquele profissional que faz determinada tarefa, os alunos ficam desassistidos. (E3).

[...] acredito que ainda falta capacitação pros funcionários na questão da informação dos editais também eu acho que é uma coisa que carece, porque as vezes sai o edital e tem alunos que não ficam sabendo naquele momento né...e aí tem prazo e às vezes o aluno não consegue o auxílio por conta dessa falta de divulgação. Então acredito que isso poderia ser aprimorado e os profissionais da AE serem mais capacitados nesse atendimento (E4).

Observou-se ainda que uma grande parte dos partícipes da pesquisa salientou que a organização e o comprometimento da equipe da AE durante o período pandêmico foi percebida pelos estudantes, principalmente por aqueles que residiam na moradia estudantil e que foi determinante para que o deslocamento destes até suas cidades/estados de origem fosse feita de forma rápida e sem intercorrências naquele momento tão desafiador.

O teor das entrevistas revelou ainda a quarta categoria de análise: o olhar dos beneficiários em relação à política objeto do estudo, que concentrou as falas em relação à percepção dos entrevistados sobre o impacto da PAE nas suas trajetórias acadêmicas durante a pandemia de Covid-19. Verificou-se uma fala recorrente entre todos os entrevistados que expressou a importância que os auxílios tiveram para a continuidade dos estudos durante o ensino remoto, o comprometimento com a permanência nos cursos e por conseguinte com uma formação de qualidade. Para além do período pandêmico, as falas demonstraram que muitos desses estudantes não teriam condições de ingresso nos cursos caso não houvesse a possibilidade de

auxílios estudantis, sobretudo da moradia.

[...] Minha trajetória aqui no IFFar só é possível devido a AE, pois meu estado de origem é SP e eu não teria a mínima condição de estar aqui se não tivesse a moradia estudantil e o benefício da alimentação, onde resido desde agosto de 2017 quando iniciei minha primeira graduação. Atualmente estou na segunda graduação e na especialização e continuo residindo na moradia estudantil, onde tenho alimentação de ótima qualidade, espaço para estudos, fácil acesso ao Campus, biblioteca, etc. E a segurança de morar em um local onde me sinto protegida (E4).

[...] Eu resido na moradia estudantil desde que vim de São Gonçalo/RJ para São Borja. Ali tenho alimentação, segurança e um lugar adequado pra estudar e morar. Além disso, já fui bolsista de diversos projetos e estou atualmente na segunda graduação. Durante a pandemia recebi auxílio emergencial que me deu condições de pagar internet e ajudar em casa pois meus pais ficaram sem trabalhar (E3).

[...] Conseguiram minimizar certo “peso” que eu tinha porque eu moro com a minha mãe e ela no período da pandemia em 2020 quando começou a minha mãe perdeu o emprego. Então os auxílios serviram também como muita ajuda aqui em casa porque eu conseguia ajudar a minha mãe financeiramente e também conseguia estudar, dar continuidade aos meus estudos sem perder nada sem impactar negativamente os meus estudos (E7).

[...] Praticamente quase todo o período que eu estive na instituição a assistência estudantil prestou um excelente trabalho não só pra mim mas para o meu irmão também, além é claro de vários outros estudantes. Falando especificamente do período pandêmico, é impossível esquecer do apoio que a instituição ofereceu na distribuição de kits de alimentos que no meu caso foi o mais importante pois ajudava todos em casa, (na época meu pai que sustentava a família estava desempregado (E5).

Ao refletir sobre a importância da política e das ações estratégicas implementadas para a permanência estudantil durante o período pandêmico no Campus São Borja, constatou-se através dos relatos dos entrevistados que estas foram consideradas imprescindíveis para a manutenção das atividades remotas através dos auxílios para inclusão digital e empréstimo de computadores, assim como os kits de alimentos que foram muito citados como sendo uma “ajuda de grande valia” para os beneficiários. Além disso, os relatos evidenciaram que, com o agravamento da situação de vulnerabilidade, os benefícios serviram para a manutenção das condições de sobrevivência em alguns casos, sendo utilizados para a aquisição de itens alimentícios para algumas famílias.

Dessa forma, portanto, evidenciou-se que apesar de a destinação dos benefícios estudantis ter sido utilizada para outras finalidades, como o orçamento doméstico, ainda assim a AE cumpriu com seu propósito de minimizar os efeitos das desigualdades sociais potencializados durante o período pandêmico e proporcionar condições de permanência dos estudantes no percurso escolar.

5.3 Análise e discussão geral dos resultados

Para a consecução do objetivo geral desta dissertação que buscou avaliar de que forma as políticas de assistência estudantil impactaram na vida escolar dos estudantes beneficiários do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja durante o período pandêmico foi realizada a pesquisa documental e de campo (entrevistas), contribuindo para uma imersão na temática (teoria) e no contexto pesquisado (prática), aliados ainda a experiência laboral vivida durante o período pesquisado. Essa interação entre a teoria e o contexto real do estudo foi determinante para que os achados da pesquisa fizessem sentido e contribuíssem para a ampliação do conhecimento sobre o objeto de estudo.

É fundamental destacar o papel que as instituições de ensino tiveram diante do cenário pandêmico, atuando como importantes atores no processo de conscientização para a prevenção e combate ao vírus, bem como no desenvolvimento de pesquisas e ações de enfrentamento junto a sociedade, utilizando-se de seus recursos físicos, financeiros e de capital humano (Almeida *et al.*, 2020; Costa *et al.*, 2020; Dias, 2020; Sousa, 2022).

Nessa perspectiva de atendimento às demandas sociais e de saúde o IFFar também realizou inúmeras ações junto à comunidade, com destaque para a produção de álcool gel e confecção de máscaras de tecido para distribuição, assim como entrega de kits de alimentos, empréstimo de equipamentos, como computadores, notebooks e livros didáticos aos estudantes, atendimento remoto dos servidores da área da saúde, além de ações de AE emergenciais para o atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Conforme frisado por Sobrinho e Bonilha (2020), a atuação dos IFs no contexto pandêmico bem como as relações com a comunidade em seu entorno, devem ser pautadas em objetivos que visem a diminuição das tensões existentes, em grande parte, decorrentes da pandemia e das desigualdades sociais. Para isso, os autores inferem que a promoção de ações de acolhimento e de reconhecimento dos estudantes, com o fortalecimento de redes de apoio e de escuta para identificar as condições sociais, inclusive as de ordem afetiva, a que os estudantes estão submetidos no período da pandemia, no sentido de construir estratégias para ajuda mútua e o fortalecimento de vínculos com a instituição; promover a reflexão sobre a situação atual e as tensões decorrentes desta, estabelecendo interfaces com o

currículo escolar sejam as melhores formas de enfrentar as adversidades do momento.

Compreende-se que as desigualdades de acesso e permanência escolar sempre foram realidades historicamente presentes no ensino do Brasil, porém a pandemia da Covid-19 agigantou esta problemática revelando uma infinidade de questões sociais que afetam diretamente a vida estudantil conforme apontam os estudos de Garcia, Evangelista e Maciel, (2022); Sousa e Dias, (2020).

O ensino em formato remoto adotado pelas instituições de ensino em todo o país foi a possibilidade encontrada para dar continuidade ao cumprimento dos calendários escolares e das atividades de ensino, pesquisa e extensão praticadas pelas instituições, porém exteriorizou a desigualdade social presente nas salas de aula. Por depender do uso de recursos tecnológicos, tais como: computador, tablet, celular e internet banda larga, o ensino remoto infelizmente não é acessível a uma grande parcela da população e isso inclui os estudantes beneficiários do PNAES. Em função disso, a área da inclusão digital, que antes da pandemia não apresentava grande necessidade de ações de enfrentamento, tornou-se uma demanda de atenção imediata e urgente.

Conforme apontam Sobrinho e Bonilha (2020), não basta que as práticas (remotas e ou presenciais) pensadas sejam boas ou viáveis, em si mesmas. Elas precisam ser boas e viáveis no sentido do bem comum. Diante disso, a oferta do ensino por meio virtual, foi fator de preocupação com a inclusão/exclusão dos estudantes visto que o acesso à tecnologia não foi democratizado na sociedade brasileira (Oliveira, 2023).

E para além dos equipamentos e do acesso à internet o ensino remoto depende também de fatores da individualidade dos sujeitos como: organização, disciplina e concentração para a realização das atividades, bem como aspectos motivacionais que engajem os estudantes a se manterem nos cursos. A prática docente também foi desafiada pelas limitações e dificuldades na utilização das ferramentas tecnológicas e no próprio ato de ensinar a distância. Alunos e professores acostumados à interação e troca de experiências que o espaço da escola propicia; o ambiente personalizado; a dinamicidade das atividades presenciais, necessitaram de adaptação e de muito esforço para darem continuidade às atividades de ensino e de aprendizagem, da forma que era possível naquele momento.

No âmbito da AE não foi diferente: a equipe assumiu o protagonismo na rede de apoio aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, assim como na articulação com docentes e demais setores ligados diretamente ao ensino na instituição. Utilizando as tecnologias de informação e comunicação (TICs), as quais permitem a troca de informações, a comunicação quase que instantânea, o envio de documentos para que, de forma rápida se consiga traçar o perfil socioeconômico dos estudantes e dar encaminhamentos aos auxílios necessários.

Ao analisar os dados obtidos na pesquisa de campo é possível afirmar que as dificuldades financeiras são o obstáculo decisório que leva os estudantes a interromperem seus estudos, reafirmando assim a importância que a PAE tem no acesso, na permanência e no almejado sucesso na vida escolar. Fato que é corroborado pelas falas dos entrevistados que relataram que não seria possível seguirem seus estudos sem os auxílios, principalmente durante o período da pandemia, quando houve perda de emprego e renda de muitos familiares. Nas palavras de Ganam e Pinezi (2021), o suporte financeiro estrutura-se como ferramenta crucial para a entrada na vida universitária, para o prosseguimento desta, assim como para o alcance da conclusão do curso escolhido.

Sob a ótica da permanência material, as falas dos estudantes entrevistados revelaram uma alta dependência socioeconômica dos recursos orçamentários da PAE, embora estes sejam insuficientes, assim como demonstram estudos de Cunha *et al.* (2022), Ganam e Pinezi (2021) e Lima, Alves e Canela (2023) ao analisarem o desafio da permanência estudantil de beneficiários de programas de assistência estudantil em instituições de ensino no país.

Desse modo, é possível afirmar que as políticas voltadas à permanência estudantil se coadunam com o próprio direito à educação, uma vez que, para uma grande parcela da população em condições econômicas vulneráveis seria improvável a inserção em institutos e universidades públicas devido a esse fator. Quando o estudante consegue se matricular novas despesas e dificuldades surgem como, moradia, transporte, alimentação, materiais escolares, ou seja, se revelam várias expressões da questão social na luta do estudante pelo direito à educação (Cunha *et al.* 2022).

Observou-se ainda, que metade dos alunos entrevistados residiu na moradia estudantil em algum momento ou em todo o percurso escolar. Em dois casos, os estudantes seguiram suas trajetórias escolares, realizando mais de um curso de

graduação e pós graduação tendo o benefício da moradia estudantil como determinante para a continuidade e verticalização dos seus estudos. Constatou-se também que os estudantes que residem no campus envolvem-se mais com atividades extracurriculares como projetos de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidos pela instituição.

Nessa perspectiva, Teixeira (2011, p.48) afirma que os estudantes ao se envolverem com diversas atividades acadêmicas ficam mais tempo na universidade e isso se torna um dispositivo para se apropriarem de “um mundo intelectual e institucionalmente mais complexo, compreender e fazer uso dos meandros que envolvem as regras e suas práticas, transitar num universo de relações mais amplo e múltiplo, em sentidos, valores e condutas”.

Esta seria, na visão de Santos (2009) e Silva, Santos e Reis (2021), a ótica da permanência simbólica, a qual perpassa por uma efetiva integração a todos os aspectos da vida acadêmica, transcendendo a inclusão quantitativa. Para Santos (2009), permanecer simbolicamente requer “constância do indivíduo no ensino superior que permita a sua transformação, a partilha com seus pares e o pertencimento ao ambiente universitário”.

Além das questões financeiras apontadas pelos entrevistados, as falas revelaram que o período de isolamento social trouxe inúmeras outras dificuldades, como: falta de espaço adequado para estudo, muito barulho devido a família toda estar em casa, falta ou dificuldade de acesso a internet, dificuldade de adaptação às atividades escolares de forma remota e ainda acentuou problemas de ordem psicológica, em conformidade com os estudos de Cunha *et al.*, (2022).

Em vista disso, constatou-se que uma das áreas do PNAES que mais desenvolveu ações ao longo da pandemia foi a área da saúde, o que pode ser justificado, na visão de Silva *et al.*, (2023), pela emergência em saúde pública que acometeu o país. A pesquisa revelou ainda que as ações da AE do campus visaram mitigar essas dificuldades enfrentadas através de atendimentos remotos e, quando possível, visitas domiciliares dos profissionais da área da saúde e do setor pedagógico, empréstimo de materiais e equipamentos e auxílios financeiros, a depender da demanda dos estudantes.

A percepção e o conhecimento dos entrevistados sobre a PAE foi um ponto que mereceu destaque na análise, pois revelou que os beneficiários compreendem a importância e a finalidade da PAE e se apropriam dos seus direitos enquanto

estudantes. Além disso, percebem alguns problemas existentes e são capazes de propor melhorias para a eficácia da política. Nesse sentido, Imperatori (2017); Lima e Ferreira (2016); Lima e Davel (2017); Lima e Mendes (2020) e Taufick (2014), apontam para a necessidade de maior participação do público alvo no desenvolvimento e na implementação da PAE, pois os usuários detêm o conhecimento de quem está “por dentro” da política.

O estudo corrobora com a afirmação de Silva *et al.* (2023), quanto à necessidade de que as instituições considerem todos os eixos que contemplam o PNAES, para que eles possam ser implementados em sua integralidade. Ainda conforme os autores, acompanhar as mudanças ocorridas no interior das instituições e no contexto social durante a pandemia e atentar-se à realidade dos estudantes são algumas maneiras de implementar uma AE cada vez mais fiel às necessidades do seu público-alvo.

Um dos pontos que apareceu na totalidade das entrevistas foi com relação aos editais publicados pela CAE que na visão dos entrevistados possuem uma linguagem muito técnica, são confusos na descrição dos documentos a serem enviados para avaliação socioeconômica, têm pouca divulgação e nem todos os servidores da AE possuem conhecimento para dar informações sobre o processo.

Na intenção de minimizar ou solucionar esse problema a capacitação dos servidores é fundamental, o oferecimento de oficinas tira-dúvidas, materiais ilustrativos sobre os editais e murais com informações são ações que deverão ser implementadas. Como um dos resultados dessa pesquisa, em parceria com a Coordenação de Assistência Estudantil e a secretaria de comunicação da instituição, foram elaborados cards informativos sobre o Edital do Auxílio Permanência 2024 para divulgação nas mídias sociais com a finalidade de melhorar o entendimento dos editais dando maior visibilidade e acessibilidade.

Figura 5 - Material ilustrado (Cards) informativo sobre edital do Auxílio Permanência 2024



O QUE É?

O Auxílio Permanência é um auxílio financeiro destinado a estudantes em situação de **vulnerabilidade socioeconômica**, visando contribuir para a **permanência e o êxito** dos alunos regularmente matriculados em cursos presenciais do IFFar.



COMO FUNCIONA?

Para solicitar o auxílio, é necessário fazer a inscrição preenchendo cadastro no SIGAA e enviar a **documentação de identificação** do(a) estudante e da sua família assim como documentação de **comprovação de renda familiar**.

Com base na documentação, é calculado o **Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)** dos estudantes inscritos. A classificação para o recebimento do auxílio ocorre de acordo com grau de vulnerabilidade.

Os estudantes contemplados podem receber mensalmente **R\$80,00, R\$160,00 ou R\$240,00**, de acordo com o IVS.



REQUISITOS

- ✓ Estar matriculado em todas as disciplinas regulares disponíveis no semestre;
- ✓ Possuir renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio;
- ✓ Não possuir pendências vinculadas a processos anteriores da Assistência Estudantil;
- ✓ Os estudantes contemplados com o Auxílio Permanência devem apresentar frequência mensal de no mínimo 75% e evitarem reprovações.



INSCRIÇÕES

Primeiro período:

1º de fevereiro a 8 de março

Segundo período:

26 de abril a 16 de maio

Para mais informações, acesse o **edital** do auxílio no site do IFFar:

iffar.edu.br/editais/item/34393



+ OPORTUNIDADES

A Assistência Estudantil do IFFar oferece outros benefícios, como os **auxílios Atleta, Eventual, Apoio à Participação em Eventos e Inclusão Digital**. Todos eles selecionam estudantes através de editais próprios.

Os estudantes matriculados em **cursos a distância (EaD)** poderão concorrer a auxílios da Assistência Estudantil em **editais específicos** para esta modalidade.

Os estudantes do IFFar também podem concorrer a **bolsas de pesquisa, ensino e extensão**. As oportunidades são divulgados nos Portais do IFFar e nos demais canais da instituição.

Informe-se e aproveite as oportunidades!



Ainda seguindo nessa perspectiva, foi elaborado um projeto de ensino voltado a atender a demanda dos estudantes por mais informações detalhadas em relação aos editais publicados pela AE, bem como auxílio direto e permanente dando maior acessibilidade aos seus direitos enquanto público alvo do PNAES (Apêndice E).

Essas ações serão realizadas a medida em que forem publicados editais de concessão de auxílios da AE pela instituição, pois como pontua Ristoff (2020, p.40), é preciso aproveitar as lições que a excepcionalidade nos ensina. E ela nos ensinou, entre outras coisas, que devemos aprender a dominar as novas tecnologias para aperfeiçoar métodos e práticas de ensino, redesenhar percursos pedagógicos, aumentar a abrangência e o alcance de nossos processos educacionais, assim como lutar por políticas públicas de inclusão social e digital que impeçam a marginalização educacional, assegurando educação de qualidade para todos e reafirmando o conceito de educação como bem público.

Há que se ressaltar que as narrativas dos estudantes que foram conhecidas através das entrevistas mostram trajetórias escolares difíceis, porém exitosas, baseadas na dedicação e enfrentamento das dificuldades com resiliência e sobretudo com vontade de melhorar suas condições de vida através da formação escolar e profissional. Corroborando com Cunha *et al.* (2022), as políticas públicas educacionais focalizadas na permanência estudantil são de grande relevância para o cidadão que vivencia a situação de vulnerabilidade socioeconômica na luta para mudar sua realidade, pois a permanência dos discentes está altamente relacionada à implementação das políticas e programas de assistência estudantil (Lima, Alves e Canela, 2023).

Findada a análise dos resultados, o quadro a seguir recupera os objetivos específicos, os quais nortearam o desenvolvimento da pesquisa e a elaboração da dissertação e apresenta evidências de que estes foram cumpridos.

Quadro 9- Objetivos específicos da dissertação e evidências de consecução

Objetivos específicos	Evidências de consecução
<p>Conhecer o marco legal da política em estudo e as diretrizes institucionais no que tange a assistência estudantil;</p>	<p>Analisando a linha do tempo das ações de AE foi possível constatar que a partir da promulgação da CF 1988 e das legislações educacionais que vieram a seguir houve avanço no sentido de pensar a educação como direito social e como mecanismo para transpor os obstáculos enfrentados por tantos brasileiros e brasileiras alijados do ensino superior. Porém é imperioso destacar que a promulgação do Decreto que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi um marco na consolidação dessa política educacional e a partir desse documento norteador as PAE institucionais foram regulamentadas, conforme descrito na seção de resultados da pesquisa documental.</p>
<p>Descrever o processo de implementação das políticas de assistência estudantil na instituição;</p>	<p>A regulamentação interna referente à PAE no IFFar preconizada pelo PNAES se deu a partir da aprovação da Resolução Consup 012/2012 que dispõe sobre os programas, serviços, projetos e ações de AE a serem ofertadas pela instituição. A PAE do IFFar compreende as diretrizes, objetivos e princípios que compõem a oferta dos serviços, programas, projetos e ações na instituição e trata-se de um direito de todos os estudantes regularmente matriculados na instituição.</p>
<p>Compreender, através da percepção dos beneficiários, qual o impacto que as ações de AE geraram na vida escolar desses sujeitos;</p>	<p>Pelas falas dos entrevistados foi possível afirmar que as ações de AE desenvolvidas pelo IFFar foram vitais para os estudantes de baixa renda e, principalmente para os ingressantes via SISU oriundos de outras cidades e estados do país terem condições de manterem suas trajetórias de estudo na instituição durante o período pandêmico. Os benefícios financeiros e de inclusão digital foram indispensáveis, porém as ações de orientação em saúde e apoio pedagógico foram essenciais durante o desenvolvimento das atividades escolares de forma remota, conforme destacaram os entrevistados. Destaca-se, ainda, a agilidade e o cuidado que a CAE teve com os estudantes residentes na moradia estudantil no momento da suspensão das atividades e no retorno repentino para suas casas assumindo as despesas com as passagens.</p>
<p>Refletir sobre a importância da política e das ações estratégicas implementadas para a permanência estudantil durante o período pandêmico.</p>	<p>A PAE e todas as ações realizadas durante o período pandêmico foram elencadas pelos entrevistados, tanto servidores quanto alunos, como tendo sido determinantes para a continuidade dos estudos: os benefícios financeiros e os kits de alimentos por terem “ajudado nas contas de casa”, por terem dado um pouco mais de “tranquilidade naquele momento desesperador”. O contato por diferentes meios (e-mail, aplicativo de mensagens, visitas domiciliares) contribuíram para aproximar os servidores dos estudantes, principalmente aqueles em situação de maior vulnerabilidade naquele período. Todo o conjunto de ações foi fundamental para aproximar a instituição da comunidade escolar. Esse ponto encontra sintonia nas falas de servidores e estudantes.</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

6 CONCLUSÃO

O caminho percorrido durante a pesquisa possibilitou lembrar diversos momentos vividos durante o período pandêmico. Momentos dramáticos, de muita insegurança, de solidariedade e empatia com as histórias ouvidas e sentidas, mas que possibilitaram também muitas descobertas, e sobretudo muito aprendizado. Esse período não foi fácil! A cada dia vivenciamos a incerteza do futuro! E é por esse motivo que é tão importante darmos visibilidade às (super) ações, atitudes, feitos das pessoas, das instituições que por meio de políticas públicas se adaptaram, reinventaram, fizeram o que precisava ser feito com aquilo que tinham em mãos.

Esse caminho também possibilitou alcançar o propósito deste estudo que tinha como questão norteadora compreender *como as políticas públicas de assistência estudantil impactaram na vida escolar dos estudantes beneficiários do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja no período pandêmico?* A fim de responder a esta indagação, me parece primordial dar um passo atrás e revisitar alguns fatos relevantes que nos ajudam a problematizar sobre as políticas de expansão e democratização do acesso ao ensino público, pois refletir sobre a vida escolar e, sobretudo sobre a permanência estudantil, nos remete ao contexto de desigualdades sociais e econômicas vivenciadas no país.

Nos últimos anos, mais precisamente a partir dos anos 2000, o Brasil vem experimentando um processo de expansão, mudança dos padrões de acesso e criação de mecanismos de permanência nas universidades e institutos federais (IFs). A partir de políticas como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Brasil, 2007a) – REUNI – observou-se um aumento significativo do número de matrículas, cursos, campi e instituições federais de ensino (Ristoff, 2016).

Nessa mesma direção, o acesso à educação superior passou a contar com o Sistema de Seleção Unificada (Brasil; MEC, 2012) – SISU, que tem como objetivo facilitar a mobilidade espacial da demanda por educação superior no país. A partir dessas políticas passou também a ocupar territórios de grande densidade demográfica, baixa cobertura universitária, distantes de grandes centros urbanos e em áreas de fronteira, como é o caso do Campus São Borja do Instituto Federal Farroupilha e do Campus da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA.

Na perspectiva de ampliação do acesso à educação e em consonância com a Lei de Cotas, o Sistema de Seleção Unificada (SISU), configurou-se como uma alternativa aos vestibulares realizados pelas instituições de todo o país (Brasil, MEC, 2012). Com esse sistema, as universidades e institutos federais têm a possibilidade de aderir ao sistema e ofertar vagas a estudantes que tenham realizado o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Como vantagens apresentadas pelo SISU foram elencadas as seguintes: O primeiro ponto seria que traria um ganho institucional, ao tornar o processo de ocupação das vagas mais barato e mais eficiente, já que eliminaria os gastos de cada instituição com a realização de seu próprio processo seletivo. Quanto a maior eficiência na ocupação das vagas esta decorreria, por sua vez, da facilitação do acesso por parte de estudantes de todo o país, que por meio da plataforma online do sistema, tomariam conhecimento e poderiam se candidatar a qualquer vaga disponível em qualquer instituição participante sem a necessidade de se prepararem para vestibulares específicos e sem os custos envolvidos na participação nesses diferentes processos seletivos, incluindo o deslocamento para a realização de provas. Ainda, esse acesso facilitado poderia minimizar um problema tradicional do sistema de ensino superior brasileiro: a existência de um número significativo de vagas ociosas em certos cursos e instituições.

Em segundo lugar, e diretamente relacionado à questão anterior, o SISU propiciaria maior mobilidade geográfica aos estudantes, ampliando as trocas acadêmicas e culturais e a própria integração do país. A oportunidade de se candidatar a vagas em todo o território nacional, sem a necessidade de realização de diferentes vestibulares, estimularia um número maior de indivíduos a se deslocar para estudar fora da sua região de origem (Nogueira, *et al.*, 2017).

Em terceiro lugar, é fundamental destacar o olhar para a inclusão social presente no SISU. Em relação a essa questão, vale registrar a possibilidade aberta aos mais pobres de se candidatarem a cursos e instituições que seriam inacessíveis pelos próprios custos decorrentes da participação em diferentes processos seletivos. Talvez ainda mais importante do que isso seja a articulação do Sistema com a lei de reserva de vagas (Lei nº 12.711/2012), conhecida como Lei de Cotas (Brasil, 2012).

A política de ações afirmativas para ingresso no ensino superior e técnico, através da Lei de cotas estabelece reserva de 50% das matrículas nas universidades e institutos federais a alunos que tenham cursado o ensino médio

integralmente em escolas públicas. Nesse percentual, metade das vagas é destinada a estudantes de escolas públicas com renda familiar igual ou inferior a um salário mínimo e meio por pessoa e os outros 50% são para alunos da rede pública independente de renda. Há ainda reserva de vagas para autodeclarados pretos, pardos e indígenas. Além disso, a partir de 2016, com a revisão da lei foram incluídas as reservas de vagas para pessoas com deficiência.

Sendo assim, constata-se que o sistema federal de ensino tornou-se mais acessível aos grupos vulnerabilizados que, tradicionalmente não tinham acesso e muito menos conseguiam êxito nas instituições federais de ensino. Diante desse cenário, constata-se que o perfil dos estudantes da rede federal de educação mudou consideravelmente, adquirindo um perfil mais negro e popular (Silva, Costa, 2018). É possível afirmar que as universidades e IFs estão com a “cara do Brasil”, pois se aproximam cada vez mais do padrão racial e de renda da sociedade brasileira.

No intento de garantir a educação como um direito de todos, conforme prega a Constituição Cidadã no art. 205, as políticas e mecanismos de expansão e ampliação da oferta de educação pública revelam-se como uma grande conquista da sociedade brasileira revestida de grandes desafios. Um desses desafios está retratado nas dificuldades de permanência e êxito desses estudantes nos cursos escolhidos, pois o processo histórico da educação revela que as desigualdades sociais nos assolam e assombram os estudantes menos favorecidos monetariamente ao longo dos anos e de todo o percurso escolar.

Ao mesmo tempo em que o SISU proporciona facilidade de acesso a vagas e mobilidade dos candidatos, traz consigo consequências indesejadas, pois acirra ainda mais as dificuldades de permanência. Conforme afirma Oliveira (2023, p. 10), as políticas que visam a democratização do acesso ao ensino, possibilitaram o ingresso de estudantes antes totalmente excluídos da universidade pública, porém as bases sociais desses indivíduos e suas famílias continuam as mesmas, e cabe às políticas de permanência garantir as condições materiais para que este estudante consiga ficar na universidade e se formar.

Com o objetivo de enfrentar esse desafio é que foi criado o PNAES, pois esse marco legal reconhece a desigualdade social como um problema basilar quando destaca entre seus objetivos [...] democratizar as condições de permanência; e [...] minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior (Brasil, 2010). Evidencia-se a importância do

programa em tela e seu papel social na consecução dos objetivos de vida de tantos jovens que depositam nos estudos a esperança de um futuro melhor.

No entanto, há de se compreender que a implementação de um programa ou de uma política nem sempre está alinhada com os resultados almejados, ou seja não são uma consequência pura e simples dos esforços em colocar em prática o desenho da política. Neste caso, as políticas de acesso à educação pública precisam estar em consonância com a política de permanência e êxito, pois demandam o mesmo zelo e investimentos correspondentes. Eis uma das conclusões deste estudo.

Para além de todos os aspectos mencionados sobre o panorama educacional brasileiro e os desafios da permanência de estudantes em instituições de ensino, adicionou-se a esse contexto um amargo ingrediente: uma pandemia. O cenário é um instituto federal localizado em uma cidade do interior em uma região fronteira (divisa entre Brasil e Argentina) e que recebe estudantes oriundos de diversas regiões do país, através da adesão ao SISU e demais políticas de ações afirmativas em vigência.

Ao refletir sobre a importância da política e das ações estratégicas implementadas para a permanência estudantil durante o período pandêmico no Campus São Borja constatou-se, através dos relatos dos entrevistados, que estas foram consideradas imprescindíveis para a permanência durante as atividades escolares de forma remota. Os auxílios financeiros, o empréstimo de materiais e equipamentos, assim como os kits de alimentos foram muito citados como sendo fundamentais para os beneficiários naquele período. Ademais, os auxílios financeiros (suporte material) proporcionaram condições de suprir as necessidades mais imediatas, embora os valores fossem considerados baixos pelos estudantes.

Evidenciou-se também que as questões que levam a permanência ou abandono dos cursos são muito complexas e atravessadas por diversas outras perspectivas que vão desde questões de gênero, preconceitos no ambiente escolar, violência familiar, questões de saúde, dificuldades de aprendizagem... enfim uma gama de fatores que interferem na trajetória estudantil. Neste sentido, a permanência perpassa questões materiais e encontra obstáculos de cunho individual muitas vezes difíceis de serem superados. Fica explícito o quanto o suporte simbólico (orientação pedagógica e psicológica, saúde, atendimento educacional especializado) precisam atuar articuladamente no atendimento às demandas

estudantis.

Diante disso, fica evidente que algumas ações institucionais e dos atores sociais envolvidos com a temática se fazem urgentes, como reunir esforços para transformar o PNAES em Lei Federal (o projeto existe desde 2011), pois esta mudança garantiria mais estabilidade para a política não ficando mais à mercê de interesses e tensões entre grupos e governo. Além disso, uma política mais abrangente e inclusiva que considere as demandas crescentes que as políticas de acesso têm revelado e, conseqüentemente a garantia de recursos orçamentários através de uma rubrica específica para AE.

Conforme Sousa (2022), o Decreto por ser “um ato normativo secundário, não garante a continuidade do Programa como política de Estado, o que gera incertezas diante da troca de governantes”. O que é corroborado pela ANDIFES e o FONAPRACE (2016), que destacam a urgência da transformação do Decreto nº 7.234/2010 do PNAES em Lei Federal, a fim de garantir a estabilidade institucional necessária para a manutenção do Programa. Além disso, segundo as entidades, a eficácia da política de assistência requer também o incremento regular dos recursos financeiros e das equipes de servidores na proporção do perfil das IFES.

Por fim, constata-se a necessidade da realização de avaliações do PNAES a partir de um mecanismo que possa avaliar o programa em nível nacional, pois uma lacuna encontrada durante a pesquisa reside na ausência de avaliação que seja capaz de mensurar o programa, qualitativa e quantitativamente, em âmbito geral. O que se encontra na literatura sobre a temática são resultados de pesquisas pontuais referentes a uma ou a um conjunto específico de instituições federais.

Desse modo, ao encontrar a limitação dos estudos sobre a temática encontra-se também a proposição para estudos futuros. A pesquisa evidencia a falta de um sistema de avaliação do PNAES que seja proposto a nível governamental, considerando que o próprio Decreto de criação do PNAES (Decreto nº 7.234/2010) estabelece, no seu artigo 5º, § único, inciso II, que as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do programa de modo a evidenciar o que deve ser feito e/ou corrigido para se alcançar os resultados esperados. Um mecanismo que possibilite a realização de avaliação factível, principalmente para parametrizar de forma pluralista os reais impactos dessa política nacional, de forma a contemplar dimensões qualitativas e quantitativas (Lima, 2023).

Por fim, destaca-se também o caráter educativo a que esta pesquisa se propôs com o desenvolvimento de produtos técnicos que visam dar resposta aos anseios dos estudantes que foram revelados nas entrevistas. Nesse sentido, foi criado o Material ilustrado (Cards) produzido pela Coordenação de Assistência Estudantil em parceria com a secretaria de comunicação da instituição para divulgação dos editais do auxílio permanência (Anexo C) e o Produto técnico em formato de Projeto de ensino/Monitoria (Apêndice E) voltado a esclarecer dúvidas e auxiliar os estudantes no momento das inscrições em editais de auxílios de AE, na intenção de minimizar os obstáculos encontrados pelos discentes na tentativa de acessarem seus direitos enquanto público destinatário do PNAES.

BARBOSA, Sheila Cristina Tolentino. **Capacidade de Gestão**: Coordenação interorganizacional na implementação de programas públicos federais no Brasil. 2016. Disponível em Repositório do Conhecimento do Ipea: Capacidade de gestão: coordenação interorganizacional na implementação de programas públicos federais no Brasil Acesso em: 10.ago.2023.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex. post**, volume 2 / Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018.

BRASIL. **Lei N° 11.892**, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Assistência Estudantil, PNAES**. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/Link%20para:%20http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm Acesso em 18 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, de 16 de julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm Acesso em 01 ago. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: Constituição Acesso em 02 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: L9394 Acesso em 02 ago. 2022.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**, de 18 de setembro de 1946. Disponível em: Constituição46 Acesso em 02 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: L4024 Acesso em 03 ago. 2022.

BRASIL. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1° e 2° graus, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm Acesso em 31 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf> Acesso em 04 ago.2022.

BRASIL. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 13 jun. 2013. Disponível em: RESOLUÇÃO Nº 466, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2012. O Plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua 240a Reunião Ordinária, real Acesso em: 01. abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de**

7 de abril de 2016. Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 maio de 2016.

BRASIL. **Avaliação de políticas públicas:** guia prático de análise ex post, volume 2/ Casa Civil da Presidência da República ... [et al.]. – Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: [Repositório do Conhecimento do Ipea: Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post, volume 2](#) Acesso em 09 mar. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BRAGA; Glauco Pereira de Oliveira; **Política social e família:** uma análise a partir das universidades federais do sul do Brasil no contexto do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). 2019, 180 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em [UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO SOCIOECONÔMICO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL GLAUCO PEREIRA DE](#) Acesso em: 31 mar. 2020.

BRAGA; Glauco Pereira de Oliveira; Programa Nacional de Assistência Estudantil: fundamentos críticos e problematizações. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v.25, n.2, p. 25-38, 2018.

BRAGA; Glauco Pereira de Oliveira; DAL PRÁ; Keli Regina. Assistência estudantil: delimitações históricas e o novo quadro na conjuntura brasileira. **Cadernos Cajuína**, V. 6, N. 3, 2021. file:///C:/Users/Cliente/Downloads/489-1543-1-PB.pdf. Acesso 20 abril, 2023.

CASTRO; Franciné Lopes de; COSTA; Raniel Borges da; FONSECA; Platini Gomes; CALADO; João Eudes de Souza. Assistência Estudantil em Tempos de Pandemia: Uma Análise da Execução Orçamentária de uma Instituição Federal de Ensino. **Revista multidisciplinar de psicologia**, v. 14, n. 53, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2787/4535> Acesso em: 08 abr. 2024.

COSTA, Simone Gomes. **A equidade na educação superior:** uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. Dissertação (Mestrado em Sociologia) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

COSTA, Agnaldo da; BEUREN, Arlete Teresinha; ITO, Giani Carla; SCHNEIDER, Eduarda Maria. Universidades federais e as ações de enfrentamento no combate à pandemia da COVID-19. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 16, n. 44, p. 125-41, 2020. Disponível em [Universidades federais e as ações de enfrentamento no combate à pandemia da COVID-19 | Beuren | Revista Tecnologia e Sociedade](#) Acesso em 15 fev. 2024.

CORREIA, Ramão. RAMOS, Marília Patta. A Implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos Institutos Federais Gaúchos: atores, contextos e

quadros normativos. **Revista Avaliação de políticas públicas**. Vol.6, nº 20, julho/dezembro, 2021.

CUNHA, M. S.; TEIXEIRA, D. de L.; PIMENTEL, Álamo; AQUINO, F. J. A. de. Políticas de Assistência Estudantil, no Contexto da Pandemia da Covid-19, para Permanência Discente. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 8, n.º, p. e187722, 2022. DOI: 10.31417/educ tec.v8.1877. Disponível em: [Políticas de Assistência Estudantil, no Contexto da Pandemia da Covid-19, para Permanência Discente | Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico](#) Acesso em: 10 jan. 2024.

DISCONCI, R. C.; BOING, M. S.; BERWIG, S. E. Políticas públicas para educação profissional inclusiva: acesso de muitos, permanência de alguns e êxito de poucos. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. e74/1–23, 2023. DOI: 10.5902/1984686X83652. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/83652> Acesso em: 18 jan. 2024.

DUTRA, Natalia Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fatima de Souza. Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: A disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 25, n. 94, p. 148-181, feb. 2017. ISSN 1809-4465. Disponível em: [Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: A disputa de concepções | Dutra | Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação](#). Acesso em: 04 July 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017000100006>.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, SP, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dHQ6MVmWkGqbKQ6DrSP9shg/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 15 set. 2023.

FARO, Ailton. **Os desafios da assistência estudantil como política de inclusão**. 2008. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/67449163/o-programa-de-assistencia-estudantil/33> Acesso em: 21 out. 2021.

FONAPRACE. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares. ANDIFES. Universidade Federal de Uberlândia, PROEX: 2012. Disponível em: <http://www.prace.ufop.br/novo/pdfs/fonaprace/Revista%20Fonaprace%2025%20Anos.pdf> Acesso em: 05 ago. 2022.

FREITAS, Aline Zorzi Schultheis; CAVALCANTE, Ilane Ferreira. O estado do conhecimento sobre inclusão da pessoa com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [S.l.], v.1, n.22, p.1 -- 16, e 12865, maio. 2022. ISSN 2447- 1801. This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 Unported License.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas**

públicas. N° 21 – Jun.de 2000.

GANAM, Eliana Almeida Soares; PINEZI, Ana Keila Mosca. DESAFIOS DA PERMANÊNCIA ESTUDANTIL UNIVERSITÁRIA: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA DE ESTUDANTES ATENDIDOS POR PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 37, e 228757, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/edur/a/LXtF95VpbYyzkJTJtkxLrsw/> Acesso em 11 mar. 2024. Epub 03-Ago-2021. <https://doi.org/10.1590/0102-4698228757>.

GARCIA, Débora Rogéria Neres de Souza; MACIEL, Carina Elizabeth. Concepções de Estado e a materialização do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Educação**, [S. l.], v. 44, p. e40/ 1–21, 2019. DOI: 10.5902/1984644431459. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/31459> Acesso em: 28 nov. 2023.

GATTERMANN, Beatris; POSSA, Leandra Boer. **Inclusão e aprendizagem como imperativos da governamentalidade neoliberal e a criação dos Institutos Federais de Educação no Brasil**. Revista Ibero-americana de Estudos em Educação, v. 13, n. 5, p. 1632-1651, 2018. Disponível em <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/11057> Acesso em 09 de nov. 2021.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas S/A, 2002.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Lutas e movimentos pela educação no Brasil a partir de 1970**. EccoS, São Paulo, v.II , n.I, p. 23-38, jan./jun. 2009.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: [IBGE Cidades@ | Rio Grande do Sul | São Borja | Panorama](#) Acesso em 10 ago. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFar) Resolução CONSUP 12/2012, **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha**. Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/1533/6248614b230ee7d18d6d680ef83c43a1> Acesso em 20 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFar). Resolução CONSUP ad referendum 12/2019, **Procedimento de avaliação socioeconômica para fins de acesso aos auxílios da Assistência Estudantil**. Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamentos-e-legisla%C3%A7%C3%B5es/resolu%C3%A7%C3%B5es/item/15720-resolu%C3%A7%C3%A3o-ad-referendum-n%C2%BA-012-2019-altera-o-regulamento-de-concess%C3%A3o-de-aux%C3%ADlios-do-iffar> Acesso em 24 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFar). Resolução CONSUP Ad Referendum 01/2022, **Regulamento de Concessão de Auxílios Estudantis do IFFar**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/29462/da0d936>

[760d74a22f98a69bbcc832519](#) Acesso em 24 out. 2022.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFar). Resolução CONSUP 03 e 10/2020, **Concessão de Auxílios Financeiros em Caráter Emergencial**. Disponível em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/20102/9dfe5a34e038bfa359a62a06f649e0b9> Acesso em 25 out. 2021.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFar). Relatório de gestão do exercício 2022. Disponível em: [Documentos institucionais - IFFar](#) Acesso em: 27 set. 2023.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. (2017). A trajetória da Assistência Estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, (129), 285-303.

JANNUZZI, P. de M. AVALIAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS NO BRASIL:: REPENSANDO PRÁTICAS E METODOLOGIAS DAS PESQUISAS AVALIATIVAS. **Planejamento e Políticas Públicas**, [S. l.], n. 36, 2022. Disponível em: [//www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228](http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228). Acesso em: 22 set. 2023.

JANNUZZI, P. de M. Avaliação de programas sociais: conceitos e referenciais de quem a realiza. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22–42, 2014. DOI: 10.18222/eae255820142916. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2916>. Acesso em: 22 set. 2023.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 179 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, 2012.

LEITE, Denise.; NUNES, Ana Karin. Avaliação Participativa: constatações e aprendizagens. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 24, n. 81, p. 147–169, 2013. DOI: 10.21527/2179-1309.2009.81.147-169. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/1036>. Acesso em: 15 set. 2023.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI; Luciano. Implementação de Políticas Públicas: perspectivas analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 48, p. 101-110, dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/zpwj63WjFbZYVvSXgnXDSjz/> Acesso em: 12 ago. 2023.

LIMA, Wandilson Alisson Silva. **Elementos avaliativos de políticas públicas na implementação do Programa Nacional de Assistência Estudantil nos institutos federais brasileiros** / Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2023.

ALISSON SILVA LIMA, W.; MILENA SOUSA ALVES, L. CRISÓSTOMO DA SILVA CANELA, D. Ingressei no Ensino Superior, e agora? Percepção discente relativa às políticas de assistência estudantil. **Revista Agenda Política**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 276–300, 2022. DOI: 10.31990/agenda.2021.2.10. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/428> Acesso em: 13 mar. 2024.

LIMA, W. A. S.; DAVEL, E. Estratégias de Implementação de Políticas de Assistência Estudantil: Experiência da Linha de Frente em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. *RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, [S. l.], n. 1, 2017. DOI: 10.18829/rp3.v1i10.25407. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/14579>. Acesso em: 5 out. 2023.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy**: dilemmas of the individual in public service. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

LOTTA, Gabriela Spanghero. **Implementação de políticas públicas**: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família. 2010. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Departamento de Ciência Política, São Paulo.

LOTTA, G. S. PIRES, R. R. C.; OLIVEIRA, V. E. **Burocratas de Médio Escalão**: novos olhares sobre velhos atores da produção de políticas públicas. *Revista do Serviço Público*, [S. l.], v. 65, n. 4, p. p. 463-492, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v65i4.562. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/562>. Acesso em: 14 set. 2023.

LOTTA, Gabriela Spanghero. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre Implementação para a análise de políticas públicas. In: **Teoria e análises sobre implantação de Políticas públicas no Brasil** / organizadora Gabriela Lotta. Brasília: ENAP, 2019.

LOTTA, G.; SANTIAGO, A. Autonomia e discricionariedade: matizando conceitos-chave para o estudo de burocracia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 83, 2018.

LOTTA, Gabriela Spanghero. Burocracia, redes sociais e interação: uma análise da implementação de políticas públicas. **Revista de Sociologia e Política.**, v. 26, n. 66, p. 145-173, jun. 2018.

LOTTA, Gabriela. Burocracia e implementação de políticas públicas: desafios e potencialidades para redução de desigualdades / Gabriela Lotta – Brasília: **Enap**, 2021.

LOTTA, Gabriela Spanghero. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. **Teoria e Prática**. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, Eugenia Portela de Siqueira.; REAL, Giselle Cristina Martins; OLIVEIRA, Jonas de Paula. O Programa Bolsa Permanência na UFGD e os desafios para a garantia de direitos. In: SOUSA, J. V.; BOTELHO, A. F.; GRIBOSKI, C. M. (Orgs.).

Acesso e Permanência na Expansão da Educação Superior. 1 ed. Anápolis: Editora da UEG - Universidade Estadual de Goiás, 2018, v. 4, p. 154-171. Disponível em:

https://cdn.ueg.edu.br/source/editora_ueg/conteudo_compartilhado/11018/ebook4_acesso_e_permanencia.pdf Acesso em: 28 nov. 2023.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e pesquisa em ciências sociais**: um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). Plataforma Nilo Peçanha (PNP) ano base 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pnp>. Acesso em 20 ago. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 108 p.

MORAES, M. R.; LIMA, G. F. Assistencialização das políticas educacionais brasileiras. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO E MARXISMO: marxismo, educação e emancipação humana, 5., 2011, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2011. p. 01-05.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2002.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins. et al. Promessas e limites: o Sisu e sua implementação na Universidade Federal de Minas Gerais. **Educação em Revista**, v. 33, p. 33:e161036, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/vBZSprC4YgKLgGpwXjJYC8v/abstract/?lang=pt>
Acesso em: 03 out. 2023.

NUNES, Gislaine Maia. **Atuação dos técnicos administrativos em educação na implantação de políticas de auxílio à permanência dos discentes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília - IFB** / Gislaine Maia Nunes. -- Brasília, 2021.

CHAVES DE OLIVEIRA, O. O Desafio da Permanência Estudantil em Tempos de Crise. **Revista Internacional Educon**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. e22031017, 2022. DOI: 10.47764/e22031017. Disponível em:

<https://grupoeducon.com/revista/index.php/revista/article/view/1740>. Acesso em: 13 mar. 2024.

PACHECO, Eliezer Moreira; CALDAS, Luiz; DOMINGOS SOBRINHO, M. D. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: limites e possibilidades.

Linhas Críticas, 16(30), 71–88. Disponível em

<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3568> Acesso em 09 nov. 2021.

PACHECO, Eliezer. **Institutos federais**: uma revolução na educação profissional e

tecnológica. Fundação Santillana. Ed. Moderna. Brasília, 2011.

PALAVEZZINI, Juliana. A multidimensionalidade da vulnerabilidade acadêmica no programa de assistência estudantil da UTFPR. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 26, n. 1, p. 217-236, jan. 2021. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772021000100217&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 22 set. 2023. <https://doi.org/10.1590/s1414-40772021000100012>.

PATTON, Michael Quinn. **Utilization-focused evaluation: the new century text**. 3rd ed. Thousand Oaks, Calif.: Sage Publications, 1997.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

RISTOFF, Dilvo Ivo. Democratização do campus: impacto dos programas de inclusão sobre o perfil da graduação. **Cadernos do GEA**, v. 9, p. 5-62, 2016. Disponível em: [DEMOCRATIZAÇÃO DO CAMPUS IMPACTO DOS PROGRAMAS DE INCLUSÃO SOBRE O PERFIL DA GRADUAÇÃO Dilvo Ristoff](#) Acesso em: 04 out. 2023.

RISTOFF, Dilvo Ivo. Mirando a nuvem: impactos, possibilidades e limites da educação superior em tempos de pandemia. In: MANCHOPE, Elnita Conegero Pastor et al. (orgs.). **Educação superior na (pós)pandemia: práticas em construção em universidades brasileiras**. Cascavel, PR: Edunioeste, 2020.

SANTOS, Carolina Cassia Batista; ABRANTES, Patricia Paulino Muniz de; ZONTA, Rafael. Limitações orçamentárias: desafios à assistência estudantil da UnB em tempos de pandemia. **Cadernos Cajuína**, v. 6, n. 3, 2021. Disponível em: [LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: DESAFIOS À ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNB EM TEMPOS DE PANDEMIA | Santos | Cadernos Cajuína](#) Acesso em: 08 abr. 2024.

SANTOS, Roque Shilton; AZEVEDO, Marcio Adriano; MARCELINO, Fabiana Teixeira. AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA DAS POLÍTICAS COMO PROPOSTA INOVADORA NO SETOR PÚBLICO: delineamentos e procedimentos. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [S. l.], v. 3, n. 9, 2020. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/1002>. Acesso em: 27 set. 2023.

SANTOS, D. R. B. **Para além das cotas**. A permanência de estudantes negros no Ensino Superior como Política de Ação Afirmativa. 2009. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2009. Disponível em: http://redeacaoafirmativa.ceao.ufba.br/uploads/ufba_tese_2009_DBRsantos.pdf Acesso em: 14 dez. 2023.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas**

públicas: conceitos, casos práticos, questões de concursos. 3º ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SILVA, Natalino Neves da; SANTOS, Adilson Pereira dos; REIS, Jane Maria dos Santos. Assistência estudantil e ações afirmativas: um estudo das condições materiais e simbólicas. **Educação & Sociedade**, v. 42, p. e254841, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/dmDJKXcngXtVZFHBYBVvLBmv/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 24 de abr. 2023.

SILVA, Frederico A. Barbosa. CARDOSO JÚNIOR, José Celso. Assédio institucional no setor público e o processo de desconstrução da democracia e do republicanismo no Brasil de Bolsonaro. In: CARDOSO JÚNIOR, J. C. et al. (Org.). **Assédio institucional no Brasil**: avanço do autoritarismo e desconstrução do Estado. Brasília: Associação dos Funcionários do Ipea; Eduepb, 2022.

SILVA, Leonardo Barbosa E; COSTA, Natália Cristina Dreossi. Acesso e permanência em desproporção: as insuficiências do Programa Nacional de Assistência Estudantil. **Agenda Política**, [S. l.], v. 6, n. 2, p. 166–192, 2018. DOI: 10.31990/10.31990/agenda.ano.volume.número. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/208>. Acesso em: 11 out. 2023.

SILVA, Leonardo Barbosa E; MARQUES, Felipe Jabali. A assistência estudantil na educação federal brasileira e a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Goiânia, v. 38, n. 1, e 112696, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/112696>. Acesso em 16 fev. 2024. Epub 27-Mar-2022.

SILVA, T. F. da C. e; ARAÚJO, A. C. da C.; BRESCIANI, L. P.; ALMEIDA, D. B. A. CORCINO, K. F. EXECUÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PELAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO NORDESTE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** - Periódico científico editado pela ANPAE, [S. l.], v. 39, n. 1, 2023. DOI: 10.21573/vol39n12023.113925. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/113925>. Acesso em: 13 mar. 2024.

SOBRINHO, Sidinei Cruz; BONILHA, Tamyris Proença. A FUNÇÃO PÚBLICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA PANDEMIA MUNDIAL E UMA REFLEXÃO INSTITUCIONAL NO CONTEXTO ESCOLA-COMUNIDADE. **Revista Metalinguagens**, v. 7, n. 2, Novembro de 2020, p. 191-218. Disponível em: <https://metalinguagens.spo.ifsp.edu.br/index.php/metalinguagens/article/view/869/62> Acesso em: 02/mar. 2024.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias** 16:20-45, 2006.

SOUZA, Rafaella Santiago; DIAS, Leyllane Dharc Carvalho dos Santos. Assistência

Estudantil em Tempos de Pandemia: Novos (velhos) desafios às Assistentes Sociais Educitec - **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v.8, e187722, 2022. 18

da Universidade Federal do Piauí-UFPI. p. 385-409. Disponível em: [SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: provocações ao debate](#) Acesso em 14 jan. 2024.

SOUSA, Letícia Pereira de. ENSINO REMOTO E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: O CONTEXTO DA PANDEMIA. **Revista Humanidades e Inovação** - ISSN 2358-8322 - Palmas - TO - v.9, n.27, 2022. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/6546> Acesso em: 10 mar. 2024.

SPOSATI, Adailza. Regulação social tardia: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7., 2002, Lisboa. **Anais**. 2002.

SPOSATI, Aldaíza. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva**: concepções fundantes. Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil (2009): 13-56. Disponível em [Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil; 2009](#) Acesso em: 01 mar. 2024.

TAUFICK, Ana Luiza de Oliveira Lima. **A avaliação da Política de Assistência Estudantil nos Institutos Federais para o Proeja**. Juiz de Fora, 2013. 127f. Dissertação (Mestrado em Gestão e avaliação da Educação Pública). Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2013. Disponível em [Dissertação de mestrado - Fórum EJA](#) Acesso em: 30 out. 2021.

UNESCO. **Educação de qualidade para todos**: um assunto de direitos humanos. 2. ed. – Brasília: UNESCO, OREALC, 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000150585> Acesso em: 22 set. 2023.

VASCONCELOS, Natália Batista. (2010). **Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**/National Student Assistance Program: an analysis of the evolution of student assistance along the history of. *Ensino Em Re-Vista*. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361> Acesso em 01 ago. 2022.

WEISS, Carol. **Evaluation**: methods for studying programs and policies. 2. ed. Upper Saddle River, NJ: Prentice Hall, 1998. 372 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A: Roteiro para coleta documental

Pesquisa: As políticas de Assistência Estudantil no enfrentamento a pandemia de Covid-19: desafios e perspectivas no âmbito do Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja.

Objetivos:

- Conhecer o arcabouço legal que orienta a política de assistência estudantil a nível nacional e institucional.
- Mapear os editais publicados pela Coordenação da assistência estudantil do Campus no período pandêmico.

Tipo de documento analisado:

- Resolução
- Regimento Interno
- Relatórios de Gestão
- Planos
- Programas
- Projetos
- Históricos institucionais
- Editais
- Regulamentos

Identificação do documento/data: _____

Finalidade do documento: _____

Breve resumo: _____

Outras observações relevantes: _____

APÊNDICE B: Roteiro para entrevista com estudantes beneficiáriosDados primários:

Qual a sua idade?

Qual a sua identidade de gênero?

() Mulher cis () Homem cis () não binário () Homem trans () Mulher trans ()
Travesti () Outros

Qual a sua cor ou raça/etnia?

Cor: () branco () pardo () preto () amarelo

Raça/etnia: _____

Onde mora e de onde vem?

Estuda e trabalha?

Qual a renda familiar per capita aproximada?

Trajetória escolar:

Qual (is) cursos frequenta/frequentou no IFFar?

Quando ingressou no curso? Quando concluiu?

O ingresso foi por meio de cotas? Qual?

Escola em que realizou maior parte da vida escolar: () pública () particular

Passou/passa por alguma dificuldade (financeira ou de outra ordem) que atrapalhe o andamento dos estudos?

O que tem feito para sanar tais dificuldades?

Já cogitou desistir dos estudos? Por quê?

Assistência estudantil:

O que é AE no seu entendimento?

Qual/quais benefícios oriundos da Assistência Estudantil você utilizou durante o período pandêmico?

Como você avalia as ações da Assistência Estudantil das quais participou durante a pandemia e ensino remoto?

Qual a sua percepção acerca da organização e atendimento das demandas, dos editais e do serviço prestado pela equipe da AE durante a pandemia?

De que forma os auxílios a que teve acesso impactaram na sua vida acadêmica?

Considerações do entrevistado/entrevistada:

APÊNDICE C: Roteiro para entrevista (Coordenação e servidores da AE)Dados primários:

Cargo que ocupa:

Quando ingressou no cargo:

Formação profissional:

Função que exerce na Instituição:

Desde quando exerce a função:

Atuação profissional:

Atuou na AE durante o período pandêmico? Diga como foi esse período do ponto de vista profissional:

Qual a sua percepção acerca dos benefícios que foram disponibilizados no período pandêmico? Acredita que impactaram na vida escolar dos estudantes beneficiários? De que forma?

Você acredita que a AE cumpriu com seu papel ou algo poderia ter sido feito de forma diferente?

Cite pontos positivos que você percebeu durante o trabalho na AE no período pandêmico:

Cite pontos negativos que você percebeu durante o trabalho na AE no período pandêmico:

Qual/quais os empecilhos para que os benefícios sejam implementados de forma a atender mais e melhor os estudantes em vulnerabilidade?

Após esse período de pandemia e de ensino remoto qual/quais aprendizados você considera que agregaram na sua atuação profissional?

Considerações do entrevistado/entrevistada:

APÊNDICE D: Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE)

Prezado(a)

Você está sendo convidado/a para participar como voluntário/a na pesquisa intitulada: AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO ENFRENTAMENTO A PANDEMIA DE COVID-19: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DO INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA- CAMPUS SÃO BORJA.

A pesquisa versa sobre a implementação da política de assistência estudantil e o impacto causado na vida escolar dos estudantes beneficiados durante o período pandêmico e está sendo desenvolvida pela pesquisadora Renilza Carneiro Disconci, mestranda do Curso de Pós-graduação em Políticas Públicas- PPGPP da Universidade Federal do Pampa, sob a orientação da Prof.^a Dr^a Solange Emilene Berwig.

O objetivo geral da pesquisa é avaliar de que forma as políticas de assistência estudantil impactaram na vida escolar dos estudantes beneficiários do Instituto Federal Farroupilha- Campus São Borja durante o período pandêmico. A finalidade do trabalho é contribuir para produção científica no campo educacional, como benefícios diretos da pesquisa podemos ressaltar a contribuição dos participantes neste processo de produção de conhecimento sobre a assistência estudantil como política pública educacional, que proporcionará fundamentos para avanços e melhoria do processo de execução dessa tão importante política.

Solicitamos a sua colaboração respondendo a entrevista semiestruturada, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo na dissertação de mestrado da supracitada autora. Por ocasião da publicação dos resultados, seu nome será mantido em sigilo. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano, penalidade ou prejuízo. Para a realização da pesquisa consideramos as resoluções do Conselho Nacional de Saúde que regulamentam a pesquisa com seres humanos (466/2012 e 510/2016), bem como a Instrução Normativa 11/2020 a qual estabelece os procedimentos para realização de pesquisas com dados, servidores ou estudantes do IFFar e submetemos o Projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Unipampa e do IFFar.

Esta Pesquisa foi aprovada pelo COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – UNIPAMPA (CEPSH-UNIPAMPA), através do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº 73786323.2.0000.5323, Parecer nº 6.422.896 emitido em 11/10/2023, e pelo COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS DO IFFar, através do CAAE 73786323.2.3001.5574, Parecer nº 6.481.575 emitido em 01/11/2023.

Em caso de dúvidas, sugestões e ou denúncias, após os esclarecimentos do pesquisador responsável/pessoa por ele delegada, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Pampa – Unipampa - (CEPSH-UNIPAMPA).

Telefone do CEP/Unipampa: (55) 3911-0202, voip 8025.

E-Mail: cep@unipampa.edu.br <https://sites.unipampa.edu.br/cep/>

- Endereço: Campus Uruguaiana – BR 470, km 592.

- Prédio Administrativo – Sala 7A – Caixa Postal: 118

- Uruguaiana – RS - CEP: 97500-970.

O Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Pampa – Unipampa- (CEPSH-UNIPAMPA), é um colegiado interdisciplinar e independente, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, constituído nos termos da Resolução no 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde. Está garantido o direito à informação, a qualquer tempo, e desde já, a disponibilização de contatos da pesquisadora responsável e, informamos que caso se faça necessário o contato por telefone poderá ser feito via ligação a cobrar:

Contato da pesquisadora responsável: (55) 996711523

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo entre em contato com a pesquisadora no endereço abaixo:

Renilza Carneiro Disconci: renilzadisconci.aluno@unipampa.edu.br

Ou ainda através do CEP Unipampa: cep@unipampa.edu.br

Este TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) está redigido em duas vias sendo uma para o participante e outra para o pesquisador. Todas as páginas devem ser rubricadas pelo participante da pesquisa e pela pesquisadora.

Este TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) apresenta sua versão online no formato PDF para download e impressão física do documento.

=====

APÊNDICE E: Produto técnico

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO

Título: Desvendando os editais da Assistência Estudantil

Origem: Pesquisa da dissertação de mestrado intitulada: As políticas de Assistência Estudantil no enfrentamento a pandemia de Covid-19: desafios e perspectivas no âmbito do Instituto Federal Farroupilha- Campus São Borja

Área do conhecimento: Ensino

Categoria do produto: Projeto de ensino

Público-alvo: discentes do Instituto Federal Farroupilha- Campus São Borja

Finalidade: Oportunizar conhecimento sobre a política de Assistência Estudantil e auxiliar no entendimento dos editais para concessão de auxílios estudantis, com foco na permanência e êxito dos estudantes. Conforme a Res. Consup 078/2019¹⁷ a qual orienta sobre o desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão no Instituto Federal Farroupilha, os projetos de ensino se caracterizam por serem projetos com período de execução de quatro a dez meses, caracterizados pela necessidade de ações sequenciais temporalmente alternada de execução, como treinamentos esportivos, eventos culturais, grupos de estudo, capacitações, entre outros. Devem ser ações voltadas à permanência e ao êxito dos estudantes em todos os níveis e modalidades de ensino do público alvo dos projetos (IFFAR, 2019).

Avaliação do projeto: As Ações e Projetos de Ensino serão avaliados e aprovados mediante apreciação e parecer do Núcleo Pedagógico Integrado - NPI ou de Comissão Designada pela Direção do Campus (IFFAR, 2019).

¹⁷ Resolução Consup 078/2019: Aprova o regulamento de atividades de ensino, pesquisa e extensão do IFFar
<https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/20932/f3c84faf70baabdf99808d8a54c6e50d>

 <p>Monitoria</p>	<p>INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS</p> <p>EMITIDO EM 09/05/2024 08:53</p>
---	---

VISUALIZAÇÃO DO PROJETO DE ENSINO

DADOS DO PROJETO DE ENSINO

Título do Projeto:	Desvendando os editais da Assistência Estudantil
Tipo de Projeto:	PROJETO DE ENSINO
Ano de Referência:	2024
Data de Início:	01/04/2024
Data de Fim:	16/12/2024
Editais:	Edital de projetos de ensino e monitoria 2024 campus São Borja (MONITORIA E PROJEN)
Bolsas Solicitadas:	1
Coordenador(a):	RENILZA CARNEIRO DISCONCI
E-Mail do Projeto:	renilza.disconci@iffarroupilha.edu.br
Centro:	SETOR DE APOIO PEDAGÓGICO SB
Situação:	CADASTRO EM ANDAMENTO

DETALHES DO PROJETO

Resumo do Projeto:

O presente projeto de ensino é um produto técnico derivado da pesquisa a nível de mestrado intitulada: As políticas públicas de Assistência Estudantil no enfrentamento à pandemia de Covid-19: desafios e perspectivas no âmbito do Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja. Tem como objetivo principal atender a demanda dos estudantes beneficiários do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), por informações mais detalhadas e objetivas em relação aos editais publicados pela Coordenação de Assistência Estudantil, bem como auxílio direto e permanente, dando maior acessibilidade aos seus direitos enquanto público alvo do PNAES. O projeto será implementado através de reuniões coletivas e individuais, orientações e auxílio nos períodos em que houver editais da CAE com inscrições abertas, auxiliando no entendimento da documentação necessária, conforme o perfil do estudante, bem como melhorando e otimizando o fluxo dos processos para a concessão dos benefícios.

Justificativa e Diagnóstico:

A Política de Assistência Estudantil (PAE) faz parte de um processo de lutas de movimentos sociais e estudantis ao longo dos anos e está associada à própria luta pelo direito à educação no Brasil. Sendo assim, a Assistência Estudantil foi se construindo em meio a cenários sociopolíticos e econômicos diversos e a partir da atuação de diferentes atores sociais (Dutra e Santos, 2017). Sua conformação está fortemente ligada às transformações sociopolíticas e seus impactos na história da educação superior brasileira e originou-se através de ações pontuais, fragmentadas e restritas às demandas da classe alta da sociedade.

De acordo com Araújo (2003, p.99) os estudos sobre AE no Brasil são de grande relevância a medida em que somos um dos países onde se verificam as maiores taxas de desigualdade social, fato que é visível também nos espaços universitários, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do acesso ao ensino já ingressa em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar ou de permanecer nos cursos escolhidos.

Considerando a assistência estudantil como um dos mecanismos de efetivação do direito social à educação, na perspectiva da superação dos obstáculos ao bom desempenho acadêmico e, principalmente, a fim de fomentar a permanência dos estudantes na instituição de ensino é que se desenvolverá este projeto de ensino com o intuito de ampliar e facilitar o acesso a política pelos beneficiários.

Este projeto de ensino encontra justificativa a partir da pesquisa de campo (entrevistas) realizadas junto aos estudantes beneficiários da PAE. Um dos pontos que apareceu na totalidade das entrevistas foi com relação aos editais publicados pela CAE, que na visão dos entrevistados possuem uma linguagem muito técnica, são confusos na descrição dos documentos a serem enviados para avaliação socioeconômica, têm pouca divulgação e nem todos os servidores da AE possuem conhecimento para dar informações sobre o processo.

Compreendendo que os editais são "a porta" de acesso à assistência estudantil e devem ser fundados nos princípios constitucionais da administração pública: legalidade, moralidade, impessoalidade, eficiência e publicidade (Art. 37, CRFB/1988). Têm por finalidade a divulgação de informações acerca do processo de seleção, portanto, devem ser esclarecidas todas as regras, guardando conformidade com os princípios legais e institucionais. Dessa forma, devem ser elaborados em uma linguagem formal ou administrativa, esclarecendo termos técnicos e tendo como princípio a isonomia, com vistas a um tratamento igualitário, conforme aponta Antunes (2018, p. 138).

Há que se ressaltar que as narrativas dos estudantes que foram conhecidas através da pesquisa de campo (entrevistas) realizadas revelaram trajetórias escolares difíceis, porém exitosas, baseadas na dedicação e enfrentamento das dificuldades com resiliência e sobretudo com vontade de melhorar suas condições de vida através da formação escolar e profissional. Corroborando com Cunha et al. (2022), as políticas públicas educacionais focalizadas na permanência estudantil, são de grande relevância para o(a) cidadão(ã) que vivencia a situação de vulnerabilidade socioeconômica na luta para mudar sua realidade, pois a permanência dos discentes está altamente relacionada à implementação das políticas e programas de assistência estudantil (Lima, Alves e Canela, 2023).

Objetivos (geral e específico):

Objetivo geral:

Oportunizar conhecimento sobre a política de assistência estudantil através de um espaço de diálogo direto com os estudantes por meio de um projeto de ensino voltado a atender a demanda por mais informações detalhadas em relação aos editais publicados pela AE, bem como auxílio direto e permanente dando maior acessibilidade aos seus direitos enquanto público alvo do PNAES.

Objetivos específicos:

Proporcionar espaço de diálogo e orientações sobre os editais, auxiliando no entendimento da documentação necessária para a inscrição conforme o perfil socioeconômico do estudante;

Ampliar a divulgação dos editais a fim de ampliar o acesso dos estudantes aos auxílios estudantis a que tem direito;

Formar estudantes multiplicadores dessa ação para que o processo de concessão de auxílios torne-se mais abrangente e inclusivo e atenda aos objetivos da política.

Metodologia de Desenvolvimento do Projeto:

As ações do projeto serão realizadas a medida em que forem publicados editais de concessão de auxílios da AE pela instituição, pois como pontua Ristoff (2020, p.40), é preciso aproveitar as lições que a excepcionalidade nos ensina. E ela nos ensinou, entre outras coisas, que devemos aprender a dominar as novas tecnologias para aperfeiçoar métodos e práticas de ensino, redesenhar percursos pedagógicos, aumentar a abrangência e o alcance de nossos processos educacionais, assim como lutar por políticas públicas de inclusão social e digital que impeçam a marginalização educacional, assegurando educação de qualidade para todos e reafirmando o conceito de educação como bem público. Nesse sentido serão ofertados momentos de diálogo e orientação coletivos e individuais a fim de divulgar a PAE aos estudantes, pois acredita-se ser de fundamental importância que os beneficiários se apropriem e conheçam a política pública enquanto sujeitos de direito.

Resultados Esperados:

Pretense-se com este projeto que a PAE torne-se conhecida e compreendida pelos beneficiários e de fato cumpra com seu propósito de ser um dos mecanismos de efetivação do direito social à educação, na perspectiva da superação dos obstáculos ao bom desempenho acadêmico e, principalmente, a fim de fomentar a permanência dos estudantes na instituição de ensino.

Produtos que resultam da execução do projeto:

Como produto deste projeto espera-se contribuir para a melhoria e otimização dos processos de concessão dos auxílios estudantis através do conhecimento adquirido pelos beneficiários. Além disso, a formação de estudantes multiplicadores será de suma importância na conscientização e na ajuda coletiva entre os beneficiários contribuindo para que mais estudantes possam acessar a PAE facilitando a permanência estudantil e conseqüentemente o êxito em seus cursos.

Avaliação do Desenvolvimento do Projeto:

O projeto será avaliado continuamente pelos servidores envolvidos através da percepção quanto a melhoria dos processos de inscrições pelos estudantes e ao final do ano letivo através de questionário no *google forms* enviados aos e-mails dos estudantes beneficiários e da equipe da CAE para que possam ser realizadas alterações e ajustes para as próximas ações.

Processo Seletivo:

O projeto será disponibilizado a todos os estudantes matriculados no Campus São Borja do Instituto Federal Farroupilha e que tenham interesse/necessidade de serem beneficiários da PAE, de acordo com seus perfis socioeconômicos.

Referências: Ref. Bibliográficas do projeto, etc.:

ANTUNES, Evelise Dias. **Assistência estudantil nos Institutos Federais: da política à implementação**. 2018. 1 recurso online (272 p.) Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/296892359.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.

ARAÚJO, Josimeire de Omena. **O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no Programa Residência Universitária Alagoana**. 2003. 232 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em [RI UFPE: O elo assistência e educação: análise assistência/desempenho no programa residência universitária alagoana](#) Acesso em: 01. jul.2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Assistência Estudantil, PNAES**. Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010. Disponível em http://portal.mec.gov.br/Link%20para:%20http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm Acesso em 18 ago. 2021.

CUNHA, M. S.; TEIXEIRA, D. de L.; PIMENTEL, Álamo; AQUINO, F. J. A. de . Políticas de Assistência Estudantil, no Contexto da Pandemia da Covid-19, para Permanência Discente. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, Brasil, v. 8, n. ;, p. e187722, 2022. DOI: 10.31417/educ tec.v8.1877. Disponível em: [Políticas de Assistência Estudantil, no Contexto da Pandemia da Covid-19, para Permanência Discente | Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico](#) Acesso em: 10 jan. 2024.

DUTRA, Natalia Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fatima de Souza. Assistência Estudantil sob múltiplos olhares: A disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 25, n. 94, p. 148-181, feb. 2017. ISSN 1809-4465. Disponível em: <[Assistencia Estudantil sob múltiplos olhares: A disputa de concepcoes | Dutra | Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação](#)>. Acesso em: 04 July 2023. doi:<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-40362017000100006>.

INSTITUTO FEDERAL FARROUPILHA (IFFar) Resolução CONSUP 12/2012, **Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal Farroupilha**. Disponível em <https://www.iffarroupilha.edu.br/component/k2/attachments/download/1533/6248614b230ee7d18d6d680ef83c43a1> Acesso em 20 out. 2021.

ALISSON SILVA LIMA, W.; MILENA SOUSA ALVES, L. CRISÓSTOMO DA SILVA CANELA, D. Ingressei no Ensino Superior, e agora? Percepção discente relativa às políticas de assistência estudantil. *Revista Agenda Política*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 276–300, 2022. DOI: 10.31990/agenda.2021.2.10. Disponível em <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/428> Acesso em: 13 mar. 2024.

COMPONENTES CURRICULARES E PLANOS DE TRABALHO

Componente Curricular: 01008075 - LÍNGUA PORTUGUESA E PRODUÇÃO TEXTUAL

Previsão de Oferta: 2º Período Letivo

Carga-horária semanal destinada ao projeto:

4

Atividades desenvolvidas pelo monitor:

Leitura e estudo dos regulamentos da Política de Assistência Estudantil;

Organização do cronograma de reuniões, conversas;

Atendimento aos estudantes e encaminhamento a coordenação do projeto.

Avaliação do Monitor:

Proatividade no desenvolvimento das atividades demandadas pela coordenação do projeto e pelos estudantes beneficiários;

Empenho, organização e assiduidade nas atividades do projeto;

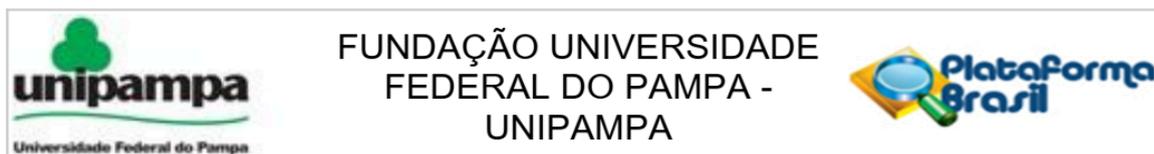
Atendimento cordial e respeitoso.

DOCENTES ENVOLVIDOS NO PROJETO

Docente	Vínculo	Data Início	Data Fim
2132223 - RENILZA CARNEIRO DISCONCI	COORDENADOR(A)	01/04/2024	16/12/2024

ANEXOS

ANEXO A: Parecer consubstanciado do CEP/UNIPAMPA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As políticas públicas de assistência estudantil no enfrentamento a pandemia de Covid-19 no Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja.

Pesquisador: RENILZA CARNEIRO DISCONCI

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 73786323.2.0000.5323

Instituição Proponente: Fundação Universidade Federal do Pampa UNIPAMPA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.422.896

Apresentação do Projeto:

O presente estudo tem por objetivo geral compreender de que forma as políticas de assistência estudantil (AE) implementadas no Instituto Federal Farroupilha, mais especificamente no Campus São Borja, impactaram na vida acadêmica dos estudantes beneficiados durante a pandemia de Covid -19. A pesquisa busca avaliar o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) na percepção dos estudantes beneficiários, especialmente no que tange ao impacto desses benefícios nas áreas atendidas pelo programa e a influência dessas áreas no seu desempenho escolar durante o período pandêmico, na permanência e conclusão do curso no tempo adequado e na evasão escolar, dimensões relacionadas aos objetivos que o programa busca alcançar. Para a consecução do objetivo geral da pesquisa, pretende-se conhecer as políticas públicas que norteiam as ações da assistência estudantil, em nível nacional e institucional, a fim de compreender o processo de implementação em nível local, de forma a refletir sobre as ações realizadas durante o período pandêmico através do olhar dos beneficiários e da equipe do Setor de Assistência Estudantil do Campus. Destaca-se que a importância da avaliação pelo prisma dos beneficiários de políticas públicas é frequentemente eleita pelos grandes estudiosos da avaliação, como Weiss (1998) e Patton (1997), como uma importante forma de melhorar a gestão dos poucos recursos públicos e aumentar o desempenho do programa, tendo em vista que se consegue formular intervenções mais adequadas às características do público-alvo. A aproximação com a temática da pesquisa advém do trabalho como servidora do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja e emergiu

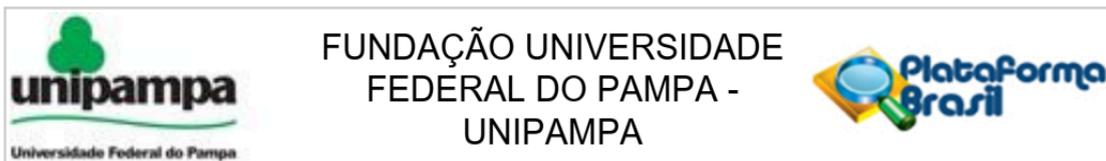
Endereço: BR 472 - Km 585 - Campus Uruguaiana

Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa **CEP:** 97.501-970

UF: RS **Município:** URUGUAIANA

Telefone: (55)3911-0202

E-mail: cep@unipampa.edu.br



Continuação do Parecer: 6.422.896

através da atuação prática e cotidiana no setor pedagógico na interface com o setor de assistência estudantil no período da pandemia de Covid-19. Nessa perspectiva e com o intuito de conhecer os limites e as possibilidades da implementação da política de AE de forma a instrumentalizar o exercício das atribuições como servidora pública da área da educação e, dessa forma contribuir para melhoria do processo de execução dessa tão importante política. As interações, o contato com os beneficiários, seus anseios e dificuldades são a mola propulsora desta pesquisa, pois esse contato de maneira experienciada nos proporciona identificar “eventos, acontecimentos, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos” (PEIRANO, 2014, p.380). Essa vivência prática é particularmente importante para o amadurecimento e crescimento do pesquisador e qualificação da pesquisa realizada. Por todo o exposto e considerando que o próprio Decreto de criação do PNAES (Decreto nº 7.234/2010) estabelece, no seu artigo 5º, § único, inciso II, que as IFES deverão fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação desse programa, aponta para a necessidade de avaliá-lo, de modo a evidenciar o que deve ser feito e/ou corrigido para se alcançar os resultados esperados.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Avaliar de que forma as políticas de assistência estudantil impactaram na vida escolar dos estudantes beneficiários do Instituto Federal Farroupilha-Campus São Borja durante o período pandêmico.

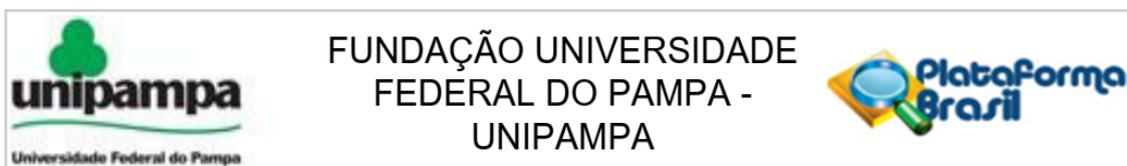
Objetivos Secundários: Conhecer o marco legal da política em estudo e as Diretrizes Institucionais no que tange a assistência estudantil; Descrever o processo de implementação das políticas de assistência estudantil na Instituição; Compreender, através da percepção dos beneficiários, qual o impacto que as ações de AE geraram na vida escolar desses sujeitos; Refletir sobre a importância da política e das ações estratégicas implementadas para a permanência estudantil durante o período pandêmico.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Embora a pesquisa não ofereça nenhum risco físico, os participantes da entrevista poderão ficar envergonhados ou sem jeito para falar sobre alguma coisa. Caso isso aconteça, poderão pedir para não responder ou, caso já esteja respondendo, para não se aprofundar na resposta que estava dando, ou ainda, pedir para parar a entrevista. Neste sentido, tratam-se de riscos mínimos.

Benefícios: A pesquisa proposta busca contribuir para produção científica no campo educacional, como benefícios diretos da pesquisa podemos ressaltar a contribuição dos participantes neste

Endereço: BR 472 - Km 585 - Campus Uruguaiiana
Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa **CEP:** 97.501-970
UF: RS **Município:** URUGUAIANA
Telefone: (55)3911-0202 **E-mail:** cep@unipampa.edu.br



Continuação do Parecer: 6.422.896

processo de produção de conhecimento sobre a assistência estudantil como política pública educacional, que proporcionará fundamentos para avanços e melhorias do processo de execução dessa tão importante política.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A presente pesquisa objetiva refletir sobre os desafios e as mudanças impostas pelo cenário pandêmico no contexto da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha- Campus São Borja, a partir da observação direta, do trabalho na linha de frente desempenhado neste período, da pesquisa documental realizada nos bancos de dados da Coordenação da Assistência Estudantil, de dados institucionais e da pesquisa de campo. Apresenta um resgate histórico da política de Assistência Estudantil como política pública educacional. Discorre sobre os desafios enfrentados e as adaptações implementadas de forma a atender aos estudantes beneficiários dos diversos auxílios e serviços oferecidos pela instituição durante o período pandêmico. Tem por objetivo expor as experiências vividas a partir da perspectiva da Assistência Estudantil (AE) em seu trabalho de equipe local, direcionando seus esforços para a garantia da continuidade dos pagamentos de auxílios financeiros e de suporte técnico, a fim de minimizar os prejuízos causados pelas desigualdades sociais e potencializados pela pandemia. O enfoque são os recursos disponibilizados, a intersetorialidade e as flexibilizações realizadas durante o período de ensino remoto, almejando-se garantir a efetivação das políticas de acesso, permanência e êxito da comunidade escolar.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Recomendações:

Vide campo "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações".

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

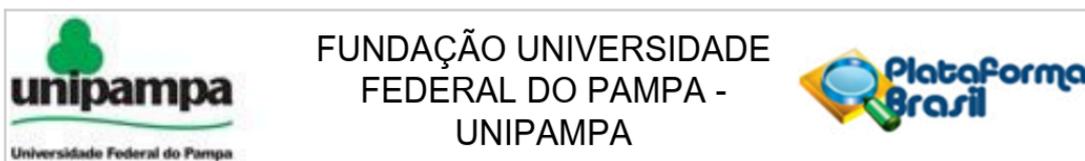
Trata-se de análise de resposta ao parecer pendente nº 6.327.068 emitido pelo CEP em 27/09/2023.

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ressalta-se que cabe ao pesquisador responsável encaminhar os relatórios parciais e final da pesquisa, por meio da Plataforma Brasil, via notificação do tipo "relatório" para que sejam

Endereço: BR 472 - Km 585 - Campus Uruguaiiana
Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa **CEP:** 97.501-970
UF: RS **Município:** URUGUAIANA
Telefone: (55)3911-0202 **E-mail:** cep@unipampa.edu.br



Continuação do Parecer: 6.422.896

devidamente apreciadas no CEP, conforme Norma Operacional CNS n° 001/13, item XI.2.d.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2194949.pdf	27/09/2023 11:36:12		Aceito
Outros	Lista_checagem_submissaoIFFar.pdf	27/09/2023 11:32:06	RENILZA CARNEIRO	Aceito
Outros	Carta_apresentacao_pesquisa.pdf	27/09/2023 10:58:03	RENILZA CARNEIRO	Aceito
Outros	termo_confidencialidade.pdf	27/09/2023 10:54:16	RENILZA CARNEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pesquisa.pdf	22/09/2023 13:15:25	RENILZA CARNEIRO DISCONCI	Aceito
Folha de Rosto	Folha_rosto.pdf	22/09/2023 13:14:43	RENILZA CARNEIRO	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Carta_resposta_pendencias.pdf	21/09/2023 15:02:53	RENILZA CARNEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_online.pdf	21/09/2023 15:00:04	RENILZA CARNEIRO DISCONCI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pesquisa.pdf	30/08/2023 15:47:35	RENILZA CARNEIRO DISCONCI	Aceito
Outros	Termo_coparticipacao.pdf	21/08/2023 16:34:43	RENILZA CARNEIRO	Aceito
Declaração de concordância	Carta_Aceite.pdf	21/08/2023 16:32:13	RENILZA CARNEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

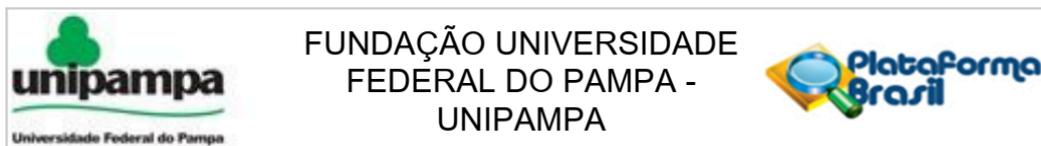
Endereço: BR 472 - Km 585 - Campus Uruguaiiana

Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa **CEP:** 97.501-970

UF: RS **Município:** URUGUAIANA

Telefone: (55)3911-0202

E-mail: cep@unipampa.edu.br



Continuação do Parecer: 6.422.896

URUGUAIANA, 11 de Outubro de 2023

Assinado por:
Rafael Lucyk Maurer
(Coordenador(a))

Endereço: BR 472 - Km 585 - Campus Uruguaiiana
Bairro: Prédio Administrativo - Sala 23 - Caixa **CEP:** 97.501-970
UF: RS **Município:** URUGUAIANA
Telefone: (55)3911-0202 **E-mail:** cep@unipampa.edu.br

ANEXO B: Parecer consubstanciado do CEP/ IFFar

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR

**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

Elaborado pela Instituição Coparticipante

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: As políticas públicas de assistência estudantil no enfrentamento a pandemia de Covid-19 no Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja.

Pesquisador: RENILZA CARNEIRO DISCONCI

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 73786323.2.3001.5574

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.481.575

Apresentação do Projeto:

Conforme PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO.

A presente pesquisa objetiva refletir sobre os desafios e as mudanças impostas pelo cenário pandêmico no contexto da implementação da Política de Assistência Estudantil no Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja, a partir da observação direta, do trabalho na linha de frente desempenhado neste período, da pesquisa documental realizada nos bancos de dados da Coordenação da Assistência Estudantil, de dados institucionais e da pesquisa de campo. Apresenta um resgate histórico da política de Assistência Estudantil como política pública educacional. Discorre sobre os desafios enfrentados e as adaptações implementadas de forma a atender aos estudantes beneficiários dos diversos auxílios e serviços oferecidos pela instituição durante o período pandêmico. Tem por objetivo expor as experiências vividas a partir da perspectiva da Assistência Estudantil (AE) em seu trabalho de equipe local, direcionando seus esforços para a garantia da continuidade dos pagamentos de auxílios financeiros e de suporte técnico, a fim de minimizar os prejuízos causados pelas desigualdades sociais e potencializados pela pandemia. O enfoque são os recursos disponibilizados, a intersetorialidade e as flexibilizações realizadas durante o período de ensino remoto, almejando-se garantir a efetivação das políticas de acesso, permanência e êxito da comunidade escolar. A pesquisadora pretende entrevistar alunos que receberam pelo menos um auxílio da assistência

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS **Município:** SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR



Continuação do Parecer: 6.481.575

estudantil do IFFar, Campus São Borja, durante o período da pandemia.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Avaliar de que forma as políticas de assistência estudantil impactaram na vida escolar dos estudantes beneficiários do Instituto Federal Farroupilha-Campus São Borja durante o período pandêmico.

Objetivo Secundário:

Conhecer o marco legal da política em estudo e as Diretrizes Institucionais no que tange a assistência estudantil; Descrever o processo de implementação das políticas de assistência estudantil na Instituição; Compreender, através da percepção dos beneficiários, qual o impacto que as ações de AE geraram na vida escolar desses sujeitos; Refletir sobre a importância da política e das ações estratégicas implementadas para a permanência estudantil durante o período pandêmico.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Embora a pesquisa não ofereça nenhum risco físico, os participantes da entrevista poderão ficar envergonhados ou sem jeito para falar sobre alguma coisa. Caso isso aconteça, poderão pedir para não responder ou, caso já esteja respondendo, para não se aprofundar na resposta que estava dando, ou ainda, pedir para parar a entrevista. Neste sentido, tratam-se de riscos mínimos.

Benefícios:

A pesquisa proposta busca contribuir para produção científica no campo educacional, como benefícios diretos da pesquisa podemos ressaltar a contribuição dos participantes neste processo de produção de conhecimento sobre a assistência estudantil como política pública educacional, que proporcionará fundamentos para avanços e melhorias do processo de execução dessa tão importante política.

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 6.481.575

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Protocolo Original coparticipante. (2ª Versão)

Número de participante de pesquisa: 13 (3 servidores ; 10 estudantes).

Data de Início de contato com o participante da pesquisa: 01/12/2023

Data Final de contato com o participante da pesquisa: 31/01/2024

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

Recomendações:

Vide campo Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

No Parecer Consubstanciado n.º 6.477.520 o projeto intitulado "As políticas públicas de assistência estudantil no enfrentamento a pandemia de Covid19 no Instituto Federal Farroupilha Campus São Borja." apresentou 4 óbices éticos e, após nova análise, não foram encontrados óbices. A saber, os óbices eram:

1º Óbice - No documento Projeto de Pesquisa não é feita a descrição da idade dos discentes participantes da pesquisa.

OBS: Conforme PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO. "Critério de Inclusão: Estudantes que tenham sido ou ainda sejam alunos da instituição, maiores de idade e que tenham recebido pelo menos um auxílio durante o período pandêmico."

SOLICITOU-SE a inclusão desta informação no documento Projeto de Pesquisa. Todos os documentos devem conter as mesmas informações.

RESULTADO: PENDÊNCIA SANADA. A pesquisadora descreveu o público alvo elencando apenas os estudantes maiores de idade.

2º Óbice - Sigilo e anonimato

Em relação ao anonimato dos participantes, especificamente os 3 servidores, por se tratar de pesquisa com população restrita, ainda que seja garantido o sigilo sobre as respostas assim como o termo de confidencialidade, não é possível garantir o pleno anonimato.

Solicitou-se que esta informação seja anexada ao protocolo (Projeto Brochura e TCLE destinado

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 6.481.575

aos servidores).

RESULTADO: PENDÊNCIA SANADA. A pesquisadora informou no TCLE página 1 que não é possível garantir o anonimato devido à população restrita.

3º Óbice - No Projeto de Pesquisa na nota de rodapé página 9 há o trecho "Os roteiros da coleta de dados, entrevistas, TALE e TCLE encontram-se em anexo". Dessa forma, solicita-se esclarecimento sobre a faixa etária dos alunos estudados no documento "Projeto de Pesquisa", uma vez que TALE é destinado a participantes de pesquisa incapazes de consentir.

RESULTADO: PENDÊNCIA SANADA. Com o esclarecimento do público alvo como estudantes maiores de idade esta pendência foi sanada.

4º Óbice - Cronograma: Devido às pendências éticas é necessário readequar o cronograma para a pesquisa iniciar apenas após a aprovação deste comitê.

RESULTADO: PENDÊNCIA SANADA. A pesquisadora readequou o cronograma considerando a apreciação deste comitê.

Considerações Finais a critério do CEP:

As pendências emitidas para o projeto no parecer N.º 6.477.520 foram respondidas pelos pesquisadores, conforme carta de respostas adicionada em 31/10/2023. Não apresenta novas pendências. O projeto possui parecer de aprovação e já pode ser iniciado caso as pesquisadoras julguem adequado.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2229520.pdf	31/10/2023 15:40:06		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_corrigido.pdf	31/10/2023 15:36:30	RENILZA CARNEIRO DISCONCI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	31/10/2023 15:17:31	RENILZA CARNEIRO DISCONCI	Aceito

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA FARROUPILHA -
IFFAR**



Continuação do Parecer: 6.481.575

Outros	Carta_resposta_pendencias.pdf	31/10/2023 15:08:26	RENILZA CARNEIRO	Aceito
Outros	Lista_checagem_submissaoIFFar.pdf	27/09/2023 11:32:06	RENILZA CARNEIRO	Aceito
Outros	Carta_apresentacao_pesquisa.pdf	27/09/2023 10:58:03	RENILZA CARNEIRO	Aceito
Outros	termo_confidencialidade.pdf	27/09/2023 10:54:16	RENILZA CARNEIRO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_pesquisa.pdf	22/09/2023 13:15:25	RENILZA CARNEIRO DISCONCI	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_online.pdf	21/09/2023 15:00:04	RENILZA CARNEIRO DISCONCI	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_pesquisa.pdf	30/08/2023 15:47:35	RENILZA CARNEIRO DISCONCI	Aceito
Outros	Termo_coparticipacao.pdf	21/08/2023 16:34:43	RENILZA CARNEIRO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SANTA MARIA, 01 de Novembro de 2023

Assinado por:
THIAGO NUNES CESTARI
(Coordenador(a))

Endereço: Alameda Santiago do Chile, 195

Bairro: Nossa Sra. das Dores

CEP: 97.050-685

UF: RS

Município: SANTA MARIA

Telefone: (55)3218-9800

E-mail: cep@iffarroupilha.edu.br

ANEXO C: Material de divulgação

Material ilustrado (Cards) informativo sobre edital do Auxílio Permanência 2024

Ficha técnica

Objetivo: Ampliar a divulgação e melhorar o entendimento dos editais, dando maior visibilidade e acessibilidade através de material ilustrado com informações claras e objetivas compartilhadas nas mídias sociais.

Público alvo: Comunidade acadêmica do IFFar

Elaboração: Coordenação de Assistência Estudantil do IFFar

Diagramação: Secretaria de Comunicação do IFFar

Divulgação: Formato digital/mídias sociais



O QUE É?

O Auxílio Permanência é um auxílio financeiro destinado a estudantes em situação de **vulnerabilidade socioeconômica**, visando contribuir para a **permanência e o êxito** dos alunos regularmente matriculados em cursos presenciais do IFFar.

COMO FUNCIONA?

Para solicitar o auxílio, é necessário fazer a inscrição preenchendo cadastro no SIGAA e enviar a **documentação de identificação** do(a) estudante e da sua família assim como documentação de **comprovação de renda familiar**.

Com base na documentação, é calculado o **Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)** dos estudantes inscritos. A classificação para o recebimento do auxílio ocorre de acordo com grau de vulnerabilidade.

Os estudantes contemplados podem receber mensalmente **R\$80,00, R\$160,00 ou R\$240,00**, de acordo com o IVS.

REQUISITOS

- ✓ Estar matriculado em todas as disciplinas regulares disponíveis no semestre;
- ✓ Possuir renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio;
- ✓ Não possuir pendências vinculadas a processos anteriores da Assistência Estudantil;
- ✓ Os estudantes contemplados com o Auxílio Permanência devem apresentar frequência mensal de no mínimo 75% e evitarem reprovações.



INSCRIÇÕES

Primeiro período:

1º de fevereiro a 8 de março

Segundo período:

26 de abril a 16 de maio

Para mais informações, acesse o **edital** do auxílio no site do IFFar:

iffar.edu.br/editais/item/34393

+ OPORTUNIDADES

A Assistência Estudantil do IFFar oferece outros benefícios, como os **auxílios Atleta, Eventual, Apoio à Participação em Eventos e Inclusão Digital**. Todos eles selecionam estudantes através de editais próprios.

Os estudantes matriculados em **cursos a distância (EaD)** poderão concorrer a auxílios da Assistência Estudantil em **editais específicos** para esta modalidade.

Os estudantes do IFFar também podem concorrer a **bolsas de pesquisa, ensino e extensão**. As oportunidades são divulgadas nos Portais do IFFar e nos demais canais da instituição.

Informe-se e aproveite as oportunidades!



DÚVIDAS?

Entre em contato com a **Coordenação de Assistência Estudantil (CAE)** do seu campus:

Alegrete	cae.al@iffarroupilha.edu.br	(55) 9.9613-9777
Frederico Westphalen	cae.fw@iffarroupilha.edu.br	(55) 3744-8911
Jaguari	cae.ja@iffarroupilha.edu.br	(55) 3255-0221
Júlio de Castilhos	auxilio.caejc@iffarroupilha.edu.br	(55) 3271-9510
Panambi	auxilioestudantil.pb@iffarroupilha.edu.br	(55) 3376-8839
Santa Rosa	cae.sr@iffarroupilha.edu.br	(55) 3511-2591
Santo Ângelo	cae.san@iffarroupilha.edu.br	(55) 3931-3935
Santo Augusto	caeauxilio.sa@iffarroupilha.edu.br	(55) 3781-3545 ramal 316
São Borja	assistencia.sb@iffarroupilha.edu.br	(55) 9.8140-2233
São Vicente do Sul	auxilios.svs@iffarroupilha.edu.br	(55) 3218-8570
Urugaiana:	cae.ug@iffarroupilha.edu.br	(55) 9.9721-0085